

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 114
Brasília, quarta-feira, 29 de maio de 2024

Sumário

Seção 3

Requerimentos.....	3
Ata Circunstanciada da 43ª Sessão Ordinária.....	15
Ata Circunstanciada da 44ª Sessão Ordinária.....	77
Ata Circunstanciada da 45ª Sessão Ordinária.....	102
Ata Circunstanciada da 18ª Sessão Extraordinária..	114



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix
Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa
Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Seção 3

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº DE 2024
(Da Senhora Deputada PAULA BELMONTE)

Requer a criação e o registro da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base da Resolução nº 255/2012, requeremos a criação e o registro da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, perante a Mesa Diretora desta Casa de Leis, composta pelos parlamentares que este subscrevem, instituída para promover e acompanhar atividades legislativas, dentre outras ações, visando a implementação de políticas públicas, programas e demais ações governamentais e não governamentais contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma grave violação dos direitos humanos. Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, que ocorre em todo o mundo e está ligado a fatores culturais, sociais e econômicos. No Brasil, atinge milhares de meninos e meninas cotidianamente muitas vezes de forma silenciosa, comprometendo sua qualidade de vida e seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual.

As experiências de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil demonstram que somente o envolvimento de todos os atores sociais é capaz de produzir resultados positivos na prevenção e no atendimento a crianças e adolescentes.

O Governo Federal, as ONGs e os organismos internacionais elaboraram o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVSIJ), com o firme propósito de conhecer os esforços nacionais e articular as ações de intervenção nas ocorrências de violência sexual contra as crianças e os adolescentes.

A violência sexual infantojuvenil é um crime avassalador, porém subnotificado. Um levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), entre os anos de 2017 e 2022, mostrou que o Brasil registrou 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos – uma média de quase 45 mil casos por ano. Dos envolvidos, crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas. Por isso, estima-se que, a cada hora, pelo menos quatro crianças e adolescentes sejam vítimas de abuso ou de exploração sexual, em especial as meninas.

O abuso sexual, especificamente, é um crime covarde e sorrateiro, uma vez que, na maioria das vezes, ocorre dentro da casa da vítima, no seio familiar, sendo o autor um parente ou alguém próximo à família. À vítima, resta-lhe o medo, o constrangimento e a vergonha. A sociedade precisa discutir de maneira mais ampla sobre o abuso sexual infantojuvenil, a fim de que a informação seja o maior instrumento de prevenção.

A Campanha Maio Laranja é uma ação nacional que acontece durante todo o mês de maio, com o objetivo de dar visibilidade e conscientizar a população sobre o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual infantil, com o propósito de conscientizar a população sobre os diversos tipos de violência sexual que podem afetar crianças e adolescentes, além de estimular a denúncia de casos e promover a proteção dos direitos desses jovens.

A violência em todas as suas formas, especialmente a sexual, afetam o crescimento saudável e, em países em desenvolvimento com o Brasil, com problemas econômicos, sociais e de direitos humanos, a situação é mais agravante. Nesse sentido, a responsabilidade pelo enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes é de toda a saúde, família, comunidade, escola e estado.

A criação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi instituída pela Lei nº 9.970 em 17 de maio de 2000. A data é dedicada à memória de Araceli Cabrera Sánchez Crespo, uma menina de 8 anos que, em 18 de maio de 1973, no estado do Espírito Santo, foi sequestrada, vítima de diversas formas de violência e, posteriormente, morta por seus sequestradores. Seu corpo foi encontrado seis dias depois, e os responsáveis pelo crime não foram punidos até os dias atuais.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), dos 204 milhões de crianças com menos de 18 anos, 9,6% sofrem exploração sexual, 22,9% são vítimas de abuso físico e 29,1% têm danos emocionais. Os dados mostram que, a cada 24 horas, 320 crianças e adolescentes são explorados sexualmente no Brasil – no entanto, esse número pode ser ainda maior, já que apenas 7 em cada 100 casos são denunciados. O estudo ainda esclarece que 75% das vítimas são meninas e, em sua maioria, negras.

Acreditamos que a criação da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes trará inúmeros benefícios, uma vez que permitirá uma maior aproximação e cooperação entre o Poder Legislativo e a Sociedade Civil. Além disso, essa iniciativa contribuirá para o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A Frente Parlamentar tem como finalidade, dentre outras:

I - atuar, em todas as regiões administrativas do Distrito Federal, para promover ações contra o abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;

II - fomentar e acompanhar as estatísticas referentes ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;

III - implementar mecanismos de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o desenvolvimento de ações de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;

IV - propor e analisar proposições que disciplinem todos os assuntos referentes à proteção das crianças e dos adolescentes em especial as ações de combate contra o abuso e à exploração sexual;

V - promover debates, simpósios, seminários e eventos pertinentes às políticas públicas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Distrito Federal;

VI - promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no âmbito do Parlamento e junto à sociedade;

VII - desenvolver campanhas de esclarecimento e orientação às entidades, Conselhos Tutelares, Promotoria, Judiciário e outros entes que atuem no combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;

VIII - articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações das entidades da sociedade civil, voltadas para o incentivo da reciclagem e promoção das defesas dos direitos das crianças e adolescentes em especial no combate ao abuso e à exploração sexual das crianças e adolescentes; e

IX - servir de interlocução entre o Parlamento e as entidades da sociedade civil para os assuntos referentes ao combate do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Compete à Frente Parlamentar, realizar trabalhos, pesquisas, estudos, conferências, seminários, consultas públicas, audiências públicas, palestras, debates e outros eventos relacionados à sua temática, bem como tomar providências no sentido de:

I - promover e fortalecer as questões direcionadas aos objetivos da frente parlamentar proposta, por meio do acompanhamento e fiscalização dos programas e das políticas públicas governamentais;

II - defender ações complementares para o segmento;

III - acompanhar, discutir e sugerir proposições legislativas correlatas aos interesses do segmento dentre outras ações; e

IV - garantir ampla participação da sociedade civil nas discussões e encaminhamentos debatidos.

A Frente Parlamentar pretende, dentre outras ações, ampliar o debate do tema para fortalecer o debate sobre políticas públicas voltadas ao combate do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Distrito Federal.

A criação da referida Frente Parlamentar, será composta por vários deputados, onde atuará com a apresentação de temáticas e projetos, com a realização de seminários, audiências públicas, palestras, conferências e outras atividades afins que poderão contar com a contribuição de especialistas da área e representantes de órgãos do governo e da sociedade civil organizada.

Seguem anexos, ata de fundação e constituição da mencionada Frente Parlamentar, bem como o seu estatuto e a relação das assinaturas dos deputados que aderiram à nova entidade, **destacando que serei a representante da respectiva Frente Parlamentar perante a esta Casa de Leis, para prestação das informações necessárias junto à Mesa Diretora**.

A Frente Parlamentar é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir com o desenvolvimento de ações em favor do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Distrito Federal.

Sendo assim, solicito que este requerimento seja analisado e apreciado pelos nobres parlamentares, a fim de que seja viabilizada a criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Escotismo no Distrito Federal.

Certamente, a criação dessa Frente Parlamentar representará um avanço significativo no fortalecimento e no reconhecimento do Escotismo no Distrito Federal.

Em suma, a Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal busca atuar como uma voz representativa no ambiente político, trabalhando para criar um ambiente favorável ao seu desenvolvimento e contribuindo para o fortalecimento do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Neste sentido, solicitamos a criação e o registro da “ **FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**”

NO DISTRITO FEDERAL” , utilizando das prerrogativas inerentes a Mesa Diretora do Poder Legislativo, para atuar de forma eficaz ao interesse público.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em ...

(assinado eletronicamente)

PAULA BELMONTE
Deputada Distrital

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º Andar, Gab 22 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488222
www.cl.df.gov.br - dep.paulabelmonte@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 13:46:29 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:24:46 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAYSE AMARILIO DONETTS DINIZ - Matr. Nº 00164, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:29:39 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:43:00 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE VIANNA DE SOUSA - Matr. Nº 00151, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:46:51 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE ANGELA DA SILVA - Matr. Nº 00158, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 15:01:41 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 16:16:35 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 16:59:10 , conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **122157** , Código CRC: **4bf1eff8**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Paula Belmonte - Gab 22



ATA Nº, DE 2024

ATA DA FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL

Em maio de dois mil e vinte e quatro, no Gabinete Parlamentar da Deputada Paula Belmonte, sito na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar, Gabinete nº 22, em Brasília, Distrito Federal, os Senhores e as Senhoras Deputados (as) Distritais que subscreveram a Lista de Adesão (Requerimento) à **FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL**, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012, que *“Dispõe sobre o registro de frentes parlamentares na Câmara Legislativa do Distrito Federal”*, reuniram-se pra fundar e constituir a **FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL**, com a finalidade de discutir e debater sobre:

I - atuar, em todas as regiões administrativas do Distrito Federal, para promover ações contra o abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; II - fomentar e acompanhar as estatísticas referentes ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; III - implementar mecanismos de cooperação entre a União, es Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o desenvolvimento de ações de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; IV - propor e analisar proposições que disciplinem todos os assuntos referentes à proteção das crianças e dos adolescentes em especial a ações de combate contra o abuso e à exploração sexual; V - promover debates, simpósios, seminários e eventos pertinentes às políticas públicas de c ombate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Distrito Federal ; VI - promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no âmbito do Parlamento e junto à sociedade; VII - desenvolver campanhas de esclarecimento e orientação às entidades, Conselhos Tutelares, Promotoria, Judiciário e outros entes que atuem no combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; VIII - articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações das entidades da sociedade civil, voltadas para o incentivo da reciclagem e promoção das defesas dos direitos das crianças e adolescentes em especial no combate ao abuso e à exploração sexual das crianças e adolescentes; e IX - servir de interlocução entre o Parlamento e as entidades da sociedade civil para os assuntos referentes ao combate do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Definiu-se por consenso dos parlamentares presentes, que a presidência da Frente Parlamentar, será exercida pela Senhora Deputada Paula Belmonte. A Presidente informou sobre o objetivo da reunião, que é a fundação e constituição da **FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL**. Em seguida, foi lido o Estatuto da FRENTE PARLAMENTAR, resultado de debates e consultas anteriores a parlamentares e entidades representativas da sociedade civil. Colocado em votação, o Estatuto foi aprovado por unanimidade, fazendo parte da presente Ata, e, conseqüentemente, foi declarada criada a **FR ENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL**. Ficou decidido que, em reunião futura, serão designados pelo Conselho Executivo, os servidores que exerceram atividades administrativas da Frente Parlamentar. Também foi aprovada a ampliação futura da Frente

Parlamentar, com a inclusão de representantes da sociedade civil organizada. Decidiu-se que a Presidente da FRENTE PARLAMENTAR encaminhará esta Ata e o Estatuto à Mesa Diretora, para efeito de registro e publicação, e, em seguida, remeterá toda a documentação referente à mesma Ata aos demais membros da FRENTE PARLAMENTAR. Decidiu-se, ainda, que a **Presidente da FRENTE PARLAMENTAR, Deputada Paula Belmonte**, será responsável perante a Casa por todas as informações perante a Mesa Diretora. Não havendo mais nada a ser deliberado, a Presidente deu por encerrado os trabalhos, tendo determinado a lavratura da presente ata, a qual, após lida e, achada conforme, foi aprovada ao seu final e assinada pela Presidente, Deputada Paula Belmonte e pelas Senhoras e Senhores Deputados Distritais que subscreveram a Lista de Adesão (Requerimento) à **FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL.**

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º Andar, Gab 22 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488222
www.cl.df.gov.br - dep.paulabelmonte@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 13:46:40, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:24:46, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAYSE AMARILIO DONETTS DINIZ - Matr. Nº 00164, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:29:40, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:43:01, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE VIANNA DE SOUSA - Matr. Nº 00151, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:46:51, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE ANGELA DA SILVA - Matr. Nº 00158, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 15:01:41, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 16:59:10, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 17:08:48, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **122162**, Código CRC: **546b92df**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Paula Belmonte - Gab 22



ESTATUTO Nº, DE 2024

**ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO
SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL**

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E DA NATUREZA

Art. 1º A Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal, é uma associação suprapartidária, de natureza não governamental, constituída no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal e integrada por um terço de Deputados Distritais, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, regendo conforme a legislação pertinente e por este Estatuto.

Art. 2º A Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal tem por objetivo promover o diálogo e a articulação entre parlamentares e representantes das associações escotistas, visando a implementação de políticas públicas, programas e demais ações governamentais e não governamentais contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Distrito Federal.

Art. 3º A Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal é aberta à participação de parlamentares e de todo cidadão ou entidade que aceite os seus princípios e tenha interesse de transformar em realidade os seus objetivos.

Art. 4º A Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal atuará de forma coordenada e articulada com as comissões da Câmara Legislativa do Distrito Federal, visando o intercâmbio de conhecimentos, experiências e estratégias para o cumprimento eficaz de sua finalidade.

Art. 5º É vedada a Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal a participação em atividades estranhas à sua natureza e finalidade.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 6º São finalidades da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal :

I - atuar, em todas as regiões administrativas do Distrito Federal, para promover ações contra o abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;

II - fomentar e acompanhar as estatísticas referentes ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;

III - implementar mecanismos de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o desenvolvimento de ações de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;

IV - propor e analisar proposições que disciplinem todos os assuntos referentes à proteção das crianças e dos adolescentes em especial a ações de combate contra o abuso e à exploração sexual;

V - promover debates, simpósios, seminários e eventos pertinentes às políticas públicas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Distrito Federal;

VI - promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no âmbito do Parlamento e junto à sociedade;

VII - desenvolver campanhas de esclarecimento e orientação às entidades, Conselhos Tutelares, Promotoria, Judiciário e outros entes que atuam no combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;

VIII - articular e integrar as iniciativas e atividades da Frente Parlamentar com as ações das entidades da sociedade civil, voltadas para o incentivo da reciclagem e promoção das defesas dos direitos das crianças e adolescentes em especial no combate ao abuso e à exploração sexual das crianças e adolescentes; e

IX - servir de interlocução entre o Parlamento e as entidades da sociedade civil para os assuntos referentes ao combate do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Parágrafo único. A Frente poderá, para atingir seus objetivos, celebrar termos de parceria, termo de fomento, termo de colaboração com o Poder Público, entidades privadas com ou sem fins lucrativos e organismos internacionais.

Art. 7º Compete à Frente Parlamentar, realizar trabalhos, pesquisas, estudos, conferências, seminários, consultas públicas, audiências públicas, palestras, debates e outros eventos relacionados à sua temática, bem como tomar providências no sentido de:

I - promover e fortalecer as questões direcionadas aos objetivos da frente parlamentar proposta, por meio do acompanhamento e fiscalização dos programas e das políticas públicas governamentais;

II - defender ações complementares para o segmento;

III - acompanhar, discutir e sugerir proposições legislativas correlatas aos interesses do segmento dentre outras ações; e

IV - garantir ampla participação da sociedade civil nas discussões e encaminhamentos debatidos.

CAPÍTULO III - DOS MEMBROS

Art. 8º Integram a Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal:

I - como membros fundadores os Deputados Distritais integrantes da 9ª Legislatura, e que subscreveram o registro da Frente Parlamentar;

II - como membros efetivos os parlamentares que requererem Termo de Adesão em data posterior ao registro da frente parlamentar; e

III - como colaboradores as pessoas, pesquisadores, especialistas, profissionais, órgãos, entidades, instituições, associações, institutos e assemelhados que se interessarem pelos objetivos da frente parlamentar.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem no estudo e na prática

de ações sociais, econômicas e culturais, indicados pelos membros efetivos da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal e aprovados pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA

Art. 9º A Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal tem a seguinte estrutura:

I - a Assembleia Geral, todos os Parlamentares que aderiram o registro da Frente Parlamentar, membros fundadores e efetivos;

II - o Conselho Executivo, integrado por:

a) 1 (um) Presidente;

b) 1 (um) Vice-Presidente; e

c) 3 (três) Secretários Executivos.

Parágrafo único. O mandato dos membros do Conselho Executivo será de 2 (dois) anos, com direito a reeleição.

Art. 10. Compete à Assembleia Geral:

I - eleger ou destituir os integrantes do Conselho Executivo e do Conselho Consultivo;

II - aprovar os relatórios apresentados pelo Conselho Executivo;

III - estabelecer as diretrizes políticas da atuação da Frente Parlamentar;

IV - supervisionar a atuação do Conselho Executivo; e

V - promover as alterações necessárias a este Estatuto.

Parágrafo único. As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Frente Parlamentar, em primeira chamada, e por maioria simples dos votantes, presentes dez por cento de seus membros, na hipótese de segunda chamada.

Art. 11. Compete ao Conselho Executivo:

I - implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembleia Geral;

II - tomar as decisões políticas e administrativas necessárias para que se atinjam os objetivos da Frente Parlamentar;

III - elaborar relatórios sobre a atuação da Frente Parlamentar; e

IV - convocar a Assembleia Geral.

§ 1º São atribuições do Presidente:

I - representar a Frente Parlamentar perante às Casas Legislativas;

II - representar a Frente Parlamentar junto a entidades públicas e privadas;

III - convocar as reuniões do Conselho Executivo; e

IV - presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia Geral.

§ 2º São atribuições do Vice-Presidente auxiliar o Presidente e substituí-lo em casos de impedimento ou ausência.

§ 3º São atribuições dos Secretários Executivos:

I - planejar e coordenar as atividades do Conselho Executivo; e

II - tomar as iniciativas necessárias para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas.

§ 4º Os cargos do Conselho Executivo são privativos de Deputados Distritais.

§ 5º O Conselho Executivo, poderá valer-se do apoio de assessores e servidores públicos para desempenhar funções administrativas da Frente Parlamentar, por delegação de competência.

Art. 12. A Frente Parlamentar será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.

Art. 13. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Executivo.

Art. 14. A Assembleia Geral aprovará normas específicas regulando:

- I - as eleições periódicas para os cargos do Conselho Executivo;
- II - o ingresso de novos filiados; e
- III - a desfiliação voluntária ou compulsória.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. É vedado a todos os membros da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal usufruir ou perceber qualquer tipo de remuneração pelo exercício de seus cargos de direção, permitindo o reembolso de despesas comprovadamente feitas em decorrência de missões específicas, havendo disponibilidade financeira.

Art. 16. A Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal terá um Regimento Interno, subsidiário do presente Estatuto, no qual constarão, detalhadamente, os princípios da sua organização interna e das atribuições dos seus conselheiros executivos, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influem na aceitação ou no desligamento de seus membros da destituição de seus conselheiros executivos.

Art. 17. O Regimento Interno será aprovado, revogado ou modificado pelo voto da maioria simples dos membros da Frente Parlamentar presentes à Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, convocada para o exame da matéria.

Art. 18. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal, quando se dará a eleição e posse do Conselho Executivo.

Brasília/DF, de maio de 2024.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º Andar, Gab 22 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: 6133488222
www.cl.df.gov.br - dep.paulabelmonte@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MORENO PARO BELMONTE - Matr. Nº 00169, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 13:46:55, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO WEYNE PEDROSA - Matr. Nº 00145, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:24:46, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAYSE AMARILIO DONETTS DINIZ - Matr. Nº 00164, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:29:40, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERIO BANDEIRA DE NEGREIROS FILHO - Matr. Nº 00128, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:43:01, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **JORGE VIANNA DE SOUSA - Matr. Nº 00151, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 14:46:51, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02,



de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE ANGELA DA SILVA - Matr. Nº 00158, Deputado (a) Distrital**, em 22/05/2024, às 15:01:41, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. Nº 00160, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 16:59:10, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALVES CARDOSO - Matr. Nº 00150, Deputado(a) Distrital**, em 22/05/2024, às 17:09:05, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **122163**, Código CRC: **545f8397**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria Legislativa



DESPACHO

A Mesa Diretora para publicação (RICL, art. 153, **art. 1º da Resolução nº 255/12**), atendidos os requisitos dos arts 2º e 3º da referida Resolução.

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 23.141

Assessor Especial

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8275
www.cl.df.gov.br - seleg@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS - Matr. Nº 23141, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 24/05/2024, às 09:40:02, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>
Código Verificador: **122396**, Código CRC: **32128f41**

Ata Circunstanciada da 43ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 21 DE MAIO DE 2024.	
INÍCIO ÀS 15H	TÉRMINO ÀS 19H31MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Há número regimental. Está aberta a sessão ordinária de terça-feira, 21 de maio de 2024, às 15 horas.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu me permito cumprimentar a todos que estão na Câmara Legislativa, os feirantes do Distrito Federal, o pessoal do Detran do Shopping Popular, os aprovados na Câmara Legislativa, que estão pedindo mais nomeações. Há nomeações todo mês. Vocês não podem nem me pedir isso, é até maldade, porque o tanto que eu tenho nomeado! Se há uma gestão que tem cuidado com os servidores desta casa é esta aqui, inclusive dando reajuste e nomeando novos servidores. Esperamos que haja também a reciprocidade e o reconhecimento do trabalho feito. Nós estamos quase no limite prudencial e em nenhum mês deixamos de realizar nomeações. Vamos continuar com as nomeações, porque é um compromisso, mas falta um “muito obrigado” pelo que já foi feito. (Palmas.)

Disseram que o Sindical faria um movimento aqui hoje. Eu estou até esperando. Estou até curioso para saber o que que é.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O que que está faltando no Sindical?

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se é o “obrigado”, ótimo.

Eu tenho recebido o sindicato, ouvido todos os servidores, todas as demandas, e as tenho atendido. Inclusive, todas as discussões passam pelos servidores da casa: a questão do reajuste, a questão da criação do auxílio-saúde, o reajuste do auxílio-alimentação. Então, se há um único movimento tolerável na galeria com relação ao Sindical, é para agradecer a esta casa por tudo o que foi feito até agora.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Assim eu fico muito feliz. Daqui a pouco, vocês não vão ter nem o que reivindicar, pelo tanto que nós temos concedido, graças a Deus. Agradeço a todos.

O pessoal do movimento habitacional já está aí?

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabênzo a luta de vocês. Quero externar

que tive a felicidade – Geraldo e muitos amigos que estou vendo aí – de presenciar a luta de muitos e muitos anos para que fosse criado o subsídio.

O governador Ibaneis Rocha teve a sensibilidade de enviar o projeto para esta casa. O deputado Chico Vigilante tem demonstrado apoio, assim como o deputado Thiago Manzoni e todos os deputados. O valor ainda não é o que nós gostaríamos – 15 mil –, mas pelo menos o direito foi implantado, foi apresentado, e com isso nós temos a certeza de que, a partir de agora, nós viveremos outro momento nos programas habitacionais, principalmente para aqueles que mais precisam: as pessoas – principalmente dessas cooperativas, heróis e heroínas – que trabalharam para que os mais pobres conseguissem a sua casa.

Eu tinha um compromisso com vocês, desde quando assumimos a Codhab: tirar vocês das páginas policiais, nas quais estavam de forma injusta, mostrar realmente quem vocês são e o que fizeram pela população mais pobre. Ficam aqui o meu reconhecimento e o meu agradecimento. Quero dizer que essa é a primeira de muitas vitórias que nós teremos no movimento. Sejam bem-vindos!

Daqui a pouco, nós vamos pautar o projeto. Ontem, inclusive, o deputado Chico Vigilante, líder do PT, que aqui se encontra, e os demais deputados que se encontravam na reunião defenderam que o projeto fosse votado hoje.

Eu vou suspender por 15 minutos a sessão. Daqui a pouco, nós retomaremos com o processo.

Estou vendo os Avas e os ACS com o Iuri Marques. Iuri, a expectativa é que recebamos o projeto ainda hoje nesta casa. Caso isso aconteça, é o meu compromisso e de todos os deputados discutirmos o assunto no Colégio de Líderes na segunda-feira, e terça-feira, se Deus quiser, votarmos e aprovarmos o projeto. Aliás, esse compromisso está atrasado há quase 60 dias. Nós precisamos que ele seja honrado. O secretário Ney Ferraz está concluindo o processo e o secretário Gustavo Rocha tem cobrado insistentemente para que isso aconteça. Fica registrado o nosso agradecimento. Se Deus quiser, daqui a pouco, nós concluiremos isso.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 40ª Sessão Ordinária, de 14 de maio de 2024;
- Ata Sucinta da 41ª Sessão Ordinária, de 15 de maio de 2024;
- Ata Sucinta da 42ª Sessão Ordinária, de 16 de maio de 2024.

Aproveito para agradecer ao diretor-geral de polícia José Werick e a toda a direção daquela instituição – e quero parabenizá-los –; ao governador Ibaneis e a todos os policiais civis que se dirigiram hoje para o estado do Rio Grande do Sul para prestar apoio e segurança; aos policiais da Divisão de Operações Especiais; peritos e papiloscopistas que contribuem com seu trabalho, em solidariedade ao povo do Sul.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

A presidência vai suspender os trabalhos durante 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h17min, a sessão é reaberta às 15h40min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão.

Mais uma vez, boa tarde a todos e a todas. Sejam bem-vindos.

É um prazer ter aqui o Movimento Habitacional do Distrito Federal. Obrigado pela presença. (Palmas.)

Mais uma vez, saúdo todos que estão aqui. Os futuros servidores da câmara.

“O Shopping Popular pede socorro.” (Palmas.)

Depois vamos ver o que está acontecendo. É bom conversar com o pessoal, ouvi-los e recebê-los. Peço aos parlamentares que se sentem com os representantes dos *shoppings* populares. Precisamos dar uma atenção especial. Eles são geradores de emprego, são trabalhadores.

Eu queria cumprimentar meus colegas: o deputado Iolando, o deputado Pastor Daniel de Castro, o deputado Fábio Félix, o deputado Chico Vigilante, o deputado Max Maciel, o vice-presidente deputado Ricardo Vale, o deputado João Cardoso.

Deputado Ricardo Vale e deputado Pepa, hoje houve aqui um desencontro de informação. O deputado Ricardo Vale, com toda a razão, ficou chateado. Nós vamos tentar reparar. Nós recolhemos o material para doação ao Rio Grande do Sul e houve desencontro se o pessoal viria receber aqui ou se nós iríamos levar lá. Não aconteceu nenhuma coisa nem outra. Eu queria depois, deputado Ricardo Vale, combinar, porque acho que seria um gesto importante.

Cumprimento o deputado Jorge Vianna.

Ontem eu estive lá na Polícia Civil. Ela mandou servidores papiloscopistas para fazer a identificação dos corpos. Mandou policiais para ajudar na segurança. É importante criarmos aqui uma comissão de deputados e irmos ao Rio Grande do Sul, para, inclusive, pegarmos no pesado, para ajudar na distribuição de material.

O deputado Ricardo Vale tem participado desses programas que cuidam das pessoas moradores de rua. Segunda-feira, deputado Ricardo Vale, inclusive, teremos uma reunião importante. Agora, eu acho que esse gesto e essa preocupação sua, hoje, são extremamente importantes. O gesto político, neste momento, é fundamental, porque é a demonstração de sensibilidade e solidariedade com o povo do Rio Grande do Sul.

Vamos combinar depois, deputado Ricardo Vale, para fazermos isso. Vamos ver quem são os deputados que querem e podem ir ao Rio Grande do Sul. Eu irei. Tenho certeza de que vossa excelência irá. Os demais colegas, deputados que são da saúde, podem ajudar bastante, para que possamos realmente mostrar toda a nossa solidariedade e o nosso compromisso com o povo brasileiro, em especial com o pessoal do Rio Grande do Sul. Nosso muito obrigado.

Quero também cumprimentar o deputado Gabriel Magno, que eu ainda não havia cumprimentado. Acho que já cumprimentei todos que aqui estão.

Quero fazer um pedido. A galeria está lotada. Nós temos vários projetos importantes.

Doutora Júnia, eu não havia te visto aqui. Quero cumprimentar os representantes. O pessoal da Codhab está aqui, na pessoa da nossa diretora Júnia. Tenho muita alegria em tê-la aqui, Júnia. Ela é nossa amiga e uma das mais competentes servidoras, com quem tive o prazer de trabalhar.

Nós vamos abrir os Comunicados de Líderes. Vamos evitar os apartes ou as questões de ordem, e eu vou limitar em 1 minuto a questão de ordem caso o assunto seja pertinente, para que possamos começar a votar o mais rápido possível esses importantes projetos, inclusive a criação, depois de muitos e muitos anos, Júnia, como bem sabem as entidades, a FID e todas as cooperativas, que é a criação do subsídio. É a lei que trata do subsídio e que vai ajudar na conquista e na realização de um sonho, que é a moradia das famílias que mais precisam.

Então, encarecidamente, peço aos deputados para que possamos ser o mais objetivo possível. E vou solicitar que haja o cumprimento do tempo nas falas nos Comunicados de Líderes, no

horário destinado aos Comunicados de Parlamentares e também nas questões de ordem.

Gostaria de cumprimentar a Marleide e o Felipe, representantes da Codhab. Muito obrigado pelas presenças.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Neste momento, concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Vamos tirar aquela linha elétrica dali. Aquela linha já passou da hora de ser subterrânea, não é? Para dar mais espaço para moradias em Samambaia. Contem comigo.

Senhoras e senhores, boa tarde. Boa tarde, parlamentares, todos os colegas servidores desta casa. Boa tarde a todos que vieram na casa. Sejam muito bem-vindos! Tenham a certeza de que todos os projetos que beneficiam a população serão votados e terão a minha aprovação. Podem ter certeza! Os quiosqueiros, os feirantes, toda nossa comunidade pode contar conosco.

Senhoras e senhores, venho aqui falar uma coisa que eu não queria. Eu, na legislatura passada, vim a esta tribuna falar que eu não gostaria de vir aqui a esta tribuna falar de morte por conta de uma empresa chamada UTI Vida.

E eu não sei por que as pessoas têm receio em falar o nome de empresa. Eu vi a matéria falando o tempo todo de uma empresa, de uma empresa, de uma empresa. Pois bem, o nome da empresa é UTI Vida!

Uma empresa de transporte que veio para Brasília. Quando ela prestava o serviço particular era um serviço de excelência, porque tinha os seus clientes, era privado; a pessoa se associava, e tinha o seu serviço. Quando ela começou a entrar no serviço público, ela afundou. Carros vindos de fora, ambulâncias vindas de fora, do Rio de Janeiro. E eu vi ambulâncias que fumaçavam, ambulâncias em péssimas condições. E eu trabalho com isso. Eu passei a vida toda no Samu fazendo remoção. Eu sei o que eu estou dizendo!

E eu vim a esta tribuna, e falei por várias vezes que essa empresa estava com problema. Pois bem, o olho foi maior do que a boca dessa empresa. Pegou o sistema público para poder fazer o trabalho e não deu conta, e não dá conta! E ficam forçando os trabalhadores a uma jornada excessiva, sem descanso, para poder dar conta de atender a população, que cada vez mais cresce. É óbvio. Há as UPAs – cada vez há mais equipamentos para atender a população – e elas estão lá atuando.

Fiz uma denúncia ao Ministério Público sobre essas condições de trabalho. Uma vez, às 11 horas da noite, eu recebi uma ligação de um condutor, um motorista de uma viatura da UTI Vida, pedindo para que eu intercedesse nisso porque ele não estava mais aguentando, ele estava realizando uma jornada de mais de 20 horas de trabalho. O que aconteceu? Naquele mesmo dia, ele bateu a viatura, colocando em risco a sua vida, a vida da tripulação e a vida do paciente. Mas ninguém fez nada! Fiz a denúncia ao Ministério Público, que fez um Termo de Ajuste Conduta com a empresa.

E aí? Nada mudou! Semana passada houve uma morte. A culpa foi da UTI Vida? A culpa

também foi da UTI Vida, porque, quando ela se compromete a prestar um serviço de saúde, de transporte, tem que dar conta, porque isso está no contrato. Por que até agora o Iges não rescindiu esse contrato? Pelo contrário, ele o renovou por 59 milhões, deixando os trabalhadores escalpelados, trabalhando dia e noite, às vezes até sem ter tempo de ir ao banheiro por terem que fazer uma remoção rápida, eles sabem que, se não a fizerem, o paciente virá à óbito. E isso recaíra sobre quem? Sempre sobre a equipe.

Outro erro da UTI Vida que para mim é infantil... No Samu há uma logística de regionalização: se há ambulâncias de uma região sul, sudeste, centro-oeste, essas ambulâncias atendem essa região. Na UTI Vida não é assim, se houver uma ambulância na Ceilândia parada e alguém em Planaltina precisar, eles mandam essa viatura. Percebam o tempo que se gasta no deslocamento. O pior: ela vai para Planaltina e não há ambulância se precisarem de atendimento em Ceilândia. Com isso mandam uma do Gama, depois mandam uma de Sobradinho, depois uma de Taguatinga.

Gente, vocês não estão vendo que isso está errado? Isso é infantil, esse erro é infantil. Se realmente a UTI Vida quisesse ter uma logística correta, teria que fazê-la por região e não retirar aquela viatura de perto. É por isso que uma locomoção demora 10, 12 horas! Perguntem sobre isso para qualquer pessoa que dirige uma viatura, principalmente nas malhas viárias de Brasília, em que é quase impossível transitar, mesmo com ambulâncias. É óbvio que há responsabilidade direta da UTI Vida e do Iges na morte dessa criança. Haverá outras mortes por conta da ineficiência na remoção de pacientes.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, o senhor tem 1 minuto para concluir.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, eu fico revoltado porque eu trabalho com isso, eu sei como é, eu sei como a família fica quando está no aguardo de uma viatura para realizar uma remoção. Muitas vezes, o mais difícil é conseguir um leito de UTI e, quando conseguem, não há uma viatura. É inadmissível uma pessoa morrer porque não há uma viatura! É inadmissível uma pessoa perder uma consulta porque não há uma viatura! Em um dia que eu estive na UPA de São Sebastião, nós perdemos uma vaga no HUB, deputado Rogério Morro da Cruz, porque não havia viatura para levar uma criança, que estava desfalecendo, para ser internada.

Senhoras e senhores, não adianta, eu venho aqui e falo, falo e falo. Que Deus os livre, mas parece-me que a coisa tem que apertar para os políticos; se apertar para os políticos ou para seus familiares, a coisa acontece. Assim como aconteceu com o filho de um político baiano, depois que ele morreu aqui em Brasília, fizeram o Instituto de Cardiologia e Transplante...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA –... político para poder conseguir resolver o problema de saúde de Brasília e do Brasil.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço ao deputado Jorge Vianna por ter cumprido o tempo, conforme acordado.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente deputado Wellington Luiz, eu peço sua atenção, porque, mais do que nunca, nós vamos precisar de vossa excelência.

Eu estive visitando o Shopping Popular – são esses trabalhadores e trabalhadoras de lá que estão aqui. Há uma decisão do Detran do Distrito Federal para tirar do Shopping Popular a única atração que ainda há para levar gente a comprar alguma coisa deles, que é o Detran. O Detran está

querendo sair do Shopping Popular, onde não pagam nada de aluguel, para ir para um prédio pagando milhões. Isso é inaceitável.

Portanto, eu pedi para que eles comparecessem aqui hoje, falei que vossa excelência, deputado Wellington Luiz, iria comprar essa briga junto comigo para que o Detran permaneça lá. Eu vou propor a vossa excelência que convoque o diretor do Detran, que esses trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui venham também, para nós resolvermos essa questão. Não é correto o que estão fazendo com eles. Se tirarem o Detran do Shopping Popular, ele morre, acaba definitivamente.

Vamos conversar também com o secretário José Humberto para ver como colocar mais instrumentos do governo para dar oportunidade para esses trabalhadores. Portanto, esse é um pedido que eu faço a vossa excelência.

Dito isso, presidente, eu quero propor outro desafio a vossa excelência. Estamos vendo, que, só neste mês – deputado Gabriel Magno, vossa excelência que é presidente da Comissão de Saúde –, morreram 3 crianças por falta de atendimento de saúde. A Câmara Legislativa do Distrito Federal não pode ficar assistindo passivamente ao que está acontecendo com a população que não tem plano de saúde no Distrito Federal; com a população que precisa, efetivamente, de atendimento médico hospitalar.

Portanto, eu sugiro a vossa excelência, deputado Wellington Luiz, que seja chamada para a Câmara Legislativa a secretária de Saúde, doutora Lucilene, e o diretor do Iges, para que possamos nesta casa, deputado Gabriel Magno, encontrar uma saída para essa situação tão grave!

Neste mês, 3 crianças morreram, perderam a vida, por falta de atendimento. Mas não foram só as crianças! Morreram pelo menos 3 mulheres também por falta de atendimento. Quem comparece ao hospital público do Distrito Federal, quem comparece a uma UPA, quem vai a uma UBS sabe o caos que está estabelecido. Não adianta o governador se negar a dar explicações – como ele se negou ao repórter da Globo –, porque virar as costas não resolve nada!

Portanto, repito, deputado Wellington Luiz, a proposta que faço a vossa excelência: vamos chamar aqui a secretária de Saúde e o doutor Juracy, do Iges, e vamos encontrar uma saída para essa situação gravíssima que vive a saúde pública do Distrito Federal. Não dá para continuar desse jeito! As pessoas estão morrendo.

Quero dizer ao pessoal da habitação que estamos prontos para votar a proposta, até porque combinei com vossa excelência, ontem, que a votaríamos no dia de hoje. Obrigado.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante, por ter cumprido o tempo rigorosamente – ficaram faltando 13 segundos.

Deputado Chico Vigilante, essa questão do Shopping Popular tem o meu apoio. Tenho certeza de que há também o apoio de todos os parlamentares; o deputado Thiago Manzoni, inclusive, já se manifestou sobre o assunto. Vou conversar com o deputado Eduardo Pedrosa, que pode nos ajudar bastante nesse processo. Se for o caso, iremos marcar uma reunião com o diretor do Detran e iremos até lá para reivindicar a permanência do Detran naquele local. Essa é uma questão de direito, de justiça e de garantia de emprego dessas pessoas. Parabéns pela iniciativa!

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, obrigado.

Eu gostaria de me somar a vossa excelência e ao deputado Chico Vigilante. Desde o ano passado recebo o pessoal do Shopping Popular, que já trouxe essa demanda relacionada ao posto do Detran. Eu gostaria de me somar ao senhor, deputado Chico Vigilante, ao deputado Wellington Luiz e ao deputado João Cardoso nessa batalha, para que o Detran continue lá e para que essas pessoas

possam continuar com o movimento que o Detran leva para lá. No final das contas, isso que leva comida para essas famílias e que lhes permite trabalhar.

Então, era só para me somar a vocês. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Antes de conceder a palavra ao deputado Iolando, eu gostaria de agradecer ao presidente da Codhab, Marcelo Fagundes, e ao diretor Carlos Leal, que se encontram presentes. Sejam muito bem-vindos! Saúdo também a Júnia, o Felipe e a Marleide. Quem mais da Codhab se encontra presente? Cumprimento também a Ana. Há uma turma boa lá atrás. Sejam bem-vindos! É muito importante rever os meus amigos como a Léa, a Eni e as pessoas que têm se dedicado a entregar moradias para os que mais precisam.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Senhoras e senhores deputados, cumprimento a galeria e todos os que estão avante nessa grande batalha da moradia.

Eu fui um dos precursores do programa habitacional – como eu já falei várias vezes – Chico Dorion, desde 1999, quando o iniciamos. Hoje, vemos essa grande vitória que foi a proposta do governador Ibaneis: o cheque moradia – com toda certeza, vai fazer diferença na vida de muitas pessoas. Nós vamos trabalhar para que isso melhore muito mais. Contem com o nosso apoio. Nós estaremos à disposição de todos vocês.

Presidente, senhoras e senhores deputados, é bom que a galeria esteja bastante cheia para que ela entenda, como também aqueles que estão nos acompanhando pelas redes sociais, por meio da TV Câmara Distrital, uma situação bastante revoltante que está acontecendo em nosso país, deputado Pastor Daniel de Castro. É uma situação repugnante, vinda de quem jamais imaginávamos ou pensávamos que viria a tomar uma posição tão drástica e tão repugnante como a que foi tomada pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal, senhor Alexandre de Moraes. É algo que estarrece a população de todo nosso país – senão a população mundial, não só os conservadores, mas aqueles que lutam pela vida humana, pela vida na sua consumação e desde a sua iniciação.

Nós estamos vendo mais um ato triste da parte do Supremo Tribunal Federal na pessoa do senhor Alexandre de Moraes. Ele suspendeu a resolução do Conselho Federal de Medicina que proíbe a prática da assistolia fetal de gestação avançada resultado de estupro. Isso é tão triste, tão indignante e tão revoltante que, a partir do momento em que você vai lendo e vai entendendo esse ato do ministro Alexandre de Moraes, vai percebendo até onde a humanidade é capaz de chegar. Não sei aonde vai chegar o sentimento e a ação humana. Eu tenho certeza de que nós pagaremos por tudo o que está sendo feito com o ser humano, principalmente com as pessoas que estão lutando por essa causa.

O Conselho Federal de Medicina, ao emitir essa resolução, agiu em consonância com os preceitos éticos que regem a medicina, buscando proteger a dignidade e o bem-estar, tanto da gestante quanto do feto. A proibição da assistolia fetal após as 22 semanas foi fundamentada na premissa de que, nesse estágio, o feto já é potencialmente viável fora do útero – ele já pode sobreviver a partir das 22 semanas fora do útero da mãe –, tornando a antecipação do parto uma alternativa mais ética e humanitária em casos de interrupção da gravidez. Isso é, a criança, com 5 meses, dentro do ventre da mãe, já pode ser retirada porque tem condição suficiente de sobreviver.

É alarmante constatar que até mesmo em procedimentos de eutanásia em animais são estabelecidos limites éticos – deputado Daniel Donizet, vossa excelência que é um defensor da área animal –, como evidencia a Resolução nº 100 (*sic*), de 2012. Sobre a eutanásia para animais, eu lerei a Resolução nº 100 (*sic*) em seu art. 15 que diz:

“Art. 15. São considerados métodos inaceitáveis:

[...]

X – uso isolado de bloqueadores neuromusculares, cloreto de potássio ou sulfato de magnésio;”.

Isso é o que determina a Resolução nº 100 (*sic*), de 2012.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Um minuto para concluir, deputado.

DEPUTADO IOLANDO – E nós vimos que o nosso representante da Constituição federal, o defensor da Constituição federal, faz uma aberração na sua ação de suspender a resolução do Conselho de Medicina e permite que essa crueldade atinja os fetos. É de uma tamanha crueldade que não cabe na mente humana. Eu não sei o porquê o ministro Alexandre de Moraes está tomando essa decisão de cassar e suspender essa resolução do Conselho Federal de Medicina.

Nem mesmo aos animais é permitida tamanha desumanidade. E, ainda assim, vemos o judiciário brasileiro desconsiderar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina. Ao suspender essa resolução, o Supremo Tribunal Federal não apenas ignora os princípios éticos da medicina, mas, também, desconsidera a vontade expressa...

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para encerrar, por favor.

DEPUTADO IOLANDO – ... dos representantes eleitos pelo povo.

Se o Congresso Nacional não tomar uma posição, não tiver um pulso firme de pegar essa posição e assumir a responsabilidade de representar a população em defesa da vida humana, nós não temos mais o que fazer nesse parlamento. Apesar de que o nosso parlamento é um parlamento distrital, mas nós elegemos os parlamentos federais que nos representam em todo o país: o do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.

É inaceitável essa posição do ministro Alexandre de Moraes. Ela envergonha o país, envergonha todos os brasileiros e envergonha todos aqueles que lutam pela vida. Quem aprova um ato desse é um genocida, é um criminoso e, com certeza, será punido. Talvez, não pela punição do homem, mas pela punição de Deus.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente; boa tarde a todos e a todas.

Infelizmente, o que me traz a esta tribuna é retomarmos um debate que fizemos, nesse plenário, há algumas semanas, sobre a situação caótica da saúde pública do Distrito Federal. Nós estamos acompanhando, com muita tristeza e indignação, as recentes mortes de crianças, principalmente nas UPAs da cidade, e os casos recentes por conta de demora no atendimento.

Nós fizemos, senhor presidente, um levantamento na Comissão de Educação, Saúde e Cultura que agrava ainda mais essa situação. Como o Iges tem operado – e é operado mesmo – contra a população, deputada Dayse Amarílio.

O contrato de ambulâncias, por exemplo, foi assinado em 2022, ao custo de 3 milhões de reais por mês. Nesse contrato, havia cláusulas de obrigações para a empresa que foi contratada, e uma delas era tempo de atendimento: 1 hora ou 2 horas, no máximo, a depender do caso. Nesse contrato de abril, também estavam previstas as responsabilidades do próprio Iges, como cobrar o estipulado no contrato; multar a empresa se necessário; rever, inclusive, a indicação das empresas caso não estivessem cumprindo o que está no contrato. Só que, em outubro de 2022, o Iges firma novo contrato com a mesma empresa – e adivinhem só? – e retira dos contratos as cláusulas que obrigavam o Iges a cobrar tempo de espera, a fiscalizar, a aplicar multas.

Quem deu a autorização para o Iges negociar contrato com empresa privada contra a

população? Isso é uma irresponsabilidade, inclusive, do ponto de vista criminal. O que o Iges tem feito com a saúde pública dessa cidade, senhor presidente, é uma irresponsabilidade. Nós já dissemos muitas vezes: ou acabamos com o Iges ou Iges acaba com a vida das pessoas, de maneira literal. É literal o que está sendo feito! É preciso tomar medidas urgentes.

Nós acionamos, ontem, o Tribunal de Contas e o Ministério Público do Distrito Federal, primeiramente, para cobrar a revisão imediata dos contratos. As empresas que não estão cumprindo com aquilo que está no contrato precisam ser cobradas por isso, porque elas estão recebendo pagamento. Depois, é preciso apurar as responsabilidades daqueles que deveriam zelar pela saúde da população.

Digo isso, senhor presidente, porque nós estamos vivendo de novo, no DF, a sazonalidade da pediatria, o que não é novidade. Isso não é novidade! No ano passado, houve, assim como nos últimos anos também. Nesse período do ano, há um aumento da demanda na rede. Qual foi a ação do GDF? Nenhuma. Depois da desastrosa condução da dengue, há uma desastrosa condução de novo na sazonalidade da pediatria.

Falta pessoal, mais de 24 mil servidores na saúde. Não há uma proposta de nomeação, de contratação urgente. O Tribunal de Contas acabou de acatar uma outra representação da nossa autoria quanto ao não cumprimento do mínimo constitucional na saúde. Não se investe aquilo que é devido na saúde pública do Distrito Federal.

Agora, o governador... Inclusive, acho que hoje já foi ou vai ser lido um projeto de decreto legislativo de nossa autoria. Nós também fomos ao Tribunal de Contas pedir que se revogasse o grupo de trabalho para a compra de helicóptero. Isso é brincar, é zombar com a cara da população.

Corroboro a fala do deputado Chico Vigilante. Que possamos, senhor presidente – e, para isso, coloco a Comissão de Educação, Saúde e Cultura à disposição –, chamar mais uma vez a secretária de Saúde e o presidente do Iges-DF, que precisam dar explicações não só para esta casa, não, mas para a sociedade. É preciso apresentar os dados para esta casa porque, nas últimas vezes em que aqui estiveram, não conseguiram justificar a demora no atendimento e a superlotação nas UPAs; e, agora, as alterações nos contratos com empresas que têm dado prejuízo para a população. Alguém está recebendo, e recebendo muito dinheiro para prestar um péssimo serviço para a população.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Presidente, eu vou concluir com o minuto que me falta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Um minuto, companheiro.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – No final de semana e nessa semana, estive visitando várias escolas.

Estamos terminando o bimestre letivo, deputado Fábio Félix, e é inadmissível, inacreditável, que, por exemplo, as escolas de ensino médio estejam sem diário. Os professores estão entregando a nota no bilhete de papel porque não conseguem lançá-la no sistema.

Estamos terminando o mês de maio e, de novo, há um contrato milionário da Secretaria de Educação – no valor de 40 milhões de reais –, com uma empresa de São Paulo, para apresentar o EducaDF, um sistema que não funciona; isso, mesmo estando vigente concurso público que foi aberto, pela secretaria, para técnico de gestão de informática, deputado Max Maciel, com 42 vagas, para chamar 92 aprovados. Com os 40 milhões, poderiam ser chamados mais de 400 servidores para aperfeiçoar o sistema que já existe, o i-Educar. E as escolas têm que entregar as notas para as famílias e para os estudantes em um pedacinho de papel, em um bilhete, porque não há sistema funcionando na rede de educação do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno, pelo cumprimento do tempo.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, primeiro quero saudar a presença de todas e todos neste plenário. Vejo muitas categorias de servidores. Há muita gente lutando por melhorias nas suas categorias e nas suas vidas.

Cumprimento a todos e saúdo, em especial, os alunos do Colégio Cívico-Militar Centro Educacional 308, do Recanto das Emas, que estão aqui; a professora Rosane e o professor Igor, que estiveram no meu gabinete. A escola e os alunos têm projetos maravilhosos. Agradeço a eles a presença. Contem conosco, contem com a Câmara Legislativa.

Fiquei muito impressionado com o trabalho e a unidade de vocês. Há uma parceria e parece que vocês se transformaram em uma família. Inclusive, quero visitar a escola o mais rápido possível. Parabéns! Sejam bem-vindos. A casa é de vocês.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Permite-me vossa excelência um aparte?

DEPUTADO RICARDO VALE – Ouço o aparte de vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, pedi um aparte só porque tenho, também, a alegria de receber os alunos do CED 308, do Recanto das Emas, onde estive algumas vezes, deputado Ricardo Vale. Vossa excelência gostará do que verá lá: uma escola bem cuidada e um grupo de professores e alunos nota 10.

Eu tenho a honra de ser padrinho do 3º ano de lá pelo segundo ano seguido. Se vossa excelência quiser nos ajudar no trabalho que fazemos com eles, será muito legal. Sempre destinamos emendas para melhorar a estrutura da escola. Essa garotada merece demais. Esses caras são nota mil.

Sejam muito bem-vindos. Deus abençoe vocês!

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

Quero registrar e agradecer a presença do doutor Mauro, diretor da Diate, um amigo que faz um trabalho brilhante nesta diretoria – que, para mim, é a menina dos olhos da Codhab –, ao lado do nosso presidente. O Marcelinho eu já havia cumprimentado, mas ele não estava. Vou cumprimentá-lo novamente, assim como os demais diretores – o Alexandre, que eu vi ali há pouco – e os servidores da Codhab que aqui se encontram.

Vamos adiantar que há muita coisa importante para se votar hoje.

Convido para fazer uso da palavra o nobre deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero trazer uma pauta que faz gente sofrer: essas derrubadas.

Por mais que eu saiba que o Estado cumpre o seu papel, e precisa cumprir, precisa coibir as invasões; na verdade precisava prender esses grileiros todos que grilam, presidente, esse não é o caso do cidadão que está construindo sua casa, que vai impiedosamente para o chão. Eu já falei hoje com várias pessoas do governo, pois estão ocorrendo mais derrubadas no assentamento 26 de Setembro.

Eu, que sou um deputado muito regionalizado, por mais que minha votação tenha se expandido por todo o Distrito Federal, graças a Deus, e também pela força da igreja, acabo sofrendo como parlamentar, porque são cidadãos que, muitas vezes, têm a expectativa da sua moradia, compram ali o seu terreno e vão construir a sua casa. A área está em processo de regularização,

portanto é passível de regularização.

Eu venho, presidente deputado Wellington Luiz, pedir a vossa excelência que nos ajude nessa situação. Peço a vossa excelência, que tem muita entrada com o governo também, que nos ajude para que façamos esse diálogo com o governo para preservar essas pessoas que estão construindo sua casa, encaminhá-las aos órgãos competentes, a fim de que elas consigam o seu alvará de construção, e, assim, construam sua moradia, que é o seu sonho. Perceba como fica a situação aqui: um deputado da base sofrendo porque está ocorrendo derrubada lá na cidade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu estou pedindo inclusive a ajuda de vossa excelência. Estou dialogando com o governo, porque casa no chão é muito impiedoso. Nós temos tantos outros instrumentos, como a notificação, para que as pessoas possam contratar um advogado e fazer defesa. Estão construindo suas casas, e são passíveis de regularização.

Sou totalmente contrário à invasão, à grilagem, totalmente. É uma pauta em que nem consigo entrar muito, até pela minha questão, como pastor, mas é injustiça trazer ao chão a casa das pessoas, muitas vezes até com pessoas dentro.

Peço a vossa excelência que nos ajude nesse diálogo com o governo, porque estão derrubando lá no assentamento 26 de Setembro mais uma vez. Nós, deputados da região, sofremos muito, porque o “zap” que eles têm é o do deputado, não é o do governo, não é o do secretariado, é do deputado. Cobram-nos de forma veemente e nós precisamos de ajuda. Rogo a vossa excelência que nos ajude nessa pauta também.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Claro, deputado. O que nós vamos fazer? Eu queria que depois fosse apresentada a comissão ou os representantes desses moradores, para que conheçamos o problema de fato: o que motivou essas derrubadas.

Eu preciso fazer um registro com toda a honestidade e transparência: o secretário Cristiano Manguiera é extremamente sensível e cuidadoso. Nós precisamos saber se essas derrubadas foram motivadas por decisão judicial ou por alguma ocupação que gera algum tipo de risco. Então, seria importante nós sabermos isso, trazermos as pessoas e marcarmos uma reunião com o secretário Cristiano Manguiera – tenho certeza de que ele vai justificar o motivo pelo qual aconteceram essas derrubadas –, e descobriremos se não houve nenhuma motivação judicial.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero agradecer ao Cristiano Manguiera, já falei com ele umas 4 vezes hoje. Ele é uma pessoa extremamente sensível e cumpre o seu papel.

Quanto à derrubada, muitas vezes chegam ao DF Legal coisas diversas. Esse condomínio, por exemplo, está lá há 3 anos. Não está regularizado, mas é passível de regularização – é só para quem sabe. Eu fiz um vídeo hoje, postei para a cidade. O caminho é não construir, é procurar a Terracap, procurar a Codhab, procurar a Central de Aprovação de Projetos, na Secretaria de Habitação, para caminharmos dentro da legalidade. Mas, enquanto isso não ocorre, pelo menos que se preservem essas casas e não façam a derrubada, até que o cidadão consiga regularizar a sua moradia.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro, sem dúvida nenhuma é uma matéria que nos preocupa bastante: tirar os sonhos das pessoas. Derrubar sua casa é algo que nos incomoda e nos traz um trauma muito forte. É importante

conhecemos os problemas para que possamos tomar a melhor decisão. Agradeço ao deputado.

Deputado, por favor, me lembre e me cobre para eu marcar com o secretário Cristiano Manguiera. Vamos conhecer os problemas para que possamos nos posicionar como instituição.

Todos sabem que o governo Rollemberg foi o que mais torturou as pessoas, os mais pobres e até os mais ricos, fazendo derrubadas em qualquer lugar que houvesse casas. Nós combatemos muito isso, eu e vários deputados que aqui se encontram. Não seremos incoerentes.

Só precisamos saber qual é a causa disso, está certo, deputado? Temos o nosso compromisso com vocês. Obrigado.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.)
– Presidente, boa tarde. Saúdo todas e todos que nos acompanham no plenário, na galeria e também nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Presidente, eu ia falar sobre um tema, mas, como tocaram no assunto saúde, é importante reforçarmos esse debate.

Na semana passada, a base do governo veio aqui, atacou o deputado Gabriel Magno, falou que a saúde no Distrito Federal é uma maravilha e que, na área da saúde do Distrito Federal, há oportunidades e avanços. Gostaria que a base dissesse para o familiar da criança que morreu se, de fato, a saúde do Distrito Federal está da forma como defende o governo aqui.

O problema não é a empresa; não é a UTI Vida, não. O problema é o governo Ibaneis, que ainda mantém o Iges-DF como linha central da saúde, com 40% do orçamento destinado a uma empresa que terceirizou outra empresa.

Nós estamos na ponta, e qualquer um de nós que visitar a área da saúde será bem atendido, porque os profissionais nos atendem muito bem – são profissionais altamente capacitados. Mas estão defasados o sistema, o quantitativo de técnico de enfermagem, os quantitativos de Avas e de ACS. Se houvesse agentes comunitários de saúde suficientes, talvez a mortalidade por dengue, hoje, estaria bem menor.

Posso afirmar que, com a prerrogativa que tenho de ser deputado, se fosse uma filha minha que morresse porque faltou uma ambulância, eu tacava fogo. Eu quebrava tudo, pois o maior vandalismo é o Estado permitir que um cidadão morra por falta de assistência. Isso é que é vandalismo!

O maior vandalismo é deixar alguém passar fome, ficar sem moradia, sem emprego. Não é porque o Estado é engessado, não! Isso já é a pauta liberal de pegar recurso que poderia ser administrado pela Secretaria de Saúde e destinar a um instituto que terceiriza a mão de obra e não cumpre o seu papel.

Ninguém acessa ou consegue acessar os contratos. Os contratos não são seguidos à risca. A população sofre na ponta, e nós pedimos paciência. Paciência é a última coisa que eu peço para a população do Distrito Federal: não tenha paciência! Vá para a rua. Ocupe a rua, tome os espaços, lute pelos espaços!

Não vamos aceitar isso apenas com notificação. Tem que cair a gestão, tem que cair o comando do Iges. Temos que acabar com o Iges-DF.

Nós temos que fortalecer a máquina pública, porque é ela que tem o domínio, a memória. Nós já fomos referência, no Distrito Federal, em atenção primária. A ex-deputada Maninha era secretária de Saúde, e havia uma maior cobertura de atenção da Saúde da Família. Temos experiência de como se faz isso, mas seguimos a lógica de terceirizar para terceirizar para terceirizar.

Eu não sou da área da saúde, mas sou usuário, minha família é usuária. Na UPA, onde o paciente deveria ficar 24 horas, ele fica 6 dias a mais na internação. A deputada Dayse Amarilio oficializou a Prosus e virá aqui falar sobre isso. As pessoas ficam 6 dias não porque a complexidade do caso delas requer 6 dias, mas, sim, porque não há um profissional que vá lá dar a alta para fazer o leito girar.

Isso não é o Estado, é o Iges, que é uma organização que contratou outra organização. Se houvesse quadro funcional regulado; profissionais concursados, capacitados, com memória... Saúde é memória.

Quando havia o Saúde da Família perto da minha casa, a enfermeira sabia o problema que a minha mãe tinha, que o meu pai tinha, que minha irmã tinha. Ela fazia o acompanhamento, ia cobrar, fazia a busca ativa. Hoje em dia, é peregrinação e sorte; mas não se lida com a saúde por meio de sorte. Saúde é prevenção, é cuidado, é estilo de vida, é alimentar-se bem.

É um absurdo que no Distrito Federal haja pessoas morrendo por falta de assistência. Não é falta de dinheiro. Há muito dinheiro, e nós precisamos recorrer a isso.

Presidente, nos últimos 50 segundos, quero apenas oficializar todos da casa e os convidados que, para o próximo dia 29, já estão convidados o BRB, a Semob e a TCB, a fim de debatermos como vai ser a mudança para esse novo sistema de bilhetagem que pretende retirar o dinheiro de dentro dos ônibus.

Quero dizer que nós já oficializamos todos, já fizemos as indicações. Não existe retirar dinheiro do sistema. Isso não existe! A pessoa com dinheiro tem que ter condição de adquirir o bilhete em algum lugar. É assim que funciona em outras cidades, no mundo. Pode ser que se retire o bilhete de dentro do veículo, mas, ainda assim, o cobrador ajuda a pessoa com mobilidade reduzida, auxilia o motorista no trânsito. O usuário que não tem internet para fazer um Pix pelo aplicativo...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Para concluir, presidente.

O usuário com dinheiro precisa, na padaria, comprar um bilhete avulso que seja ou fazer a recarga do seu cartão. Ele precisa ter a opção de fazer a aquisição em um totem ou nas bancas de revistas. Isso precisa estar difundido em todo o sistema, e não apenas em unidades do BRB, porque ainda são apenas 12 e não estão descentralizadas para o conjunto da população.

É importante ter controle do sistema, é importante haver o Cartão Mobilidade, porque essas coisas garantem integração. Isso é mais barato para o usuário, mas nós não podemos dificultar o acesso daquelas pessoas que têm dinheiro vivo e que precisam embarcar no sistema. Elas precisam adquirir o bilhete de forma prática e rápida. É assim que funciona no estado de São Paulo e no estado do Rio de Janeiro. Esperamos que assim também funcione no Distrito Federal.

Dia 29, vamos trazer aqui o governo para apresentar o que está sendo implementado. A população tem que acessar o transporte de forma digna e eficiente, mas o acesso não deve ser limitado apenas a quem tem o aplicativo ou ao cartão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Max Maciel, obrigado pelo comprimento do tempo.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas. Antes de qualquer coisa, eu gostaria de agradecer a Deus por este momento; às várias categorias que estão representadas na galeria, hoje, aos servidores; ao pessoal da habitação. Muitos de vocês devem ter ido lá na casa do meu avô Joaquim Roriz quando eu era criança. Desde aquela época vocês lutam por algo que meu avô falava que não é privilégio, mas direito. Moradia é direito.

Eu quero parabenizar a iniciativa do governo do Cheque-Moradia, que dará o primeiro passo

para aumentar a assistência e garantir que as pessoas tenham acesso a moradia digna. Uma pessoa falou algo com que eu concordo 100%. O valor não é o suficiente, não chega nem perto de ser o suficiente. É pouco, mas é um primeiro passo importantíssimo.

Nós fizemos uma reunião de líderes ontem e recebemos a grata notícia de que, para os estados que tomam a iniciativa de criar esse subsídio, o governo federal oferece uma contrapartida. Então, já vamos partir do pressuposto de que não serão 15 mil, mas que vai chegar inicialmente a 30 mil. Vamos fazer estudos que mostrem que futuramente, em breve, esse aumento vai ser necessário e vai passar por esta casa. Eu tenho certeza de que todos os parlamentares vão lutar por essa missão de vocês.

Para finalizar, eu queria só prestar minha solidariedade – eu tenho certeza de que todos aqui também prestam – à família da Anna Julia, deputado Gabriel Magno. Eu estava vendo a matéria do *Metrópoles*.

Eu sou pai, tenho uma filha de 4 anos. Uma das fotos publicadas dela mostra-a usando uma roupinha de Mulher Maravilha. É uma roupinha que a minha filha tem. Ficamos realmente sem saber o que fazer, pois nada vai reparar a dor dessa família. Nenhuma atitude, nenhuma palavra, nenhuma demonstração de solidariedade vai corrigir o que foi feito. Não há como. É impossível. Eu não consigo nem imaginar o que eu faria da minha vida sem a minha filha. A minha filha é tudo pra mim.

A única coisa que podemos fazer como Legislativo, como governo, como pessoas que representam a população, é trabalhar o máximo possível para que isso não aconteça novamente.

De ontem para hoje, o governador Ibaneis anunciou a compra de mais 60 ambulâncias.

O deputado Gabriel Magno mencionou a questão do elemento de recorrência anual, sazonal. Por isso, mês passado, deputado, eu apresentei um projeto de lei na Câmara Legislativa justamente para tratar das crises da saúde em que há a questão sazonal no Distrito Federal.

Eu protocolei esse projeto no dia 9 de abril. Ele determina medidas preventivas para crises futuras de dengue, gripe e doenças respiratórias. Dentro do escopo desse projeto de lei, o Governo do Distrito Federal deverá fazer um preparo anual contra doenças que são recorrentes com aquisição antecipada de vacinas; repelentes; teste rápido; contratação preventiva de fumacê; ampliação de leitos hospitalares, especialmente leitos pediátricos, antes da situação se agravar.

Esse projeto determina que a rede pública de saúde elabore um cronograma para enfrentamento dessas doenças 90 dias antes do início do prazo dessa sazonalidade. É o que podemos fazer para tentar reduzir o risco de essa tragédia acontecer novamente.

Eu conto com a ajuda dos demais parlamentares, especialmente dos presidentes das comissões, para que esse projeto tramite, deputado Rogério Morro da Cruz, o mais rápido possível e seja aprovado, a fim de que nenhuma outra família sinta a dor que a família da Anna Julia está sentindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto, vossa excelência cumpriu exatamente o tempo estabelecido.

Encerramos os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Mais uma vez vou pedir para que sejamos bem objetivos e céleres a fim de iniciar o processo de votação, porque há muitas pautas importantes hoje.

Muito rapidamente – a deputada Paula Belmonte me pediu –, gostaríamos de fazer uma menção, de maneira muito especial, aos estudantes e professores da UniSER UnB, que estão aqui participando do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, quero primeiramente agradecer ao deputado Eduardo Pedrosa, que me permitiu falar antes dele.

Quero desejar a todos da UniSER – há outro grupo esperando para entrar também – boas-vindas. Sou parceira da UnB e da UniSER. Destinamos mais de 5 milhões em emendas parlamentares para que a UniSER continue fazendo esse programa com os idosos do Distrito Federal.

Conseguimos formar mais de 700 idosos no Distrito Federal. Trata-se de um programa maravilhoso! Todas as pessoas com mais de 45 anos podem se inscrever nele. Elas têm a possibilidade de terem aulas com professores da UnB.

Eu sempre fico muito emocionada quando vou às formaturas, porque sempre tive o sonho de estudar na UnB. Quando eu vou às formaturas, vejo que muitos dos senhores também tiveram esse mesmo sonho de se formar na UnB. Receber um diploma do curso de extensão é algo muito gratificante. Que Deus abençoe vocês!

É uma grande alegria, como deputados – está aqui a deputada Jaqueline Silva, uma deputada parceira –, recebê-los aqui. A casa da população, a casa do povo, é, com certeza, a casa do idoso e da idosa.

Falo idoso e idosa, porque a UniSER é a Universidade do Envelhecer, mas nós estamos da flor da idade! Tenho 50 anos e estou nessa peleja da idade. Estamos na flor da idade para aproveitar tudo o que construímos, tudo o que trabalhamos para o Distrito Federal.

Sejam muito bem-vindos! Muito grata pela presença dos senhores. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, demais colegas deputados e deputadas, antes de mais nada, eu queria me solidarizar com a família da Anna Julia. O deputado Joaquim Roriz Neto falou muito bem da dor que isso representa para este parlamento e para toda a população do Distrito Federal. Pedimos que medidas sejam tomadas nessa fiscalização, nessa cobrança, para que não se veja mais esse tipo de coisa acontecer aqui.

Eu também queria cumprimentar todos aqueles que vêm a esta casa para falar sobre moradia. Diante desse projeto tão importante – moradia é uma pauta fundamental para esta casa –, não poderíamos deixar de falar sobre isso e de votar essa matéria hoje. Tenho certeza de que este é o início de um processo que, se Deus quiser, em muito pouco tempo, será ainda mais benéfico para todos vocês. Sabemos o quanto é importante que os valores sejam maiores, como foi dito pelo deputado Joaquim Roriz Neto e por outros deputados que falaram antes de mim.

Presidente, neste momento, eu queria fazer uma fala sobre um assunto que veio à tona na semana passada que muito me entristece e que me dá um grande aperto no coração. Este é o título de uma matéria veiculada na semana passada: *Plano de Saúde Alega 'Prejuízo' e Cancela Atendimento a Crianças Autistas*.

O plano de saúde Amil, ao longo da semana passada, fez o cancelamento dos planos coletivos de pessoas autistas. Trata-se de um cancelamento ilegal. Isso é ilegal por quê? Essas pessoas estão em tratamento. Às vezes, para a pessoa conseguir avançar na fala, conseguir ter algum tipo de desenvolvimento, levam-se meses, até anos! Se esse tratamento é tirado da noite para o dia, em poucos dias, em poucas semanas, tudo isso é perdido e vai por água abaixo. Além disso, pela lei, não se pode fazer cancelamento de planos de pessoas em tratamento.

Também, quando acontece o cancelamento de um atendimento como esse, deve-se garantir às pessoas outro plano compatível, além de informá-las com 60 dias de antecedência. Isso não foi o que aconteceu. Essas pessoas foram descredenciadas e simplesmente ficaram sem a oportunidade

do tratamento. Muitas dessas pessoas tiveram que buscar um plano com coparticipação.

Vejam o movimento que as operadoras de planos de saúde estão fazendo: elas fazem as pessoas saírem do plano. Como as pessoas precisam continuar o tratamento, elas vão ter que pagar mais caro por um plano com coparticipação. Isso não tem lógica! É uma injustiça enorme com essas famílias, com essas pessoas. Nós não podemos aceitar essa alegação de prejuízo de um setor que, no ano passado, informou lucro de 3 bilhões de reais.

Eu me coloco no lugar de uma mãe que foi abandonada; cria o seu filho sozinho; vive de um BPC-Loas, que já não é suficiente, e que agora vai ter que pegar dinheiro emprestado, se virar para conseguir cuidar do seu filho.

Isso é inadmissível. Nós precisamos nos colocar no lugar dessas pessoas, para que essas famílias tenham todo o suporte adequado; para que essas famílias consigam encontrar apoio daqueles que os representam.

Ora, se o governo já não garante o atendimento, que é devido, até os planos de saúde estão descredenciando as pessoas?! E outros planos de saúde não as aceitam. As pessoas tentam se credenciar e não conseguem acesso a um plano de saúde que tenha atendimento a pessoas com autismo.

Trata-se de uma discussão muito séria, que tem que ser feita. Esse é um assunto muito importante, que tem que ser debatido. Nós não podemos deixar desse jeito.

Estou entrando – com o Movimento Orgulho Autista do Brasil, com o doutor Edilson e com o Instituto PAS – com uma ação pública, hoje ainda, contra a Amil e contra a ANS por permitir um absurdo desse com a população do Distrito Federal e do Brasil, com as pessoas com autismo no nosso país. Nós não podemos aceitar esse tipo de iniciativa, que é injusta, desumana e que coloca as pessoas em segundo plano.

Nós temos que defender, em primeiro lugar, as pessoas; e é para isso que nós estamos aqui. Temos que fazer isso juntos, para não deixarmos com que corporações como essa façam uma coisa absurda dessa forma e isso passe simplesmente: “Ah, passou, aconteceu”.

Deixo o convite aos representantes da Amil para que, se quiserem, venham a esta casa se explicarem, porque eu não vi ninguém explicar o assunto, não vi ninguém me propor nada que fosse para atender às pessoas com autismo. Agora, na hora de cancelarem os planos, estão presentes, fazendo esse tipo de coisa absurda.

Queria deixar essa minha fala de repúdio, revolta. Digo que nós vamos mover essa ação pública contra a Amil e a ANS.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Presidente, peço só mais uns segundinhos para poder fazer a conclusão da minha fala, para que haja esse encaminhamento.

Por fim, também queria falar, como o deputado Chico Vigilante falou agora há pouco, sobre essa situação do Detran-DF. Deputado Chico Vigilante, eu até tive o cuidado de falar com o José Humberto, pois existe um plano do governo de fazer a estruturação de todo aquele espaço, de fazer uma revitalização do Shopping Popular.

O BRB saiu de lá. Hoje, grande parte das bancas não está ocupada, e queremos que haja uma estrutura adequada para os servidores realizarem os atendimentos, e a população ser atendida.

Diante dessa situação, de teto caindo, de várias matérias saindo em diversos jornais, de os próprios servidores reclamarem, precisamos tomar uma providência. Não dá para deixarmos as pessoas trabalhando em um local que, às vezes, durante a noite, o vigilante tem que acompanhar alguém por a pessoa se sentir insegura.

Queria deixar essa fala sobre a necessidade, sim, de se tomar uma providência para a

revitalização daquele espaço, para que o Shopping Popular possa ser, de novo, um lugar pujante.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Para que se garanta àqueles servidores um ambiente de trabalho adequado, ou, senão, que eles possam ir para outra localidade onde, de fato, possam atender à população como ela merece e precisa.

É isto: é muito importante que não deixemos os servidores trabalhando naquela situação, onde o teto está caindo e a estrutura é precária. Isso não pode perdurar por mais tempo. Nós temos que resolver isso logo.

Por fim, em relação à situação da Amil, eu estou revoltado com isso. Dói no nosso coração, porque nos colocamos no lugar das famílias, dos pais e mães.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa, parabéns pelo pronunciamento.

Quero registrar a presença do diretor Luciano Marinho, da Val, do Etiene, da Leia. Há muitos amigos aqui, cuja presença aos pouquinhos eu vou registrando – são pessoas pelas quais eu tenho muito carinho.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, falarei sobre o Detran. O Takane, para mim, é um dos melhores diretores que o Detran já teve. Ele já esteve aqui dentro, que sabe do trabalho que fazemos, e nós sabemos do trabalho que ele vem executando lá. Ele me passou, deputado Chico Vigilante, o que está acontecendo para que o Detran queira sair lá da feira. Eu vou ler o que o presidente do Detran me passou.

Há diversos processos administrativos abertos pelos servidores lotados na unidade do Shopping Popular, que relatam: aparecimentos constantes de escorpiões, cobras e animais em salas de atendimento, mesmo após a realização de dedetizações; acesso de usuário de drogas, pessoas suspeitas e uma tentativa de furto a uma usuária nas dependências do Shopping Popular; falta total de iluminação no Shopping Popular, o que expõe os servidores ao perigo constante da violência, fazendo-se necessária a escolta dos servidores pelos seguranças dessa autarquia; atos de vandalismo nas unidades do Shopping Popular.

As unidades do BRB e do Na Hora já saíram do Shopping Popular pelos mesmos motivos expostos. Não bastasse isso, todos os anos são noticiados transtornos durante o período de chuva, tais como alagamento, queda de telhado entre outros.

Além de todas as dificuldades, diariamente a unidade do Detran no Shopping Popular enfrenta constantes quedas de energia. Isso causa transtornos em atendimentos agendados (Ininteligível.) e na triagem dos processos, o que ocasiona atrasos na entrega de diversos serviços dessa autarquia.

O GDF está em tratativa com a SPU para que o espaço do Shopping Popular tenha outra destinação, qual seja, a de mercado modelo, fazendo-se obrigatória a desocupação do local por parte do Detran. É importante frisar que 99% das bancas já se encontram desativadas e lacradas há muito tempo.

Essas são palavras, deputado Chico Vigilante, do Takane, diretor do Detran, uma pessoa extremamente competente. Essas são as dificuldades do Detran.

Voltando à questão do governo, o deputado Gabriel Magno veio falar sobre helicóptero. Esclareço que todos os governadores – todos os que passaram, deputado Gabriel Magno – usaram um. Não é luxo ter helicóptero, é necessidade. O governador Ibaneis é um dos governadores que menos utiliza helicóptero. Ele utiliza helicóptero muito menos que outros. O helicóptero faz parte da

estrutura de que o Governo do Distrito Federal precisa para funcionar normalmente.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Encerre, por favor, deputado.

DEPUTADO HERMETO – Só um minuto.

O presidente Lula comprou o avião por uma necessidade. O presidente Lula estava certo em comprar um avião novo. Ele é presidente da República e tem que se locomover. No Distrito Federal, o governador precisa de um helicóptero novo. O presidente Lula não comprou um avião novo por medo de o avião velho cair? É a mesma coisa.

O governador quer um helicóptero melhor. Se o helicóptero cair, vamos ficar sem governador? Morreu o presidente do Irã na queda de um helicóptero. O helicóptero não vai para a mansão do governador, visto que ele não precisa disso. O helicóptero é para locomoção em caso de emergência.

O presidente Lula, por quem tenho o maior respeito, comprou um avião. Por que o Ibaneis não pode comprar um helicóptero mais novo? Há o exemplo do presidente do Irã, que morreu por causa de um helicóptero.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vou conceder a palavra ao deputado Robério Negreiros, mas peço que não haja tantos pedidos de uso da palavra. Se não for assim, as falas não vão acabar!

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria só fazer um aparte ao discurso do deputado Hermeto.

Sua excelência colocou as condições. Acho que todos os deputados têm que saber as condições. Conversei com o diretor-geral do Detran agora. Isso não será feito amanhã, nem daqui a 10 dias. A previsão é de 60 dias. Ele vai abrir o diálogo para ver se há alguma saída.

A questão está muito clara. O Shopping Popular tem 99,99% das suas lojas fechadas. O treinamento do Detran é na parte de trás do *shopping*. Temos que ver isso, porque da forma como está não serve à população.

Em respeito a todos, será aberto o diálogo com o diretor-geral, o competente Takane, para vermos se há alguma saída que atenda à população do Distrito Federal. Isso é o mais importante.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos garantir a palavra ao deputado. Logo depois das falas, conforme diz o Regimento Interno da casa, iniciaremos o processo de votação. O primeiro item de pauta vai ser, exatamente, a criação do subsídio. No entanto, eu gostaria de garantir a palavra ao nobre deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, respeito o pedido de vossa excelência quanto aos pedidos de uso da palavra, mas quero falar sobre algo muito importante.

Nesta casa, há 4 deputadas: a deputada Paula Belmonte, a deputada Jaqueline Silva, a deputada Doutora Jane e a deputada Dayse Amarílio. Temos demonstrado todo o nosso carinho, amor e respeito por essas mulheres. Esta casa tem mandado, para o Distrito Federal, o recado de

que não aceita nenhum tipo de afronta a qualquer mulher que seja.

Fiquei muito preocupado e encaminhei, ontem, um ofício ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pedindo investigação contra os ativistas que estiveram nesta casa e fizeram duras acusações contra a juíza da Vara de Execuções Penais, a doutora Leila Cury.

Venho da advocacia criminal, conheço a juíza e sei do seu respeito e comprometimento. Ela foi atacada nesta casa. As falas do senhor Rodrigo, conhecido como Rodrigo Pilha, e do senhor Michel Platini podem, em tese, presidente, configurar crimes de calúnia e difamação contra a magistrada.

Para que eu não incorra em uma imputação errônea, estou solicitando ao Ministério Público, diante da gravidade das acusações e da necessidade de se preservar a honra e a integridade moral da magistrada, doutora Leila Cury, que proceda à apuração rigorosa dos fatos narrados aqui nesta casa, a fim de verificar a ocorrência dos crimes de calúnia e difamação e tomar todas as medidas cabíveis para responsabilizar os senhores Michel Platini e Rodrigo Cademartori, caso se configurem os crimes aqui elencados por mim de calúnia e difamação.

Não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, que qualquer mulher que seja venha a esta casa e nesta casa seja desrespeitada por qualquer cidadão que aqui esteja.

Quero deixar um ato de desagravo em favor da doutora Leila Cury, pessoa da mais alta credibilidade e honra na magistratura do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Antes de passar a palavra ao deputado Chico Vigilante, quero parabenizar o deputado Pastor Daniel de Castro e agradecer a iniciativa dele.

Deputado, isso demonstra o compromisso que vossa excelência tem com as mulheres e com as autoridades. Quem conhece a história da doutora Leila Cury sabe que jamais o que foi dito contra ela é verdade.

Nós lamentamos muito. Houve uma reação da Câmara Legislativa imediatamente, de todos nós parlamentares, em defesa da juíza, da profissional, da mulher.

Vossa excelência está de parabéns, inclusive quando toma a iniciativa de solicitar providências junto aos órgãos competentes, para que seja restabelecida a ordem.

Vossa excelência, como advogado, conhece a história da juíza Leila Cury e sabe exatamente a importância que é reagirmos em favor daqueles que merecem.

Parabéns ao nobre deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, quem conhece o Shopping Popular sabe que o Detran está muito bem instalado lá. Com relação à questão de insegurança, se formos falar de insegurança, iremos fechar tudo no Distrito Federal.

Nós não estamos de acordo com que o Detran saia de um lugar em que não paga nada de aluguel – só paga água e luz – e vá para um prédio onde pagará milhões de reais de aluguel, fazendo com que aquelas pessoas que estão lá fiquem mais desesperançadas ainda. Ali há estacionamento, ali há conforto. A população procura pelo Detran lá.

Eu acho que o Governo do Distrito Federal, em vez de ficar pagando aluguéis milionários por aí, deveria levar mais órgãos para aquele prédio. É um prédio cuja construção custou 12 milhões e meio. Está praticamente no centro da cidade. Existem vários órgãos do Distrito Federal que estão onde era a rodoferroviária, que tem menos conforto do que o Shopping Popular.

Portanto, eu faço um apelo efetivo para que o Detran continue lá e que o Governo do Distrito

Federal leve mais órgãos para o Shopping Popular, a fim de que haja freguesia para aqueles feirantes que estão lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, também faço um aparte à fala do deputado Pastor Daniel de Castro sobre a juíza Leila Cury em relação à seriedade dela nessa árdua função. Deixo claro que os 2 elementos fizeram ataques rasteiros. Inclusive, contra um deles, o tal Pilha – eu o conheço –, foi aberto um processo por um problema que ele teve de confusão na prisão. Houve muita confusão em relação a isso.

Um ataque deliberado como esse é muito ruim, porque utilizaram a tribuna da casa, do Poder Legislativo. A juíza é uma juíza respeitada, com reputação ilibada. Eu acho que esta casa deve respeitá-la. Todos os parlamentares desta casa são livres para discutirem todos os temas variados da sociedade, mas que haja o devido respeito, principalmente quando se trata de autoridades constituídas cuja reputação é ilibada, como a da juíza Leila.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Daniel Donizet.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar o pessoal das galerias.

Senhor presidente, hoje, quero começar agradecendo às pessoas; aos comerciantes; aos empresários que aderiram à nossa campanha solidária do SOS Rio Grande do Sul. Nós conseguimos espalhar diversos pontos de arrecadação em todo o Distrito Federal.

Ontem, eu visitei o Jardim Zoológico, um dos pontos de arrecadação. Nós já conseguimos arrecadar mais de 5 toneladas de doações: rações, água, alimentos e roupas, que serão encaminhados à FAB, cuja missão é levar todas as doações para o estado do Rio Grande do Sul. Essa campanha será finalizada na sexta-feira. Então, para quem quiser aderir à nossa campanha solidária, ainda há tempo de fazer a doação.

Senhor presidente, eu queria falar também de algumas conquistas que temos conseguido na nossa causa animal. Primeiro, eu queria falar do nosso hospital veterinário, que fica na região de Taguatinga. Nós conseguimos fazer a ampliação desse hospital quando assumimos o nosso primeiro mandato, em 2019.

Esse hospital funcionava precariamente. Ele atendia cerca de 30 animais por dia. Faltavam especialidades, faltavam profissionais. E nós conseguimos fazer a sua ampliação. Colocamos recursos para fazer a manutenção. Conseguimos, junto ao governo, 10 milhões de reais em investimento. E, agora, nós conseguimos quadruplicar o número de atendimentos.

Hoje nós atendemos, por exemplo, a especialidade de ortopedia, que era uma demanda muito solicitada. Hoje, nós temos internações de 24 horas, mas sabemos que a demanda ainda é muito grande no Distrito Federal. E, por esse motivo, no início deste semestre, nós conversamos com o governador e levamos um projeto para construirmos um novo hospital. O hospital de Taguatinga não está suportando a demanda, por isso o compromisso de construirmos um hospital na região norte, exatamente na região de Sobradinho.

Esse processo já se encontra em andamento via Secretaria do Meio Ambiente, via nossa Subsecretaria de Proteção Animal. Então, em breve, entregaremos um hospital para a população da região norte, que tanto precisa, que tanto espera isso do nosso mandato.

Eu também gostaria de lembrar que neste primeiro semestre – e, obviamente, em tudo que fazemos, contamos com o apoio do governo, porque ninguém faz nada sozinho –, nós conseguimos criar a primeira delegacia do Brasil que cuida da proteção animal. O deputado Wellington Luiz nos ajudou nessa demanda. Na época, o doutor Robson, que era o diretor-geral da Polícia Civil, também nos ajudou.

Então, nós temos a primeira delegacia de proteção animal funcionando no Brasil. Agora, a nossa missão é colocarmos recursos para podermos equipar essa delegacia, para que ela sempre trabalhe com uma qualidade melhor.

Também está em andamento a criação do abrigo público do Distrito Federal. Por que nós precisamos de um abrigo? Primeiro, porque as instituições, as ONGs, os protetores independentes estão superlotados, não conseguem mais ter animais. Nós sabemos o trabalho maravilhoso que eles realizam, e o abrigo público será uma forma de podermos ajudar, até mesmo porque, quando a Polícia Civil ou um protetor resgata um animal, não tem para onde levá-lo.

Com a criação desse abrigo público, nós esperamos realizar o ciclo completo. Qual é esse ciclo? Resgata-se o animal. Ele é levado para o abrigo; passa pelo atendimento veterinário; é vacinado e castrado; e, em seguida, é disponibilizado para adoção nas feiras que nós fazemos, que ampliaremos cada vez mais.

Para que os senhores tenham ideia, deputado Joaquim Roriz Neto, recentemente houve uma feira no Parque da Cidade onde conseguimos que 69 animais fossem doados. Então, se aumentarmos o número de feiras, com certeza, conseguiremos dar um lar para esses animais.

Além disso, eu quero agradecer ao deputado Fábio Félix, que tem sido nosso relator na CCJ. Hoje foram aprovados mais 4 projetos. O deputado Thiago Manzoni os tem pautado lá também.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde, pessoal da galeria. Boa tarde para vocês que lutam por moradia e para os que desejam ser nomeados servidores. Que Deus os abençoe.

Quem fala aqui é o deputado Pepa.

Senhor presidente, eu quero agradecer o carinho de todos os parlamentares, da comunidade de Planaltina e da população do Distrito Federal pelas condolências pelo falecimento da minha mãezinha. Ela cumpriu o papel com muita força; criou uma linda família, com 14 filhos. Do fundo do meu coração, eu quero agradecer a Deus a oportunidade de conviver com uma pessoa tão especial. Sabemos que ela está em um bom lugar. Obrigado a todos vocês por esse carinho.

Também quero agradecer aos parlamentares que nos ajudaram a realizar um dos maiores eventos religiosos, culturais e turísticos na cidade de Planaltina, que é a Festa do Divino Espírito Santo. Muito obrigado, deputado Eduardo Pedrosa, deputado Hermeto, deputado Wellington Luiz, deputado Ricardo Vale, deputado Martins Machado. A comunidade de Planaltina e do Distrito Federal lhes agradece. Houve uma movimentação em toda aquela cidade.

Também agradeço à Secretaria de Esporte e ao Renato Junqueira. Nós encontramos as praças esportivas de Planaltina todas deterioradas – todas! –, deputado Martins Machado. Hoje, juntos, com alinhamento, estamos entregando essas praças reformadas e estamos construindo outras para que aquela comunidade desenvolva a sua parte desportiva.

Eu também gostaria de informá-los sobre a questão do Detran na feira. Eu gostaria de falar sobre o trabalho que é feito pelo meu amigo Takane. Não é pelo fato de o Detran sair ou estar lá que a feira vai ser pior ou melhor. Precisamos revitalizar aquele espaço. Precisamos tornar aquele espaço um espaço mais do que turístico e comercial em Planaltina. Não é o ato do Detran, não é a ação de retirar o Detran que vai fazer com que aquela feira se torne melhor ou pior. Por isso, eu

quero ressaltar que o presidente do Detran, Takane, tem desenvolvido um excelentíssimo trabalho no Distrito Federal. Eu sou testemunha na cidade de Planaltina.

Por isso, eu quero deixar o meu apoio e dizer que precisamos, de fato, fazer uma revitalização da feira da rodoferroviária e trazer a população para que faça dela uma feira de referência.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pepa.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. Logo após, concederei a palavra ao deputado Thiago Manzoni, ao deputado Ricardo Vale e à deputada Dayse Amarilio. Se eu fosse o deputado Rogério Morro da Cruz, eu deixaria vossa excelência usar a palavra primeiro. (Pausa.) O deputado deixou.

Peço apenas mais um pouco de paciência. Acredito que de 15 a minutos começaremos a votação.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde a todos e todas.

Deputado Rogério Morro da Cruz, agradeço-lhe pelo gesto nobre de passar a palavra para mim.

Presidente, eu não poderia deixar de falar que há algumas dificuldades apontadas por todos os deputados. Eu acho que isso é uma angústia de todos nós. Esta semana foi bastante difícil. Nós estamos no meio do mês em que nós comemoramos a enfermagem. Estamos no mês da enfermagem, que tem visto muitas situações. Eu tenho me preocupado com algumas questões da saúde, que eu acho que é uma das grandes dificuldades que nós temos enfrentado.

Eu tenho falado repetidas vezes sobre alguns assuntos. Um deles é com relação ao contrato de manutenção do Samu. Há uns 60 dias, mais ou menos, eu falei aqui que o mesmo contrato que cuida da manutenção das ambulâncias do Samu é o mesmo que cuida de todos os carros do GDF. Eu não consigo entender por que nós não conseguimos resolver a situação. Essa situação é de conhecimento dos secretários, do próprio governador. Eu estive falando com ele sobre isso. Na ocasião, ele teve conhecimento e pediu que fosse resolvido isso e também o déficit de servidores.

Eu concordo com o deputado Joaquim Roriz Neto, que trouxe uma situação de uma menina. Realmente nós não conseguimos imaginar a dor da família da Anna Julia, mas eu acho que nós temos o dever, nesta casa, de evitar que outras famílias passem pela mesma dor.

Eu quero fazer um resgate. Não se trata só da situação, deputado Ricardo Vale, das ambulâncias. Eu quero falar de 3 famílias que mostram a situação da saúde no Distrito Federal. A família de uma criança de 1 mês, a Jasminy, peregrinou: procurou a UPA do Recanto das Emas no dia 12 de abril; depois procurou o HRT; depois foi ao HRC. A criança não conseguiu atendimento em nenhum desses lugares. Depois, pediram auxílio em casa ao Samu, que também não chegou. Essa criança, depois de 2 dias, volta à UPA do Recanto das Emas, onde ela falece.

Então, essa criança peregrinou por quantos hospitais? A criança Anna Julia, de 8 anos, foi para a UBS 7, da Ceilândia; depois foi para a UBS 5 – porque na UBS 7 não havia como fazer exame –, e na UBS 5 não havia médico; depois ela voltou; e o diagnóstico não havia sido fechado. O exame mostrava uma situação, depois havia um exame que não a mostrou. No dia 17, ela foi para a UPA 1, da Ceilândia. Depois, ainda no dia 17, a família dela deu entrada no HMIB, onde ela veio a óbito no mesmo dia. Então, ela passou do dia 15 ao dia 17 sem diagnóstico fechado e sem atendimento.

Uma outra criança, o Enzo Gabriel, esperou por 12 horas a chegada de uma ambulância. Eu estive lá!

Quero dizer alguns fatos que são importantes. Os servidores da UPA do Recanto das Emas fizeram a parte deles – inclusive, a médica e os plantonistas. A enfermeira de plantão ligou para UTI Vida por 4 vezes só naquela madrugada. Ligaram às 6 horas da manhã, e a resposta foi a mesma: “Não há previsão de ambulância”. Ele já havia conseguido uma vaga no HMIB, onde ele teria um suporte avançado com uma equipe especializada. A vaga já estava cedida há mais de 12 horas. Não venham me dizer que haveria o mesmo suporte ou houve o mesmo suporte na UPA, porque sabemos que isso não é verdade.

A UPA é para ter um paciente por 24 horas. As UPAs estão cheias por vários motivos. Elas estão cheias, porque não fazem giro de leito e porque existe uma dificuldade: os próprios sistemas não se comunicam! Então, não é só o Iges o grande problema no Distrito Federal. Não conseguimos entender isso.

Fizemos representações no Ministério Público de Contas, na Prosus, porque não entendemos por que o contrato – quero deixar claro para os nobres deputados que esse contrato foi assinado, inicialmente, em 2019, com dispensa de licitação – nunca foi cumprido na sua totalidade. Não entendemos por que o Iges vem, inclusive, fazendo aditivos desse contrato, chegando hoje a um montante de mais de 57 milhões. Esse é um dever desta casa.

As pessoas estão peregrinando pelo sistema de saúde e estão morrendo na porta dos hospitais. Há a dor e o sangue dessas pessoas em nossas mãos. Não estou sendo dramática, não! Nós, como Câmara Legislativa, temos o dever de fiscalizar e de lutar pela saúde do Distrito Federal, porque o que está acontecendo no DF é que as pessoas estão morrendo sem ter chance...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – ... de serem atendidas.

Obrigada, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, deputada Dayse Amarilio, por ter cumprido o tempo.

Quero parabenizar o deputado Pepa por ter cumprido religiosamente o tempo determinado pelo Regimento Interno desta casa.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, uma ótima tarde a vossa excelência e todos os pares. Primeiramente, gratidão a Deus por esta oportunidade mais uma vez.

Presidente, no início da legislatura, mais precisamente no dia 11 de fevereiro de 2023, eu estive nesta tribuna para relatar o que estava acontecendo, deputado Jorge Vianna, em São Sebastião, sobre a questão do transporte escolar. Mais uma vez, estou aqui, porque fui procurado por vários pais e mães de alunos. Eu fui o primeiro deputado deste parlamento a fazer o pedido da alteração da Portaria nº 192. Mas, infelizmente, até agora ela não foi alterada, e hoje há algumas crianças e alguns pais desesperados.

Graças a Deus, e também graças ao empenho da Grazi, que é a diretora da regional de ensino, juntamente com a secretária Hélvia, houve uma prorrogação da secretaria, deputado Jorge Vianna, mas não houve uma mudança da portaria. Eles prorrogaram para poder atender as crianças de 4 a 12 anos para o uso do transporte escolar. Quero deixar bem claro que essa portaria não passou nesta casa de leis, deputado Ricardo Vale, porque ela é de autoria do Poder Executivo, mas ela precisa ser revista para que essas crianças não sejam prejudicadas.

Quero dizer que estou acompanhando isso, porque eu tenho a educação como principal pilar, deputado Gabriel Magno. É preciso que o governo reveja isso. Já que as crianças acima de 14 anos precisam usar o transporte coletivo, como está escrito nessa portaria, que a Semob e o governo notifiquem as empresas de ônibus do Distrito Federal e que coloquem mais ônibus em horário de

pico e nos horários das escolas. Eu tenho 6 filhos, deputado Joaquim Roriz Neto, e, dentre eles, uma criança de 7 anos, a Lunna Vitória, que eu não tenho coragem de deixar entrar sozinha num ônibus, deputado Max Maciel, para ir à escola. É mais do que obrigação o Estado dar suporte.

Vou fazer um ato de utilidade pública. Precisamos também, como representante, pedir aos pais e às mães, deputada Dayse Amarilio, que tenham mais responsabilidade com seus filhos. Chegou um relato para mim, por meio da regional de ensino, de que os pais e responsáveis estão deixando crianças de 5 e 6 anos sozinhas numa parada de ônibus. Isso não pode acontecer. Eu estou fazendo o meu papel como representante, cobrando o direito ao transporte escolar, que é assegurado por lei. Mas o papai e a mamãe têm de cuidar do seu filho. Essa é a minha observação.

Quero dizer que há em São Sebastião 3 áreas para construir 3 escolas. Já estou na tratativa com a secretária Hélvia, e precisamos que isso saia do papel urgentemente. Vão ser inauguradas 3 escolas no Jardim Botânico, no Manguelral. Onde se construir uma escola no Distrito Federal, teremos que aplaudir. Mas nós temos que entender, deputado Hermeto, que a nossa região de São Sebastião/Jardim Botânico é a região que mais cresce e que mais vai crescer no Distrito Federal. Já estão previstos vários condomínios. O Alto Manguelral será construído para mais de 7 mil famílias. E aí? Não adianta também crescer apenas de uma forma populacional; deve existir, também, investimento na saúde, na educação, na mobilidade. Precisamos rever isso.

Então, deixo registrado que eu estou lutando por São Sebastião. Aquela região tem um deputado defensor. Tenho parceria, porque eu não faço política com vaidade. Política é feito para servir, fazer sem vaidade.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Para concluir, senhor presidente, quero registrar a presença do Marcelo da Codhab e também do representante da Seduh que têm nos atendido muito bem. Cumprimento a minha amiga Júnia e deixo um abraço à toda equipe.

Que Deus abençoe todos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, meu discurso é muito rápido. Eu fiz uma ligação para o doutor Takane e fiz uma ligação também para o secretário José Humberto. Primeiro, quero parabenizar o Takane, que está fazendo um trabalho espetacular em Brasília e em Vicente Pires. Há um pedido que direcionamos ao Detran para que fosse feita a pintura das avenidas, das lombadas – um trabalho fantástico.

Deputado Chico Vigilante, o secretário José Humberto acabou de me confirmar que a SPU e o GDF estão em tratativa sobre aquela área para que, naquela área, haja um mercado-modelo.

Outra situação que está acontecendo é que os servidores do Detran não querem ficar lá. Está havendo um castigo no Detran. Saiu todo mundo de lá, e só está lá o Detran. Então, deixo isso registrado aqui. Deixo registrado, inclusive, o brilhante trabalho que o doutor Takane tem feito à frente da direção do Detran. O governo está se esforçando para que essas áreas sejam povoadas, sejam cheias de novas empresas e de novas estruturas.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu acho que o pessoal está fazendo confusão. Não está se discutindo a competência ou incompetência do senhor Takane. O que está sendo discutido é que ele está alugando um prédio milionário e se retirando de uma instalação boa, excelente, de um lugar onde se não paga nada! Essa é a discussão.

Por que tirar o Detran de um lugar que não se paga absolutamente nada, porque a instalação é excelente, para se pagar milhões num prédio sabe-se lá de quem? Essa é a discussão.

Quanto à questão do mercado-modelo, quantos anos esse projeto levará? E por que nos batemos tanto na tecla para continuarem no Detran? Isso é para ver se fixam pelo menos um grupo de feirantes, para que eles não precisem sair perambulando por aí com o pessoal do rapa correndo atrás deles.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, falarei daqui mesmo para ganharmos tempo, porque o pessoal está com pressa para que votemos o projeto tão importante deles. (Palmas.)

Porém, eu não poderia deixar de me solidarizar com a família da Anna Julia, de 8 anos de idade; da Jasminy Cristina, de apenas 1 mês; e do Enzo Gabriel, de apenas 1 ano de idade, que, infelizmente, faleceram no Distrito Federal por falta de atendimento, por falta de organização, por falta de planejamento da nossa saúde. Lamentamos muito por isso, porque eu sou pai e sei o que deve ter sido e está sendo o sofrimento dessas famílias.

Sabemos que a saúde do Distrito Federal vem mal há muitos anos. Sabemos que essa é uma área que precisa realmente de uma reformulação total, de um novo modelo de gestão. Entra semana, sai semana, passam-se os meses e estamos praticamente há quase 1 ano e 3 meses discutindo os problemas da saúde pública do Distrito Federal.

Eu, o deputado Gabriel Magno, nós, da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, temos ido a alguns hospitais para ver e acompanhar a situação dos usuários do SUS. As pessoas levam horas para conseguir atendimento em uma UPA, levam horas para conseguir atendimento em um hospital.

Eu fico surpreso que nada acontece. Entra semana, sai semana, o governo não apresenta uma solução. Ninguém está dizendo nada.

Trazer a secretária de Saúde e o diretor do Iges aqui é uma ideia muito boa, porque precisamos saber e entender o que de fato está acontecendo. A Câmara Legislativa não tem faltado com a sua obrigação, pois, além de fiscalizar, ela tem se colocado à disposição da população. Eu sei – e eu sou um deles – que vários deputados colocam recursos diretamente na Secretaria de Saúde, no Iges, para que as coisas possam funcionar de forma digna como a nossa população merece.

Mas até quando? Até quando vamos ficar nos discursos? Até quando vamos ficar reclamando, lamentando as mortes, a falta de atendimento? Não está na hora de o governador Ibaneis mexer na saúde pública do Distrito Federal e procurar um novo modelo de gestão? Não está na hora de isso acontecer? Será que o governador não está vendo o que está acontecendo com a nossa saúde? Há de se tentar algo.

Esta casa e nós parlamentares somos muitas vezes cobrados. Eu sou cobrado. As pessoas ligam para nós achando que somos os responsáveis pela política pública de saúde. Nós não somos. Temos a nossa responsabilidade, deputado Thiago Manzoni, de acompanhar, de fiscalizar, de destinar emendas e, agora, também de pedir ao governo que construa uma nova maneira de gestão na nossa saúde.

Parece que o Iges é uma coisa e que a Secretaria de Saúde é outra. Eles não dialogam, não conversam, não têm uma ação coordenada, não têm uma ação conjunta; e fica a população

sofrendo.

Eu queria fazer um apelo hoje, neste plenário, ao governador Ibaneis, à secretária de Saúde e a sei lá quem mais do governo: modifiquem a gestão da saúde no Distrito Federal. Ela não está dando certo e, quando algo não está dando certo, temos de mudar, temos de procurar melhorar.

Quero dizer que eu estou aqui para contribuir, para dar a minha contribuição no que for possível. Sei que muitos deputados, como conversamos, também estão à disposição para que possamos tirar o Distrito Federal dessa situação tão difícil em que está a nossa saúde.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado. Espero que o governo entenda que a população já não aguenta mais esse modelo de gestão da nossa saúde no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Quero registrar e agradecer a presença do secretário Marcelo Vaz – muito obrigado, Marcelo, é muito importante tê-lo aqui –, juntamente com o Daniel, presidente do Conselho de Habitação, chefe de gabinete e toda a equipe da Seduh – muito obrigado, é um prazer tê-los conosco.

Também quero dar as boas-vindas à deputada Doutora Jane, que representou o Distrito Federal no Japão e trouxe informações extremamente importantes com relação ao combate a enchentes. Ela as estava passando para nós; vimos como é importante esse intercâmbio. Deputada, depois vamos fazer uma reunião para que vossa excelência possa reportar o que viu lá para que tentemos implementar isso. Eu sei que não é fácil – são realidades diferentes –, mas os bons exemplos precisam ser seguidos. Parabéns pelo seu trabalho!

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde. Boa tarde, presidente, boa tarde aos demais parlamentares que estão presentes, ao pessoal da imprensa e a você que assiste a nós pela TV Câmara Distrital e pelo YouTube.

Presidente, eu começo com um agradecimento ao deputado Eduardo Pedrosa. Eu liguei mais cedo para vossa excelência para tratar daquele projeto Faixa 1, em que o governo está subsidiando 15 mil reais para as famílias de faixa 1 e pedi que o projeto recebesse emenda para que as famílias que já estão no processo pudessem ser beneficiadas pela concessão do subsídio. (Palmas.) Obrigado. E, antes que subíssemos a emenda no sistema, o deputado Eduardo Pedrosa a subiu. Eu conversei com ele, ele me autorizou a assinar a emenda junto com ele. Eu o agradeço, deputado Eduardo Pedrosa, pela cordialidade de sempre. Obrigado pela parceria, pela cordialidade. Eu fico feliz de poder participar disso, porque essas famílias que já estão no processo seriam prejudicadas, pois isso só valeria para aqueles que entrassem daqui por diante, o que, na minha cabeça, não faria muito sentido.

Eu quero também, fazendo coro com o deputado Joaquim Roriz Neto, solidarizar-me com família da Anna Julia, que faleceu, e com todos os demais cidadãos do Distrito Federal que têm padecido por conta das dificuldades que o nosso sistema de saúde enfrenta. As dificuldades são reais, são verdadeiras e estão expostas diante de nós todos os dias.

Eu parablenizo o deputado Ricardo Vale, que me antecedeu, pela forma cordial na tentativa de encontrar uma solução que exponha as suas ideias, mas me chama muito a atenção que os deputados de oposição venham fazer uso da palavra na tribuna e se comportem como se eles tivessem a solução para a saúde do Distrito Federal. Isso não é verdadeiro. Eles não têm a solução para a saúde. Aliás, muito provavelmente o Estado brasileiro não tenha a solução para a saúde, porque, se a tivesse, a solução já teria sido dada, a solução já teria sido apresentada. A saúde é ruim no Brasil inteiro, e o Distrito Federal vive, hoje, as mazelas que o Brasil inteiro vive. O problema talvez não esteja na gestão e talvez não esteja no modelo adotado. O problema muito provavelmente está na dependência do Estado. Eu lamento profundamente, presidente e meus colegas, que esta casa muitas vezes se posicione e os deputados desta casa se posicionem de modo

a manter a mentalidade de escravidão que a população brasileira tem.

A população brasileira é escrava do Estado. Ela se coloca numa posição de quem quer receber tudo do Estado, mas quem pode dar tudo para alguém pode tirar tudo de alguém. E o Estado nada entrega para alguém sem que antes tenha tirado. A população precisa entender que nenhum político, antes de entregar algo, deixou de retirar, porque o político não produz nada: o político não produz dinheiro, o político não produz riqueza, o político não produz emprego. Todas as vezes que um político aparece para dizer que garantirá um direito, que entregará algo, ele está mentindo, porque ele não entrega nada para vocês sem que antes tenha retirado de vocês.

Eu lamento dizer para a população do Distrito Federal e do Brasil: a causa das piores mazelas e dos piores problemas que o brasileiro enfrenta é a dependência do governo, é a dependência do Estado. A causa é a classe política, somos nós. O político não é a solução, o político é causa do problema que o Brasil enfrenta. A solução está no indivíduo, está no cidadão, está em quem sai de casa todo dia para trabalhar, para produzir riqueza. É essa pessoa que encontrará as soluções para a sua própria vida. O problema é que, ao escravizar a população, nós impedimos que as pessoas tenham o suficiente para resolver os problemas da própria vida, e essa mentalidade assola o Brasil. É por isso que nós somos o país que somos.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Presidente, eu vou pedir mais 30 segundos.

O que nós precisamos, na verdade, é de uma mudança profunda na mentalidade, de um choque de liberalismo. Muito me chama a atenção e me entristece que deputado suba nesta tribuna para dizer que o que acontece no Brasil é liberalismo.

Eu fico imaginando...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu tenho até que tomar cuidado com as palavras. A pessoa não sabe nada do que é liberalismo, não faz a menor noção do que é uma economia livre, do que é livre mercado, do que é capitalismo, e vem aqui para dizer que a culpa é do capitalismo. O Brasil hoje é um país socialista.

Com relação à saúde especificamente – deputado Ricardo Vale, eu faço questão de mencionar o senhor para retirá-lo dessa crítica que vou fazer –, para esses deputados que me antecederam e que fazem parte do governo federal, eu vou dizer que é muito fácil criticar o que está acontecendo aqui. A solução que o governo federal tem está na portaria que foi publicada esta semana. Abro aspas para citar a matéria da Revista Oeste: “Ambos os sexos podem operar pênis e vagina, determina o governo Lula”. O homem pode operar vagina, a mulher pode operar pênis – vai entender. É esse tipo de pensamento que está formando uma geração de imbecis. É essa a prioridade de quem vem aqui apontar o dedo para os outros. Eu precisava fazer esse esclarecimento e mostrar qual é a prioridade do governo Lula.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quem está hoje acompanhando a sessão da galeria da Câmara Legislativa, conforme os demais parlamentares já fizeram – acho que o primeiro deputado que se pronunciou sobre isso hoje foi o deputado Jorge Vianna –, também quero me solidarizar com as famílias da Jasmyny, do Enzo Gabriel, da Anna Julia, pela situação trágica que eles viveram. Nenhuma família deveria passar por um processo como esse. Uma bebê de 1 mês, um menino de 1 ano e uma criança de 8 anos de idade vítimas, de alguma forma, de um sistema de saúde incapaz de

atender à população do DF com qualidade.

Esse é um tema do qual temos falado, de forma repetida, nesta casa. Isso não é de agora. Ele não é só falado, é visitado. Fazemos propostas, dialogamos com servidores, com a gestão. Recentemente, eu visitei a Unidade de Pronto Atendimento do Recanto das Emas. Eu vi de perto que o Iges não funciona. O deputado Jorge Vianna e a deputada Dayse Amarilio, que são da saúde, sabem que o Iges deveria ter internação de até 24 horas. Havia 54 pessoas internadas em uma unidade onde caberiam 18 pessoas. Os médicos que deveriam estar atendendo na porta de entrada passam o dia fazendo prescrição de internação, porque há uma superlotação dentro da unidade. Os servidores, obviamente, tentam fazer milagre dentro da Unidade de Pronto Atendimento, mas a situação é de precarização total.

Há um painel no Iges-DF que é um painel de ficção. Esse painel vive fora do ar e, lá, diz que demora 30 minutos para triagem; de 1 hora a 2 horas para o atendimento – o que não é verdade, porque ele fica fora do ar.

Muitas vezes os atendentes que estão ali não têm a formação adequada para orientar as pessoas, para acalmar, para dialogar com a população. Assim, quem paga a conta é o vigilante. Quem paga conta é um outro trabalhador que está ali. Tinha que haver diálogo. Não há retaguarda hospitalar. Isso já foi falado aqui: a UPA não consegue transferir. Na UPA do Recanto, por exemplo, eles não conseguiam transferir para o HRSAM, não conseguiam transferir para o HRT, porque diziam que não havia vaga ou não havia ambulância.

Eu li uma notícia, no *site* do SindSaúde, que dizia que, das 41 ambulâncias, 21 estavam fora de serviço. Eu não sei se isso ainda é real hoje. Mas é inaceitável que, em uma cidade que possui o orçamento que temos para a saúde pública, nós estejamos passando pela situação que estamos passando.

Isso mostra pelo menos 2 questões. A primeira é que a promessa do Iges-DF, dando conta de atender a melhora na saúde pública de pronto atendimento para a população, era falaciosa. Ela é uma mentira, porque não se concretiza. A segunda é que há falta planejamento para o atendimento geral da população. Sabe qual foi a nota da Secretaria de Saúde sobre o problema que nós estamos vivendo agora? Eles disseram: “Olha, isso é uma questão de sazonalidade” – muito bem. Para sazonalidade há prevenção, porque sazonalidade é prevista. É possível prever o que vai acontecer, até porque, em caso de sazonalidade – nós sabemos –, é preciso contratar mais profissionais de saúde. Era para existir um plano para sazonalidade, porque sazonalidade é previsível do ponto de vista da política pública.

É preciso melhorar a condição de saúde desta cidade. É preciso parar tudo: a compra de helicóptero e muitas outras questões que o governo está colocando na mesa. É preciso parar tudo para dialogarmos sobre um pacto de restauração da saúde desta cidade, melhorando as UPAs, melhorando o atendimento na rede hospitalar, investindo nas mais de 175 Unidades Básicas de Saúde – as nossas UBS –, investindo na atenção secundária, porque a pessoa entra em uma UPA, mas não consegue a consulta especializada depois. Quem tem direito à consulta especializada, nesta cidade, é quem está na rede privada. Isso é inaceitável.

Que esta casa possa se debruçar sobre esse tema! Vamos parar. Vamos chamar a secretária de Saúde, o presidente do Iges, os diretores, subsecretários, gestores da saúde e vamos tomar uma providência sobre esse tema. Nós não podemos aceitar uma saúde com um déficit de 25 mil trabalhadores e servidores entre técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos, assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais – as diferentes áreas. Não há profissionais suficientes para o atendimento. Não há milagre, porque a conta não fecha. A conta não fecha se não houver profissionais e com uma estrutura dividida ao meio: metade é o Iges que comanda – e não melhorou o atendimento – e a outra metade – ou um pouco mais da metade – é a Secretaria de Saúde.

É preciso, presidente, uma repactuação com a saúde. É lamentável e inaceitável o que nós estamos vivendo, neste momento, no Distrito Federal.

Esse é um alerta máximo, um alerta vermelho. Há hospital, deputado Chico Vigilante, que coloca bandeira vermelha e não atende a população, não há? Esta casa deveria colocar bandeira vermelha para o governador: não votar nenhum projeto. Não se vota nenhum projeto do governo até que haja repactuação sobre a situação de saúde do DF.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Algum deputado ainda deseja de fazer uso da palavra?

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, boa tarde a todos. Peço a Deus que nos abençoe.

A população está aqui, pedindo a votação do Cheque Moradia.

Eu quero externar, primeiramente, o meu apreço pelo trabalho que o senhor vem conduzindo pela dignidade das pessoas, deputado Wellington Luiz. Parabéns por esse trabalho! A única forma pela qual a pessoa pode exercer a sua dignidade é tendo um endereço, tendo um CEP. (Palmas.)

Eu quero dizer que é muito importante votarmos esse projeto, mas nós temos consciência – e ontem foi falado isso – do valor, que ainda é muito aquém da necessidade das pessoas, é muito pequeno, para atendermos essa tão estimada Faixa 1. A matéria tem todo o meu apoio.

Na realidade, se pudéssemos fazê-lo, esse valor seria muito maior, mas as conversas foram negociadas. Se nós pudéssemos, com certeza esse valor seria muito maior a fim de que as pessoas tivessem dignidade. Eu digo dignidade, porque haverá um CEP, haverá uma escola perto, haverá um hospital perto. Tudo isso traz e gera prosperidade para as pessoas.

Contem com o meu voto, contem com a nossa luta. (Palmas.)

Presidente, hoje eu estou como deputada distrital, mas eu quero falar como mãe que perdeu um filho de 2 anos de idade. Disso eu tenho certeza de que, graças a Deus, muitos não podem falar, mas eu sei a dor da perda de um filho. E essa dor não passa. Passa dia, passa hora, passam anos, e ela continua doendo.

Hoje há, no Distrito Federal, 3 famílias que perderam os seus filhos por falta de atendimento à saúde. Isso não é brincadeira, porque nós pagamos impostos para que esse dinheiro seja revertido para a população.

Nós estamos falando de um sistema público de saúde brasileiro que – concordem ou não – tem que funcionar. Ele tem que dar dignidade às pessoas. Sabem a dor de uma mãe levar uma criança ao hospital e ela não ser atendida? Sabem a dor de um pai, de uma mãe ver seu filho morrer por não ter atendimento médico? Não é brincadeira isso, não! Não estamos falando de Estado menor ou maior. Nós estamos falando da dor de amor de pai e mãe. Isso é de indignar qualquer um!

Por quê? Falam que o sistema não tem dinheiro? Ele tem dinheiro, sim. Nós sabemos disso. Como parlamentar, colocamos mais de 24 milhões que não foram executados. Eu sou presidente da Comissão de Fiscalização e Transparência e vejo que o dinheiro não é executado, que o governo não coloca médico, não coloca os ACS que estavam nesta casa pedindo que fossem nomeados.

Nós precisamos dar tranquilidade para a população. Se nós pagamos impostos, que esse imposto seja colocado na saúde adequadamente. Isso é uma humilhação. Quem não foi aos hospitais deve saber a humilhação que as pessoas passam pedindo favor aos enfermeiros, aos assistentes, aos médicos, inclusive, que estão dando a vida para atender as pessoas e que não têm condições para fazer isso e nem, muitas vezes, insumo.

Eu quero mostrar, presidente, que esta casa não pode se calar, porque nós perdemos 3

crianças. Vamos colocar no nosso coração como pessoas cristãs a dor disso. Isso não pode virar um número de estatística. Isso não é mais um número. Isso é a perda do amor de muitas pessoas. É a perda do amor de um pai, é a perda de um amor de uma mãe, é a perda de um avô e de uma avó. Vamos nos colocar no lugar dos outros, deputado Pastor Daniel de Castro. Não é possível acharmos que a morte de 3 crianças em menos de 1 semana é normal.

Eu quero dizer uma outra questão. Há políticos corruptos, mas há políticos que são honestos. Nós precisamos valorizar os políticos, porque é por meio da política que fazemos a transformação.

Hoje, no sistema, há muitos deputados e há que se diminuir o Estado? Sim. Temos que fazer isso, mas vamos valorizar o trabalho que nós estamos fazendo nesta casa, porque eu, Paula Moreno Paro Belmonte, tenho 50 anos, sou mãe de 6 filhos, e tenho um compromisso com a família, tenho um compromisso com a dignidade. Nós não estamos brincando, não! Nós estamos falando de ser humano, que tem que ser olhado com humanidade.

Presidente, esta casa realmente deveria estar não de bandeira vermelha, mas de bandeira preta, de luto perante essas crianças que morreram.

(Soa a campanha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu digo isso, porque o senhor é sensível. O senhor sempre fala que passou por uma situação muito difícil ao presenciar uma criança morrer. Eu não consegui salvar o meu filho. Sei o que é essa dor. Não podemos banalizar a dor de um pai, de uma mãe por conta de uma estatística. Isso não é estatística. Isso é muito sério! Não podemos achar que isso é normal.

A saúde requer, sim, uma fiscalização. Eu, como presidente de uma comissão, vejo a importância disso. Precisamos nos unir, os 24 parlamentares, para não só chorar a dor dessas famílias, mas fazer justiça. A justiça é fazer com que o dinheiro da população que paga impostos seja aplicado corretamente para a população que mais necessita disso.

Que Deus abençoe cada um de nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quero parabenizar a deputada Paula Belmonte. A exemplo do que foi dito pelo deputado Chico Vigilante, acho que deputada Paula Belmonte fala em nome de todos nós, demonstrando todo sentimento, toda a emoção de uma mãe.

Nós precisamos reagir a tudo isso mesmo – viu, deputada Paula Belmonte? –, vossa excelência tem toda a razão. Não podemos aceitar de forma inerte o que está acontecendo, a senhora passou por isso. Imagino que só uma mãe que perde um filho pode sentir o tamanho desse sofrimento.

Mesmo não tendo passado por isso – graças a Deus –, temos a obrigação de estar ao lado dessas mães que sentem essa perda. Esse sentimento de vossa excelência demonstra claramente qual é o caminho que precisamos tomar nesta casa com relação à saúde: precisamos reagir. Vossa excelência tem toda a razão.

Tenho certeza de que a Câmara Legislativa, esta casa não vai abandonar aqueles que mais precisam de ajuda. Parabéns a vossa excelência, deputada Paula Belmonte! Fica aqui todo o nosso carinho e a demonstração de respeito pelo seu pronunciamento. É ele que nos motiva.

Obrigado, deputada.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero me solidarizar com a deputada Paula Belmonte. Solicito a vossa excelência que façamos algo.

Eu queria deixar claro que nós perdemos essas 3 crianças, mas nós temos perdido muito

mais gente. Essa é a pontinha do *iceberg*, presidente. Nós da área da saúde estamos doentes mentais de tanto perder paciente que tínhamos certeza de que salvaríamos se tivéssemos condições. Vossas excelências não têm noção do que é o peso disso na cabeça de um profissional.

A Câmara Legislativa – eu falo isso – estará com sangue nas mãos se não fizermos nada. Eu quero colaborar com a fala do deputado Fábio Félix. Não deveríamos votar nada do governo até que sentássemos, repactuássemos, ou tivéssemos um planejamento da saúde do Distrito Federal.

Peço que possamos avaliar isso na próxima reunião do Colégio de Líderes.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

Consulto os líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos 93 vetos da pauta e apreciarmos as demais matérias constantes na Ordem do Dia e os itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, vamos ao primeiro item a ser apreciado.

Item nº 157:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.360/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Fundiários, que “Requer a transformação da Sessão Ordinária de 22 de maio de 2024 em Comissão Geral, para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e da outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 21 deputados.

Item nº 101:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.092/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Cria o Programa Morar DF para aquisição de unidade habitacional de interesse social na forma que especifica”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas 2 emendas. A Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.092/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Cria o Programa Morar DF para aquisição de

unidade habitacional de interesse social na forma que especifica”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, quanto ao mérito, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.092/2024.

Já parablenizo o projeto, agradeço por ele, externando a sua importância. Realmente, dignidade e valorização é dar endereço e CPF a quem mais precisa.

Então, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, manifestamo-nos pela aprovação da matéria. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, parece-me que há 1 emenda apenas.

Eu tinha feito uma segunda emenda, mas eu a retirei. Ela está cancelada. Só existe a emenda do deputado Eduardo Pedrosa, e eu a assinei juntamente com ele. Se votarmos o parecer com a aprovação das 2 emendas, não vai surtir o efeito que desejamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok. Há apenas 1 emenda.

Retorno a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Presidente, deixo registrado que a Comissão de Assuntos Sociais se manifesta pela aprovação do projeto com o acatamento da Emenda nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Está tudo ok, não é? (Pausa.)

Acho que tanto a Seduh quanto a Codhab foram consultadas. Está tudo certo? (Pausa.)

Sendo assim, parablenizo a apresentação das emendas. Eu tinha falado com os deputados sobre a importância disso. Eu recebi várias ligações. Parablenizo a iniciativa.

Muito obrigado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Presidente, apoio o projeto. Quero deixar de antemão essa minha fala.

Passo a relatoria ao deputado Joaquim Roriz Neto, em função de todo o trabalho e toda a defesa que ele faz em prol das moradias do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Joaquim Roriz Neto, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.092/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Cria o Programa Morar DF para aquisição de unidade habitacional de interesse social na forma que especifica".

O projeto de lei visa criar o programa Morar DF, cujo objetivo é conceder subsídio no valor de 15 mil reais para a aquisição de unidade habitacional de interesse social integrante de programas habitacionais do DF, a ser liberado por grupo familiar, habilitado no cadastro da Codhab, a qual será responsável pela gestão e execução do aludido programa.

No âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.092/2024, levando em consideração a Emenda nº 1.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Presidente, designo o deputado Robério Negreiros.

O projeto tem uma emenda, do deputado Eduardo Pedrosa e de minha autoria. É só o projeto e a emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Robério Negreiros, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.092/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Cria o Programa Morar DF para aquisição de unidade habitacional de interesse social na forma que especifica".

Dando celeridade, o meu voto é pela admissibilidade, com o acatamento da emenda. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero deixar consignado, para todo o Distrito Federal – fiz isso também no Colégio de líderes –, que apoio incondicionalmente o projeto, mas fica um misto de decepção.

Eu gostaria muito de ver esse subsídio ser na casa de 40 mil reais, como é no estado vizinho, em Goiás. Não é, presidente? Fica este clamor de um deputado da base do governo: que possamos, mais para a frente, rediscutir o subsídio.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários

queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.092/2024, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, vossa excelência foi dirigente da Codhab.

Eu acho importante que as pessoas que estão assistindo a nós por meio da TV Câmara Distrital e a população saibam que, na época do governo Agnelo, seguindo uma determinação do governo da presidenta Dilma que vinha do tempo do governo do presidente Lula, o governo oferecia toda a infraestrutura do terreno para que as moradias fossem erguidas. Isso ficava barato e dava para aplicar na faixa 1, tanto é que há gente pagando, hoje – vossa excelência sabe disso –, uma mensalidade de 60 reais. Há gente pagando mensalidade de 60 reais no apartamento.

Agora, no governo do presidente Lula, todos aqueles apartamentos de baixa renda foram quitados. (Palmas.) Por determinação do presidente, foram quitados.

No tempo da presidenta Dilma...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – ...foi aberto, também, crédito para a compra de móveis. Eu vi apartamentos no Itapoã Parque sendo mobiliados com recurso.

Eu acho que o Governo do Distrito Federal precisa voltar a oferecer infraestrutura do terreno para baratear, efetivamente, as moradias, para que o pessoal da faixa 1 tenha acesso a elas. Os 15 mil reais não resolvem ainda, o governo deve voltar a proporcionar infraestrutura para baratear a moradia para as pessoas que dela necessitam.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado, bem lembrado, é importante sempre nos lembrar da história. Parabéns, deputado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.092/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.092/2024 está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 21 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente. De forma rápida e objetiva, quero parabenizar nosso governador Ibaneis, mas preciso fazer um registro direcionado à sua pessoa, porque sabemos, conhecemos e reconhecemos o seu trabalho voltado à habitação, por isso quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e fazer alguns registros importantes.

Aproveito para parabenizar o Chico Dorion, a Ruth, a Branca, companheiros que também fazem parte dessa história. Nós estivemos numa reunião com esses companheiros, que nos pediram a pavimentação da Quadra 119 de Santa Maria e, hoje, nós tivemos a grata satisfação de ver no *Diário Oficial* o início dessa obra, porque já havia um compromisso nesse sentido. Aproveito para já agradecer à Novacap.

Parabenizo vossa excelência, presidente, e todos esses homens e todas essas mulheres que lutam diariamente para cuidar do povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Jaqueline Silva. A voz do povo é a voz de Deus.

A participação da deputada Jaqueline Silva foi fundamental e somos gratos por uma deputada do nosso partido ser tão comprometida com a habitação e com melhores condições para essas pessoas.

Parabéns, deputada. Muito obrigado.

Parabéns, MDB. Obrigado.

Passaremos ao próximo item da pauta.

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 800/2024, de autoria do deputado Robério Negreiros, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor aos diretores da CODEVASF pelos relevantes serviços prestados à Companhia".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 21 deputados.

Permitam-me fazer 2 registros, até por uma questão de justiça. Um deles é para agradecer, Maurício, à Casa Civil a importância do trabalho feito por você, pelo secretário Gustavo Rocha, para que esse projeto chegasse a esta casa. Sou testemunha disso. Por isso, publicamente, eu quero lhe agradecer todo o trabalho e todo o empenho. Agradeço também ao deputado federal Rafael Prudente, que nos ajudou, esteve com o governador, juntamente comigo e com o Gustavo, convencendo-o a encaminhar essa proposta para esta casa.

Inclusive, o deputado federal Rafael Prudente colocou 20 milhões em emendas da bancada. Na Câmara Legislativa do Distrito Federal, estamos colocando 20 milhões, e o governo vai entrar com 50 milhões. É união de forças para que possamos atender àqueles que mais precisam.

Então, registro a participação do secretário Gustavo, do secretário Maurício, do deputado federal Rafael Prudente e de todos aqueles que tão bem contribuíram. Agradeço a todos eles. Muito obrigado.

Item nº 100:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.088/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União para operação de crédito externa a ser realizada pela Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB junto ao New Development Bank – NDB e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Na ausência do presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, deputado Daniel Donizet, solicito à vice-presidente da comissão, deputada Paula Belmonte, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Paula

Belmonte, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.088/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União para operação de crédito externa a ser realizada pela Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB junto ao New Development Bank – NDB e dá outras providências”.

A presente exposição de motivos visa subsidiar o processo de proposição de projeto de lei autorizativo, em atendimento ao art. 12 do Decreto nº 43.130, de 23 de março de 2022, cujo pleito legislativo visa autorizar a operação de crédito externa da Companhia Energética de Brasília – CEB com o banco NDB, no valor de 94 milhões de euros, para financiar o projeto Brasília – Capital da Iluminação Solar, conforme a carta de consulta aprovada junto ao Confies – Ministério da Economia 12.89.17.933.

O parecer é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.088/2024, de autoria do Poder Executivo.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.088/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União para operação de crédito externa a ser realizada pela Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB junto ao New Development Bank – NDB e dá outras providências”.

O projeto de lei pretende autorizar o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União para operação de crédito externa a ser contratada pela CEB junto ao New Development Bank, no valor de 94 milhões de euros.

O financiamento pretendido é destinado ao projeto Brasília – Capital da Iluminação Solar, que visa promover o desenvolvimento sustentável, ampliar a segurança energética por meio da modernização da iluminação pública e da implementação de energia por geração fotovoltaica.

A autorização legislativa pretendida pelo projeto atende ao estabelecido nas normas de finanças públicas vigentes, estando em consonância especialmente com a Constituição Federal, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com as resoluções do Senado e orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, razão pela qual votamos pela sua aprovação e admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Antes de irmos para a votação final do parecer da comissão, deputado Eduardo Pedrosa, quero reforçar que nós já estamos votando, senhor presidente. Isso já está previsto na LDO. Só que na comissão geral em que a CEB veio aqui, ela apresentou para nós só o projeto referente ao parque de iluminações – meta de efetivação, meta de expansão e a meta atual do parque; era um investimento de 350 milhões. Isso é um projeto.

Este aqui é outro projeto, por isso é importante reforçar, líder do governo, deputado Robério Negreiros, a possibilidade de o senhor Edson vir aqui apenas para mostrar para esta casa o que já foi encaminhado para a CEB, o cronograma que foi implementado, quanto que de fato foi executado e qual é a saúde financeira da empresa, para que nós, que estamos aprovando esse crédito, lá na frente não venhamos aqui novamente dizer que a empresa está endividada e precisa de mais um crédito para pagar o endividamento.

É importante apenas que esta casa, no seu papel fiscalizatório, receba a empresa aqui, a fim de sinalizar, de fato, o que já foi encaminhado de nossas emendas, o que foi apresentado, o que foi executado e qual é o cronograma dessa implementação.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.088/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União para operação de crédito externa a ser realizada pela Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB junto ao New Development Bank – NDB e dá outras providências".

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.088/2024. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 99:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.081/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.155, de 10 de junho de 2022, que dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal, e dá outras providências".

Aprovado o parecer favorável da CEOF. Foram apresentadas 4 emendas. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas. A CDESCTMAT e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito à nobre deputada Paula Belmonte que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Paula Belmonte, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.081/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.155, de 10 de junho de 2022, que dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal, e dá outras providências".

Presidente, a autorização visa autorizar o Banco de Brasília – BRB a criar subsidiária para exercer as atividades operacionais inerentes à exploração de jogos lotéricos e similares, incluindo-se jogos eletrônicos por meio físico/digital.

A medida é oportuna pois visa manter a qualidade dos serviços oferecidos pela estatal, prezando-se pelos princípios de eficiência e economicidade. Ademais, foram apresentadas Emendas de Plenário nºs 1, 3 e 4, todas meritórias pois visam alinhar a proposta para a legislação federal, de forma a proporcionar maior segurança jurídica à população.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, no mérito, manifestamo-nos pelo voto de aprovação do Projeto de Lei nº 1.081/2024 e das Emendas de Plenário nºs 1, 3 e 4.

Este é o parecer, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei nº 1.081/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.155, de 10 de junho de 2022, que dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal, e dá outras providências”.

O parecer é pela admissibilidade das emendas apresentadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputado Robério Negreiros, houve acordo com o governo sobre essas emendas que estão sendo aprovadas?

Se há acordo, está tudo bem. As emendas foram apresentadas e eu não sabia se havia acordo.

Senhor presidente, era só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu vou discutir porque as emendas são de minha autoria.

Quero explicar ao conjunto dos nobres parlamentares e a quem está nos escutando que, na verdade, apresentamos essas emendas para proteger a própria população. Nesse processo de criação da loteria no Distrito Federal, é preciso pensar também em política de proteção a quem é viciado em jogos, para que não haja um processo de avanço dos jogos de azar no Distrito Federal que não seja combinado com uma política de educação de proteção da sociedade.

Senhor presidente, já aproveito para discutir o projeto, porque, no ano passado, o BRB tentou fazer esse processo da loteria e até chegou a anunciar contrato com a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Depois esse contrato foi encerrado. O que também mais uma vez nos surpreende é que o processo chegou do Executivo e nós pedimos ao Executivo que nos encaminhe os dados; as informações; o valor, por exemplo, do contrato feito com a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa; o valor para se criar essa subsidiária. Assim haverá mais substância para que nós possamos votá-lo.

Porém, eu quero reconhecê-lo e parabenizá-lo. As emendas têm esse sentido. Peço o apoio dos nobres colegas para que, nesse processo de expansão dos jogos – há regulamentação de leis federais também feita pela Caixa, pelos aplicativos digitais –, nós possamos preservar e proteger a população do Distrito Federal.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 21 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.081/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.155, de 10 de junho de 2022, que dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Senhor presidente, as emendas apresentadas reproduzem o texto da legislação federal, de modo que o parecer da CCJ é pela admissibilidade, com o acatamento das emendas apresentadas pelo deputado Gabriel Magno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero apenas fazer uma leitura em relação a esse projeto. Enfim, nós vamos conseguir destravar o projeto das loterias.

Estou muito focado nesse projeto e muito esperançoso que isso se resolva logo. Eu fiz uma emenda, que foi acatada pelo governo, que garante um percentual do lucro dessa loteria para financiar a nossa Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – Fepecs. O orçamento da Fepecs, hoje, é muito pequeno, algo em torno de 20 milhões, o que faz com que eles não consigam prestar um melhor serviço na sua natureza, que é fundação de ensino e pesquisa. Ora, como é que há uma fundação de ensino e pesquisa, se eles não conseguem fazer pesquisa? Eles não têm dinheiro!

Então, com a aprovação desse projeto, com esse recurso indo para aquela instituição, nós vamos, além de tudo, desonerar o aluno...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – ... que faz o estágio na rede pública e que paga por ele. Então, nós também poderemos criar um fundo para garantir que esses alunos tenham, além do repasse que o governo vai fazer, que é o da bolsa estágio, um aporte financeiro da própria Fepecs. Além disso, nós precisamos também colocar nas unidades de saúde uma estrutura para que elas possam receber não só os alunos, mas também os próprios residentes que ali estão e que estão no escopo, no guarda-chuva da Fepecs.

Talvez os parlamentares não saibam a importância que isso terá para a nossa Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – Fepecs, mas nós sabemos. Por isso nós fizemos essa emenda e, graças a Deus, ela está sendo aprovada. Com a criação dessa organização, nós vamos conseguir efetivar essa nossa ideia.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns pela iniciativa, deputado Jorge Vianna. Isso é importante para a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, muito bom mesmo.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 21 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, haverá uma sessão solene, por isso precisamos apreciar as moções. Se for possível votá-las em bloco, eu lhe agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – São estas que estão aqui. Obrigada, deputada Paula Belmonte.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, depois da apreciação das moções e dos requerimentos, eu gostaria de pedir que entrasse nos itens extrapauta – eu já havia pedido ontem no Colégio de Líderes – um projeto do governo que altera a LDO para corrigir um erro que o governo criou.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – E houve acordo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Trata-se de uma emenda do senhor, que é a alteração da LDO para a nomeação de 3.104 professores.

Ontem, a Economia e a Educação anunciaram a nomeação de 1.600 professores no dia 29 de maio, na semana que vem. Então, eu sugiro colocar o projeto na ordem do dia para que ele seja votado e as nomeações autorizadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Houve acordo, ontem, para que ele fosse colocado na ordem do dia de hoje. Ainda bem que vossa excelência se lembrou disso, senão passaria batido. Obrigado, deputado.

Esta presidência acata a solicitação de vossa excelência. Solicito que o projeto seja incluído na ordem do dia. Logo após a leitura das moções e requerimentos, retornaremos à pauta, conforme proposto pelo deputado Gabriel Magno.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

– Moção sem número (*sic*), de autoria do deputado Fábio Félix, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas mencionadas por sua luta e dedicação aos direitos das pessoas com deficiência”.

Discussão e votação, em bloco, em turno único, dos seguintes requerimentos:

– Requerimento nº 1.376/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Requer a realização de Audiência Pública Itinerante com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 747/2023,

que 'Dá nova denominação à Casa de Cultura do Guará'';

– Requerimento nº 1.384/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "Requer a realização de Audiência Pública, a realizar-se no dia 06 de junho, às 9h, no plenário, para debater sobre a regulamentação Lei nº 6.667, de 15 de setembro de 2020, que 'Dispõe sobre o programa de estágio nas unidades de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (bolsa estágio), para alunos de cursos de formação profissional para as áreas em saúde''.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 1.389/2024, de autoria do deputado Ricardo Vale, que "Requer a realização de audiência pública, no dia 17/06/2024, para discutir as mudanças climáticas e seus efeitos no Distrito Federal''.

Item nº 158:

Discussão e votação, em bloco, em turno único, das seguintes moções:

– Moção nº 785/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à Região Administrativa do Guará (RA-X), em ocasião da solenidade em homenagem ao seu 55º aniversário'';

– Moção nº 786/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor, a Solange Nery, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Dia Internacional da Enfermagem – Semana da Enfermagem Brasileira'';

– Moção nº 787/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor, aos profissionais de saúde que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Dia Internacional da Enfermagem – Semana Brasileira da Enfermagem'';

– Moção nº 788/2024, de autoria do deputado Martins Machado, que "Manifesta votos de Louvor e homenageia colaboradores do Centro Olímpico e Paralímpico que especifica, pelos excelentes serviços prestados à população do Riacho Fundo I - RA XVII'';

– Moção nº 789/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à Região Administrativa do Guará (RA-X), em ocasião da solenidade em homenagem ao seu 55º aniversário'';

– Moção nº 790/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que "Reconhece e apresenta votos de louvor às mulheres que menciona pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal na ocasião da 5ª Semana Legislativa pela Mulher'';

– Moção nº 791/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que "Reconhece e apresenta votos de louvor às mulheres que menciona pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal pela ocasião da 5ª Semana Legislativa pela Mulher'';

– Moção nº 792/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que "Reconhece e apresenta votos de louvor aos Policiais relacionados, pelo profissionalismo e dedicação demonstrados na brilhante atuação em ocorrência envolvendo sequestro na zona rural do Distrito Federal onde a vítima foi libertada e a segurança restabelecida'';

– Moção nº 793/2024, de autoria do deputado Wellington Luiz, que "Manifesta Votos de Louvor em memória da técnica de patologia, Thaís Nunes de Oliveira, da Secretária de Saúde do Distrito Federal'';

– Moção nº 794/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor à pessoa que especifica, pelos relevantes serviços prestados à Região Administrativa do Guará (RA-X), em ocasião da solenidade em homenagem ao seu 55º aniversário'';

– Moção nº 795/2024, de autoria do deputado João Cardoso, que apresenta "Moção de Louvor pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, às agraciadas abaixo

descritas, a serem entregues durante a 5ª Semana Legislativa pela Mulher”;

– Moção nº 796/2024, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos servidores que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem ao dia da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF”;

– Moção nº 797/2024, de autoria do deputado Thiago Manzoni, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos cidadãos que especifica, pelos relevantes serviços de estudos e pesquisas sobre a cultura, história e geografia prestados ao Distrito Federal”;

– Moção nº 798/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor, aos profissionais de saúde que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Dia Internacional da Enfermagem – Semana Brasileira da Enfermagem”;

– Moção nº 799/2024, de autoria do deputado Chico Vigilante, que apresenta “Moção de Louvor pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, aos agraciados abaixo descritos, a serem entregues durante a solenidade do Museu dos Correios”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em bloco, em turno único, das seguintes moções:

– Moção nº 801/2024, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares que especifica em comemoração ao 215º aniversário da Polícia Militar do Distrito Federal”;

– Moção nº 802/2024, de autoria do deputado Chico Vigilante, que apresenta “Moção de Louvor pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, ao agraciado abaixo descrito, a ser entregue durante a Sessão Solene em comemoração aos 135 anos do Museu Correios, a realizar-se no dia 17 de maio de 2024”;

– Moção nº 803/2024, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos servidores que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem ao dia da Defensoria Pública do Distrito Federal -DPDF”;

– Moção nº 804/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos integrantes do Projeto Impacto Radical pela marca de 12 mil participantes”;

– Moção nº 805/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, do deputado João Cardoso, do deputado Eduardo Pedrosa e do deputado Ricardo Vale, que apresentam “Moção de Louvor em Sessão Solene em comemoração ao aniversário da Região Administrativa de Sobradinho (RA-V), a ser realizada no dia 22 de maio de 2024, às 19:00 horas, no Teatro de Sobradinho localizado na Quadra 12, às pessoas que especifica”;

– Moção nº 806/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, deputado João Cardoso, deputado Eduardo Pedrosa e deputado Ricardo Vale, que apresentam “Moção de Louvor em Sessão Solene em comemoração ao aniversário da Região Administrativa de Sobradinho (RA-V), a ser realizada no dia 22 de maio de 2024, às 19:00 horas, no Teatro de Sobradinho localizado na Quadra 12, às pessoas que especifica.”;

– Moção nº 807/2024, de autoria do deputado Thiago Manzoni, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos cidadãos que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal”;

– Moção nº 808/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião da Sessão Solene em homenagem às mulheres que cuidam de

crianças”;

– Moção nº 809/2024, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às mulheres que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal na ocasião da 5ª Semana Legislativa pela Mulher”;

– Moção nº 810/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas e instituições que especifica, por ocasião do Dia Nacional da Luta Antimanicomial”;

– Moção nº 811/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas e instituições que especifica, por ocasião do Dia da Nakba”;

– Moção nº 812/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos Bombeiros e Bombeiras Militares do Distrito Federal que participaram da missão de apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, pela importante contribuição prestada àquele estado em um momento tão difícil”;

– Moção nº 813/2024, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas mencionadas por sua luta e dedicação aos direitos das pessoas com deficiência”.

(Assume a presidência o deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Em discussão as moções e os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos e as moções; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Estão aprovados.

Item nº 102:

Discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 2/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz e outros, que “Altera a Lei Orgânica do Distrito Federal para dispor sobre a fixação do subsídio dos agentes públicos que especifica, em compatibilidade com a Emenda à Constituição nº 19, de 4 de junho de 1998, e para fixar a data de posse dos Deputados Distritais, do Governador e do Vice-Governador do Distrito Federal no 6 de janeiro, em compatibilidade com a Emenda à Constituição nº 111, de 28 de setembro de 2021, bem como para fixar o quórum de aprovação de Propostas de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências”.

Aprovada em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Como vota o deputado Max Maciel?

O deputado Max Maciel está ausente.

Como vota o deputado Eduardo Pedrosa?

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – "Sim".

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Peço o registro do voto "sim" do deputado Eduardo Pedrosa.

Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2023.

Nos termos do art. 202 da Resolução nº 344/2024, declaro aprovada a redação final.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.095/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.095/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.303, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências".

O projeto de lei visa ajustar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 com a finalidade de incluir autorização para a nomeação de 3.104 professores de educação básica, 80 pedagogos orientadores educacional, 630 analistas em políticas públicas e gestão educacional, 258 gestores em políticas públicas e gestão educacional e 100 professores de educação básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

A proposição reúne as condições necessárias para sua aprovação no âmbito desta comissão, razão pela qual votamos pela sua admissibilidade, com a Emenda nº 1, de autoria deste relator, que visa possibilitar a nomeação de servidores aprovados em concurso público na Secretaria de Agricultura.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.095/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 97:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 285/ 2023, de autoria do Poder Executivo, que “atualiza a legislação distrital que trata do sistema penitenciário e das políticas de segurança pública, em virtude da criação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal”.

Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Segurança e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, na forma das 2 emendas. Foi proferido parecer contrário à Emenda nº 3 da Comissão de Segurança. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Essa é aquela emenda das câmaras. A deputada Doutora Jane está ao telefone, mas parece que houve acordo.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu só gostaria de lembrar que ainda temos de votar o item nº 103, que trata da alteração da Resolução nº 167/2000, que versa sobre a licença do parlamentar no caso de falecimento da pessoa da família.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ontem, foi feito acordo para o projeto ser votado hoje, deputado.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Está certo. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O projeto não está na Ordem do Dia?

DEPUTADO JORGE VIANNA – Está.

É só para lembrar os deputados, porque, daqui a pouco – sabe como é – pode não haver quórum.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ontem ficou acertado, deputado, no Colégio de Líderes, que esse seria um dos itens para ser votado hoje.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sim, senhor presidente. É porque, daqui a pouco, depois de votarmos os projetos do Executivo, cai o quórum e perdemos a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Entendi, deputado.

Quero dizer a vossa excelência que o projeto está para ser votado, inclusive a ideia é votá-lo hoje.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, desde já, solicito o destaque da Emenda nº 3, para que eu possa votar contra e me expressar por ocasião da discussão do projeto em si, não do parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O deputado Thiago Manzoni destacou a Emenda nº 3.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

Lembro que a Emenda nº 3 foi destacada, portanto ela não será apreciada neste momento e, sim, posteriormente.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 285/2023, de autoria do Poder Executivo, que “atualiza a legislação distrital que trata do sistema penitenciário e das políticas de segurança pública, em virtude da criação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal”.

A proposição está acompanhada pela declaração da subsecretária de administração-geral, a qual afirma que a matéria não acarreta impacto orçamentário-financeiro.

As alterações trazidas pelo Projeto de Lei nº 285/2023 não contrariam as normas orçamentárias ou de finanças públicas vigentes bem como não estão sujeitas ao cumprimento das regras constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual votamos pela sua admissibilidade com as Emendas nº 1 e 2.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão, os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Presidente, eu vou me desculpar com V.Exa. O destaque da emenda era só quando fôssemos votar o projeto. O meu parecer inadmitiria a Emenda nº 3. Como foi feito um acordo em relação à emenda, eu vou passar a relatoria para o deputado Robério Negreiros, líder do governo, para que a emenda possa ser admitida. Quando votarmos o projeto, eu falo da emenda, voto contra, e fica tudo bem.

Deputado Robério Negreiros, só para esclarecer, eu estou passando a relatoria para vossa excelência, e há 3 emendas na proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Robério

Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o do Projeto de Lei nº 285, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “atualiza a legislação distrital que trata do sistema penitenciário e das políticas de segurança pública, em virtude da criação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal”.

Eu voto pela admissibilidade do projeto e acato as Emendas nºs 1 e 2. A Emenda nº 3 está destacada. Então, eu estou inadmitindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É para admitir. O acordo...

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Já que há um acordo, eu vou admitir, e ela vai ser destacada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão, os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

A Emenda nº 3 foi destacada.

Em discussão o Projeto de Lei nº 285/2023 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 20 deputados.

Em discussão a Emenda nº 3, destacada. Lembro que houve um acordo.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, em que pese tenha havido um acordo, eu preciso me manifestar por uma questão de valores, uma questão principiológica.

Na minha concepção de enxergar a vida, os valores estão todos invertidos, e tratamos policial como se fosse bandido e bandido como se fosse herói. Isso, infelizmente, está impregnado na nossa sociedade.

A Emenda nº 3 inclui monitoramento por vídeo dos policiais. Em que pese tenha havido o acordo e a própria secretaria tenha dito que isso não é um problema, na minha concepção, é um problema. Eu quero monitorar vagabundo, eu não quero monitorar policial. Bandido é que precisa ter monitoramento, e bandido não tem monitoramento.

Na saidinha do Dia das Mães, saíram um monte deles; 22 não voltaram e estão delinquindo novamente, estão aterrorizando a população. Não há monitoramento deles. Eles não andam com uma câmera para mostrar o que eles estão fazendo ou deixando de fazer.

Então, acho inadmissível colocar uma câmera no policial enquanto o bandido não tem câmera. Eu até votaria favoravelmente no dia em que todos os bandidos, todos os que foram presos tivessem também uma câmera com que pudéssemos monitorar o que eles estão fazendo, a forma como eles se comportam. E não colocar uma câmera no policial como se o policial fosse um infrator, como se o policial fosse bandido. Não, não é. Na minha concepção, não é.

Eu vou votar contra a emenda, apesar de haver o acordo, por conta disso. Na minha concepção, é inadmissível tratar policial dessa forma. Votarei contra.

Eu lhe agradeço a oportunidade de poder expressar e consignar o meu pensamento, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix; depois, deputado Robério Negreiros e deputada Paula Belmonte.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Vou explicar muito rapidamente, presidente. A câmera corporal vai ser instalada no policial, mas ela fica virada para os internos, ela não fica virada para o policial. Então, ela tem a capacidade de fazer a filmagem de todo o ambiente, inclusive uma filmagem preventiva e protetiva em relação aos acontecimentos do ambiente. Essa é a ideia da câmera corporal.

A câmera corporal é um instrumento tecnológico já utilizado no mundo inteiro dentro dos sistemas que precisam de hipermonitoramento. Ela não serve para proteger os internos necessariamente. Ela pode proteger caso alguém cometa uma violação grave do código de trabalho, inclusive previsto na Lei Complementar nº 840/2011. Ela serve para proteger o conjunto da instituição, os profissionais que atuam dentro da instituição e também colabora para o processo de prevenção interno da instituição. É importante que isso fique registrado, porque é algo que tem sido debatido.

A experiência de São Paulo, presidente, não tem a ver com o que nós estamos votando aqui. O que está sendo votado é dentro do sistema prisional, porque é um sistema em que temos muito mais dificuldade de fazer o controle das reações, o controle das situações internas. A experiência da Polícia Militar de São Paulo nos mostra um dado muito interessante sobre a questão da violência contra a mulher: depois da adoção das câmeras corporais, houve um aumento de 65% de boletins de ocorrência nas abordagens policiais de prevenção à violência contra a mulher. Esses são dados do Ministério da Justiça.

Antigamente, o policial, quando fazia uma abordagem, fazia uma espécie de mediação de conflitos, que não funcionava. Agora, com o monitoramento, eles fazem, de fato, a ocorrência a partir daquela abordagem. Isso tem prevenido a morte de mulheres por feminicídio em São Paulo. Esse é um dado da Secretaria de Segurança desse estado. O próprio governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ia desmobilizar o projeto das câmeras corporais, mas desistiu, e o Estado de São Paulo abriu uma nova licitação para a manutenção do projeto das câmeras corporais no estado.

Fica o nosso registro: é algo que tem a ver com a tecnologia, é algo que tem a ver com a dinâmica interna do sistema. Isso pode modernizar o monitoramento interno. Isso beneficia os servidores e o bom trabalhador sempre.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. Depois, concederei a palavra à deputada Paula Belmonte e ao deputado Hermeto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero fazer uma orientação aos deputados da base, pela liderança de governo: vamos liberar a bancada. Eu adianto que vou cumprir o acordo e vou votar “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sou ansioso, fiquei 30 anos na polícia, deputado Fábio Félix, 30 anos! Eu fui o primeiro parlamentar oriundo da ativa que saiu da tropa para o parlamento, nenhum outro deputado oriundo da corporação da PM veio direto da tropa. Nem os que me antecederam. Eu vim da tropa para o parlamento. Eu tenho orgulho disso. Eu estava tirando serviço quando eu ganhei a eleição.

A nossa Polícia Militar, deputado Fábio Félix, é uma das policias mais corretas, em todos os sentidos: abordagem, direitos humanos, todos. Eu tenho orgulho disso e digo, deputado Fábio Félix, com todo respeito e admiração que tenho por vossa excelência, que não precisamos dessas câmeras no uniforme, porque não é preciso fiscalizar quem vai fiscalizar o bandido.

Temos homens e mulheres dentro da corporação que sabem, realmente, o seu valor e o seu posicionamento. Eu, aos meus colegas, voto contra o monitoramento. Digo mais: quem tem (Falha na gravação.) bandido...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Doutora Jane.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu estive na Polícia Civil até me aposentar, como o senhor. Foram 24 anos na Polícia Civil, 24 anos trabalhando na ponta, mesmo como chefe. Ninguém vai conseguir encontrar 1 único procedimento que seja que fale sobre a minha pessoa, em relação à violência.

Realmente, eu entendo que quem é apenado ou quem passa por nossas mãos, ele apenas está estabelecido ali no Código Penal e não vai passar disso, nós não precisamos puni-lo para além disso, com agressões, esse tipo de coisa.

Vou fazer a minha fala em cima do que colocou o deputado Thiago Manzoni e o deputado Hermeto. Vivemos um tempo, hoje, em que quem está acuado, quem não consegue trabalhar, quem é vigiado e fiscalizado, infelizmente, é o policial, seja o policial penal...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA DOUTORA JANE – ... seja o policial do sistema socioeducativo, seja o policial civil ou policial militar que está nas ruas.

Cada vez mais os equipamentos – ou esse sistema, quando se fala de câmera de monitoramento – podem, sim, conforme o deputado Fábio Félix falou, prevenir algo, ou pode o policial usar aquilo para se proteger em alguma situação estressante. Em regra, vai ser utilizado sempre contra o policial. Aí eu confio na Polícia Civil, na Polícia Militar como – de verdade, isso não é falácia – uma das melhores polícias do Brasil.

Eu tive uma experiência que para mim foi uma das mais traumáticas dos meus 24 anos como policial. Um policial era da minha equipe, o nome dele é Lopes. Ficaram apenas a esposa viúva e o filho de 14 anos de idade, por causa de uma dessas situações equivocadas, que foi levada a ferro e fogo. Não vale a pena, no momento, contar a história, porque é muito longa. Eu sei que o presidente a conhece, porque é da Polícia Civil, e é de conhecimento de todos os policiais civis. Ele acabou se matando num plantão, usando a arma da corporação, por causa de uma situação igual a essa.

Era uma câmera que, em tese, seria para protegê-lo e proteger o trabalho dele, mas, no final, foi utilizada contra ele. Ele acabou se matando ali, no plantão.

Pelo que eu conheço da utilização e do resultado prático das câmeras de monitoramento, em regra, elas vão ser utilizadas contra o policial. Por isso, estou aqui deixando o meu voto, que vai ser contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Doutora Jane.

Eu me permito também discutir, porque, sem dúvida alguma, esse é um tema extremamente polêmico.

Eu acho que a proposta do deputado Fábio Félix, nos dias atuais, de uma certa forma faz a proteção do policial. Infelizmente, o que eu vi ao longo de 12 anos representando o Sindicato dos Policiais Cíveis como presidente, é que a palavra do policial pouco vale. Isso é uma pena.

A deputada Doutora Jane traz um dos casos mais comoventes da história da Polícia Civil, em que um colega nosso se matou porque ele dizia que seria mandado embora e os filhos e a mulher ficariam sem o emprego. Para que isso não acontecesse, ele se matou. Olhem até onde foi. Uma das grandes injustiças cometidas.

A palavra do policial perante algumas autoridades ainda vale muito pouco. A palavra do criminoso acaba valendo muito mais. No entanto, fica, realmente, complicado e difícil estabelecer uma norma que garanta que essas câmeras serão utilizadas em favor do policial ou em favor da sociedade, que seja. Seriam para todos os gostos.

O deputado Fábio Félix tem razão quando diz que, de certa maneira, elas vão proteger o bom policial, aquele que está cumprindo a sua parte, mas, por outro lado, como dito aqui pelo deputado Thiago Manzoni, pela deputada Doutora Jane e pelo próprio deputado Hermeto, nós, que somos conhecedores – eu e a deputada Doutora Jane ficamos muito tempo na rua, em delegacias pesadas, inclusive –, sabemos que, na prática, deputado Fábio Félix, acaba não sendo bem assim, o que é uma pena. O que vossa excelência traz, de fato, é que acaba sendo uma proteção para o policial, já que a palavra dele não tem muito valor. As imagens é que vão prevalecer. Infelizmente, por outro lado, as câmeras...

Eu estava até em dúvida com relação a esse processo, mas a deputada Doutora Jane trouxe um fato que me comove. Eu era presidente do Sindicato da Polícia Civil quando as imagens foram distorcidas. Aí está o grande problema: enxergaram o que queriam ver e mataram um policial que estava trabalhando quando alguém entrou na delegacia e queria quebrar a delegacia toda. "Ah, mas o policial fez além..."

Eu conheço um caso em que um escrivão nosso foi preso – a deputada se lembra disso. Foi lá no Gama. Aliás, ele foi sequestrado e jogaram-no lá atrás. Ele tinha 2 armas, deputado Chico Vigilante, e 1 das armas dele estava na canela, mas não a viram. Ele reagiu e matou os 2 bandidos. Ele foi questionado, porque disseram que houve excesso. Talvez imaginaram que ele tinha que matar um e morrer na mão do outro. É uma verdadeira distorção. Lembramos disso porque era um escrivão de polícia nosso lá na cidade do Gama.

É complexo, é difícil. Eu acho que cabe uma reflexão. Eu, como policial, deixo aqui claro ao deputado Fábio Félix, apesar de achar que a intenção foi a melhor possível, eu terei que acompanhar os meus colegas, a deputada Doutora Jane, deputado Hermeto e o colega deputado Thiago Manzoni pela colocação.

Sinto muito a forma como está sendo trazida a discussão, porque acaba cabendo as 2 situações.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. Depois ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós fizemos um acordo e, quando se faz um acordo, cumprimos o acordo em plenário. O acordo não era só para votar, deputado. O acordo era para aprovar. Se fosse só para votar, não precisava de acordo. Traríamos a emenda e pronto.

E quero dizer, presidente, a partir do momento em que houver as câmeras nos uniformes dos policiais penais, nunca mais bandido vai inventar que foi torturado, porque a câmara vai estar registrando. Não será só a voz do policial, mas a câmara dizendo: "Olha, está mentindo". Portanto, nunca mais ele irá dizer que foi torturado sem ter sido. A câmara estando ali vai impedir essa história

de tortura. Portanto, eu acho importante que cumpramos o acordo. A câmara é a proteção dos bons...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – ... policiais, que são a maioria.

Quando fizemos um acordo, repito, foi para aprovação, e o líder do governo sabe que o acordo foi feito assim. Podemos entender de liberar o voto dos que são policiais, agora acordo é para ser cumprido. E precisamos da aprovação da emenda, porque não teria sentido ter ficado esse tempo todo debatendo, dizendo que fez um acordo que não vale muita coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Precisamos levar em conta que, de fato, ontem isso foi tratado. Eu mesmo, apesar de ter consultado a secretaria de sistema penitenciário, ter tido inclusive o aval de que não haveria problema, eu não manifestei meu sentimento. Julgo inclusive ter sido uma falha minha, viu, deputado Chico Vigilante. Acho que poderia ter dito isso ontem. Eu me encontro extremamente desconfortável, neste momento, até porque vocês me conhecem. Eu sou cumpridor de acordo e acho que esse é o mínimo no parlamento, mas é uma situação um tanto complexa para nós que vivemos nas ruas. Não tem jeito. Fatos como foram colocados pela deputada Doutora Jane nos comove e nos traz uma reflexão.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero reforçar inclusive a posição que nós estamos entendendo desde ontem, deputado Chico Vigilante, do governo. Parece que a Secretaria de Assuntos Penitenciários tem acordo com a emenda, se posicionou já inclusive entendendo que as câmeras, nesse caso, trazem mais segurança para o processo, para o servidor público e para o conjunto da sociedade, mas quero também, presidente – aqui faço questão –, parabenizá-lo no seguinte sentido: vossa excelência tem estado disposto enquanto policial a discutir e dialogar sobre os limites que temos hoje na segurança pública. Inclusive, já tratamos sobre esse debate de modelos aqui em plenário. É preciso repensarmos isso também para a proteção dos próprios policiais.

Quero dizer isso porque acredito que a emenda do deputado Fábio Félix vai ajudar muito nesse processo de pensarmos e protegermos algo que estamos discutindo há vários meses: a valorização e a proteção do servidor público.

Aqueles que estão lá na ponta, no caso da segurança pública – vossa excelência, a deputada Doutora Jane e o deputado Hermeto já deram esse relato –, são aqueles que se colocam diversas vezes em situações de risco.

E esse é um dos instrumentos que temos hoje, com a ciência ao nosso favor, como o deputado Chico Vigilante bem disse, para a proteção do profissional, do servidor lá na ponta, contra, inclusive, algumas denúncias falsas que são feitas a esse servidor, como também, quando tratamos da segurança pública, para a proteção do conjunto da sociedade, para evitar os excessos e os extremos quando eles acontecem.

Quero manifestar o nosso apoio à emenda do deputado Fábio Félix, reafirmando a posição do próprio Poder Executivo ontem no Colégio de Líderes de aprovarmos o projeto com a emenda.

Obrigado presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado deputado Gabriel Magno. Obrigado deputado Joaquim Roriz Neto.

Vou seguir a ordem. Todos que levantaram as mãos, já sinalizaram, vou chamar.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, só queria refletir aqui que concordo com a fala do deputado Thiago Manzoni, da deputada Doutora Jane, de vossa excelência, inclusive, mas para fugir um pouco desse viés que é claramente ideológico, eu tenho só um grande problema com essa emenda: não foi feito nenhum tipo de estudo de impacto orçamentário, não foi apresentado nada para a CEOF. Sei que a emenda foi destacada.

Anteriormente a isso, eu ia ser o relator dessa emenda. Não havia nada falando sobre de onde viria esse recurso, quanto iria custar. Então mesmo se for da vontade do governo aprovarmos isso, acho que temos que esperar um pouco. Temos que fazer esse estudo de viabilidade e fazer com que essa emenda passe, pelo menos, pela CEOF, para que o nosso presidente, deputado Eduardo Pedrosa, faça essa análise orçamentária, falando em termos mais técnicos.

Não podemos aprovar uma emenda dessa sem saber de nada. Sem saber quanto vai custar aos cofres públicos. A minha opinião é essa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado deputado Joaquim Roriz Neto.

Gente, há uma ordem e eu tenho que seguir o que está aqui. Número 1, deputado Thiago Manzoni; número 2, deputada Paula Belmonte; número 3, deputado Fábio Félix; número 4, deputado Jorge Vianna...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está escrito aqui, não sou eu não. Deputado Jorge Vianna, leia aqui. É a ordem de quem pediu. Só se você mudou.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, em primeiro lugar, sobre cumprimento de acordo, estamos há 15 meses, mais do que isso até, há quase 1 ano e meio, trabalhando. Sabemos que cumprimos acordos. Até hoje, todos os acordos que foram feitos entre nós foram cumpridos.

Ontem, no Colégio de Líderes, houve acordo para que o projeto viesse à votação. Se eu tivesse entendido que o acordo era para se votar favoravelmente à emenda, eu jamais teria ficado calado, porque não tem como eu ser favorável a essa emenda. Isso vai contra os meus princípios.

O que foi discutido ontem no Colégio de Líderes foi o seguinte: "Há um acordo com a secretaria". Eu não sou secretário. "O governo topou." Está bem, o governo topou, mas eu, deputado Thiago Manzoni, não topei e não falei que votaria favoravelmente a essa emenda. Eu jamais falei ou falaria que votaria a favor...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Só para eu concluir: eu jamais falaria que votaria a favor da emenda. Isso não se trata de descumprimento de acordo.

Eu iria responder ao deputado Gabriel Magno, mas, como o meu tempo já passou, não vou nem lhe responder. O PT dizer que está defendendo a polícia é até brincadeira!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

Depois, falarão os deputados Fábio Félix e Jorge Vianna.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, quero expressar que ontem nós estávamos na reunião de líderes, e eu participei da reunião toda praticamente. O que foi combinado na hora que foi passado esse projeto foi o seguinte – quero dizer isto porque eu também sou uma pessoa que gosta de cumprir acordos –: há acordo

para se votar a matéria.

Acho que o acordo é para que o projeto seja colocado em pauta para ser votado, mas a autonomia do parlamentar tem que ser preservada. Em nenhum momento foi discutido o teor do projeto, com todo respeito ao deputado Fábio Félix, muito menos o dessa emenda.

Sempre me posicionei contra essa situação exatamente para preservar os policiais do Distrito Federal. Os policiais que estiveram na rua, que estiveram em contato conosco, disseram que esta câmara não vai ajudar; muito pelo contrário: vai atrapalhar. Então, em respeito aos representantes da segurança pública do Distrito Federal, externo o meu voto contra essa emenda.

Quero trazer, quanto ao que foi abordado, uma questão importantíssima: como estamos votando um projeto – e me surpreende muito ouvir que o governo está a favor dele – se não há o impacto orçamentário disso? É uma irresponsabilidade nós, parlamentares, estarmos em Plenário para falar que não há dinheiro na saúde, que não há dinheiro para contratar pessoas, que não há dinheiro para comprar insumos, e ao mesmo tempo votarmos um projeto sem previsão de impacto orçamentário. O mínimo que esta casa tem que fazer é, exatamente, mostrar o impacto orçamentário.

Então, fica registrado que, se for para a votação, votarei contra a emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu penso que a discussão da emenda, no meu ponto de vista, obviamente, perde um pouco da sua racionalidade, porque a questão do monitoramento de câmeras transcende o debate entre direita e esquerda no mundo.

Haverá governos de direita que vão instalar câmeras corporais, não só nas polícias militares, mas em outras polícias. E é bom dizer que nós estamos tratando da Polícia Penal. Sabemos que há um grande monitoramento em instituições fechadas, como é o caso das instituições prisionais no mundo inteiro. Isso não é novidade.

Lamento os episódios tristes que alguns colegas relataram e já passaram, mas, no caso, esses episódios foram relacionados a câmeras prediais. Ninguém vai propor retirar câmeras de monitoramento predial por isso, porque elas são fundamentais para elucidação de crimes, para elucidação de conflitos. Hoje, inclusive, o número de câmeras de monitoramento predial tem sido ampliado pelo governo do Distrito Federal.

Há um projeto do governo para câmeras de alta resolução na cidade inteira, deputado João Cardoso. Consegue-se até ler o que está no WhatsApp das pessoas – eu já fui à central de monitoramento do governo, que fica no Ciob –, de tão alta a qualidade dessas câmeras.

As câmeras, hoje, fazem parte do monitoramento das instituições de forma geral. Esse projeto de câmeras corporais ou câmeras de lapela já é internacionalmente consolidado. Não há resultado negativo, seja para os profissionais, para os trabalhadores, seja para a sociedade. Como eu disse, os resultados em São Paulo são tão positivos que o atual governador de São Paulo, que era contrário ao projeto, acabou de abrir a compra para milhares de câmeras.

A Polícia Militar apresentou, por meio do ex-comandante-geral Adão, o projeto para a abertura das câmeras aqui, com a compra de 2 mil câmeras para a Polícia Militar; nem apresentou projeto de lei, porque sabe que o projeto é positivo. O projeto, em São Paulo, não foi apresentado pelo PSOL, foi apresentado pelo governo João Doria e coordenado por coronéis da Polícia Militar.

É importante que se diga que esse debate, do ponto de vista técnico, transcende essa discussão ideológica. Não é uma briga de corporações. Trata-se de uma racionalidade de monitoramento da segurança pública. Eu quero deixar isso muito claro, porque estamos nos

perdendo um pouco na discussão entre o que é bom para a cidade e o que é bom para as políticas públicas.

Faço esse registro e – se acharem que é prudente, presidente, retirar o projeto para que ampliemos o debate, a discussão – eu tenho acordo para retirar a discussão da emenda e para adiar o debate do segundo turno para um segundo momento, a fim de amadurecermos a questão.

De fato, eu tinha a compreensão de que o acordo era favorável, porque o senhor inclusive fez uma fala no sentido da posição do governo. Isso porque, na hora, nós questionamos, e o senhor disse: “Já conversei com o secretário, está de acordo com a emenda, então, vamos votar, vamos votar”.

Nem votaríamos o projeto agora. Eu mesmo fui falar a vossa excelência, para que o projeto pudesse retornar à pauta. É um pouco essa a nossa posição.

Encerro, não sou advogado do PT, mas o PT foi agora atacado – e não há nenhum membro do partido inscrito para falar – como se ele não pudesse defender a Polícia Militar ou a Secretaria de Segurança Pública. É bom lembrar que, nos 4 anos do governo Bolsonaro, a Polícia Militar do DF não ganhou aumento, só ganhou aumento quando o governo do presidente Lula se sentou na cadeira do Palácio do Planalto.

Vossa excelência sabe disso, porque foi presidente do sindicato dos policiais. Sabe quais governos beneficiaram a Polícia Civil e a Polícia Militar do DF e sabe quais não beneficiaram e lhes viraram as costas. O deputado Hermeto sabe bem, porque lutou 4 anos – eu era deputado – para que a Polícia Militar tivesse aumento. O governo Bolsonaro se negou a dar aumento para a Polícia Militar e o governo Lula deu aumento para a Polícia Militar.

Então, este é um registro a título de justiça em relação à história recente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Alguns fatos são inegáveis.

O deputado Eduardo Pedrosa também já havia sugerido a retirada de pauta do projeto. Eu entendo que houve um desencontro sobre a informação de ontem. Até admito que talvez a falha tenha sido minha. Eu falei sobre a posição da gestão da Secretaria de Administração Penitenciária, e acabou ficando dúvida a nossa informação, mas já vamos decidir sobre isso e corrigir eventuais equívocos.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero falar sobre 2 coisas.

Primeiro, quero falar para os colegas parlamentares que uma das coisas mais difíceis é sabermos como profissionais de determinadas áreas atuam. É um risco muito grande para nós parlamentares impor uma coisa ou propor algo baseado em outros profissionais de outros estados e outros países. Ora, se nós fomos eleitos para representar segmentos, a sociedade no geral, como fazemos projetos sem consultar os principais interessados? Aos agentes que vão utilizar essa câmara foi consultado se isso é o melhor para eles? Porque querer legislar, impor, mudar as regras de um trabalhador que trabalha em determinadas áreas, só porque vimos na televisão ou vimos um exemplo que deu certo, pode ser um grande erro.

Eu ia sugerir a retirada do projeto de pauta, mas o próprio autor já pediu isso. Sugiro também consultarmos os principais envolvidos – quando eu falo envolvidos, não é a secretaria ou o próprio governo, eu falo do trabalhador que vai usar a câmara – para ver se é necessário, porque, se existe a câmara predial com alta definição, para que uma câmara fixada, mais um equipamento fixado, mais um dispositivo no uniforme do agente? Vamos ouvi-los.

Quero falar outra coisa, presidente. Eu fui contemplado pela fala da deputada Paula Belmonte. Quanto a Colégio de Líderes, sinceramente, eu não quero fazer comparação, não, mas é

inevitável. Na outra legislatura, vínhamos para cá e o pau comia neste plenário. Não podemos, todas as vezes, vir ao plenário com tudo arrumadinho, tudo acordado, porque as coisas mudam; e eu, embora seja líder do meu bloco, não sei o que o deputado que representa o segmento evangélico – deputado Martins Machado – ou outro deputado que representa outro segmento vai pensar de um projeto desses só porque é da base.

Presidente, foi até bom trazermos essa discussão para cá, porque fica parecendo, quando o deputado fala que houve acordo, que não estamos cumprindo acordo, que estamos fugindo. E não é isso. Quando os líderes falam, embora sejam líderes – sabemos que a liderança é muito mais proforma, porque cada deputado tem a sua representatividade, tem seu jeito de pensar –, não temos de seguir o que o líder pensa. Nesse momento, cada líder vai deixar – lógico – os membros de seu bloco livres para que possam votar.

Então, façamos a discussão nesta casa e vamos para o voto! É assim a democracia! Se retirarmos os projetos de pauta todas as vezes em que houver algum atrito, não avançaremos nem votaremos. Nós não estamos produzindo.

Dizem que temos que produzir melhor porque a outra Câmara produziu muito. Não. Produzimos muitas coisas que dizem ser melhores mas, ainda assim, são inconstitucionais. Vamos produzir, porque esta Câmara precisa produzir para dar resposta aos seus eleitores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à deputada Doutora Jane.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu só gostaria de fazer uma correção.

Deputado Fábio Félix, as câmeras de monitoramento às quais me referi não eram prediais. Eram câmeras voltadas para o balcão da delegacia e para o que chamamos de corró, a cela onde fica o preso. A câmera é voltada para o trabalho do policial.

Pelo contrário, às câmeras nas cidades a polícia é absolutamente favorável. Nós queremos o Distrito Federal como um grande Big Brother, com uma câmera em cada esquina, colocada pelo Estado e não pelo comerciante, para que possamos realmente utilizá-la.

Que nas delegacias, como nos batalhões da Polícia Militar, tenhamos um painel de monitoramento, para que possamos acompanhar tudo que acontece na cidade! As imagens são muito importantes porque conseguimos identificar as situações de crime – neste caso, perfeito! –, ver o que aconteceu e levar as imagens para os autos.

Então, às câmeras de monitoramento nas ruas, nas cidades, nas vias, somos favoráveis. Estamos lutando por isso. Inclusive, coloquei emenda para que essas câmeras sejam adquiridas. Existe emenda parlamentar de minha autoria para a compra de câmeras. Vamos transformar o Distrito Federal num Big Brother. O número de crimes vai cair.

Não digo que é errada a câmera de monitoramento interno, dentro das delegacias, voltada para o policial ou no uniforme. Temos visto que isso funciona em muitos estados. Só estou querendo dizer o seguinte: “De uns tempos para cá, cada vez mais, o monitoramento é em cima do policial”. Quando houver uma imagem, ela não será do ponto de vista do policial. Se eu, policial, analisar uma imagem, vou justificar o que aconteceu. Mas uma pessoa que não trabalha na polícia, ao ver aquela imagem, vai dar a interpretação que quiser. A imagem pode ser distorcida; não por má-fé, mas interpretada por alguém que não é policial.

Então, hoje, a imagem, por mais que seja moderna, é cada vez mais um instrumento para inibir e acuar o policial. Infelizmente, os bons policiais estão indo embora da polícia, assustados, com medo de trabalhar porque, infelizmente, todo equipamento que se cria é para impedir que o bom policial faça o seu trabalho. São imagens que vão ser usadas contra o policial. Com certeza,

infelizmente, teremos mais situações gravadas contra o policial que situações gravadas a favor dele e do seu trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada.

Continua em discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, vamos ser razoáveis. Vossa excelência e eu estamos nesta casa há algum tempo. Esse projeto está tramitando há mais de 1 ano. Não havia acordo nenhum para a votação dele, e o governo não o trouxe a plenário. Nós chegamos a um entendimento em que foi acertado com o secretário dessa pasta que ele estava de acordo. Portanto, se ele estava de acordo, era a voz do governo dizendo: “Eu estou de acordo”. Não era a minha voz, nem a de vossa excelência. Era o governo dizendo que estava de acordo.

Naquele momento, deputado Wellington Luiz, vossa excelência já dizia: “Nós precisamos conversar com a deputada Doutora Jane”.

Por mais de uma vez, nós dissemos: “Ela pode votar contra se achar que está violando o princípio dela”. No entanto, a emenda veio para ser aprovada. Era isso. A emenda veio para ser aprovada. Se é para votação, não precisa de acordo; apresenta-se a emenda e ela sai derrotada.

Sobre a questão do Colégio de Líderes, presidente, os projetos só andam por que são acertados no Colégio de Líderes? Na maioria das vezes, quem garante, em plenário, o quórum é a oposição. Vossa excelência sabe disso.

É muito fácil agora dizer: “Não, porque nós...” Não é assim. Não é assim. Portanto, que isto fique claro: daqui para a frente, quando se fizer acordo, é para ser cumprido. Mais de uma vez aqui nós já liberamos situações. O deputado disse: “Não. Eu não posso votar essa matéria.” E nós o liberamos, mas o deputado sabia que a matéria seria aprovada.

Isso já aconteceu mais de uma vez. Não é a primeira vez que isso está acontecendo. Se não fosse para ter acordo, que tivéssemos votado um ano antes. Se sabiam que a emenda não ia passar, por que ficaram segurando, segurando, até que o governo dissesse que estava de acordo?

Uma das coisas que eu acho mais importantes é publicizar as atividades de todos os agentes públicos: médicos, enfermeiros, todo mundo que trabalha no serviço público. Isso tinha que ser publicizado para que o tomador do serviço, que somos nós, tivéssemos efetivamente as informações.

Nesse caso – repito – a câmera no uniforme do agente é a segurança dele contra as denúncias que são feitas – de tortura e de outras coisas – e que, muitas vezes, o agente não tem como provar, porque não existe o elemento probatório, que seria a imagem, mostrando que ele não torturou ninguém.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Vários pontos precisam ser discutidos aqui. Nós precisamos encerrar isso.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência. Depois, ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Vamos encerrar, presidente.

Vamos votar, então, a emenda do deputado Fábio Félix.

Quem quiser votar, vota a favor ou contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Mas há uma proposta.

DEPUTADO HERMETO – Presidente, já está há muito tempo isso aí. Vamos colocar em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Olhem só.

O deputado Jorge Vianna traz isso. Nem sempre nós vamos conseguir construir o acordo. Quando não for possível, é óbvio, nós vamos para a votação, mas eu acho que não é bom termos vencedores e derrotados. Nós temos conseguido fazer dessa maneira por 1 ano e 6 meses.

Aconteceram algumas discussões ontem sobre essa matéria, e o assunto acabou não ficando bem resolvido. Eu inclusive volto a dizer que assumo a responsabilidade disso, porque eu trouxe a informação de que a Secretaria do Sistema Penitenciário não se opunha à emenda que foi apresentada pelo deputado Fábio Félix, mas isso não ficou claro.

O deputado Chico Vigilante traz um tema importante, que é a questão do cumprimento do acordo. Mas qual foi esse acordo? É isso que precisamos discutir melhor.

Como o deputado Fábio Félix e o deputado Eduardo Pedrosa sugeriram a retirada do projeto, eu acho que isso seria importante neste momento, até para cessar essa discussão. Além disso, que o projeto seja discutido na reunião de líderes.

Vamos retirar o projeto de pauta. Há outros projetos importantes para serem apreciados, como o projeto da CEB, do BRB, da moradia.

O ideal é que o retiremos de pauta.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu gostaria de fazer um complemento na minha intervenção.

Deputado Fábio Félix, em várias ocasiões, eu puxei PO, que significa policiamento ostensivo, na Esplanada e em manifestações. Alguns manifestantes – que não eram manifestantes, eram vândalos – provocavam o policial cuspidando nele, xingando a mãe dele; jogando... Quando o policial tem uma reação, ele pega o celular e filma o policial. Aí ele joga a imagem do policial como agressivo, mas ele não fala o que ele fez antes de o policial ir para cima dele. Estou dizendo que há muitos casos como esse que acontecem. Inclusive, a câmara seria até...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

Deputado Jorge Vianna, podemos avançar? (Pausa.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu repito, estão falando muito em secretário, em governo, mas nem sempre o secretário pensa a mesma coisa que os trabalhadores pensam. Eu acho que tem que se consultar o sindicato e os trabalhadores. Só pelo fato de o secretário dizer que sim ou que tanto faz, isso já mostra que nós temos que conversar com a fonte, que é o trabalhador.

Eu sugiro, senhor presidente, já que o senhor é um cara muito ligado à segurança, que tem essa liderança, que conversemos com os trabalhadores, juntamente com os outros parlamentares, porque eu vou até me sentir mais seguro de votar se eu souber o que os trabalhadores querem, e não o que o secretário ou o próprio governo querem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, só para registrar algo aqui. O secretário Teles é um secretário que discute as coisas e conversa com os servidores. Vossa excelência tem razão, nós não ouvimos os representantes das entidades de classe, mas o secretário não definiu esse ou aquele formato. Ele apenas disse que a gestão não se opunha.

Digo isso até para não passarmos a responsabilidade para o secretário, como se ele fosse responsável por um eventual acordo que nós tenhamos feito.

Vamos retirar o projeto de pauta. Já foi solicitado que o projeto fosse retirado de pauta pelos deputados Fábio Félix e Eduardo Pedrosa.

Retira-se de pauta o projeto. Vamos discuti-lo na próxima reunião de líderes, que será na próxima segunda-feira.

Muito obrigado.

Item nº 103:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Resolução nº 36/2024, de autoria do Jorge Vianna, que "Altera a Resolução nº 167, de 2000, que "institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências", consolidada pela Resolução nº 218, de 2005, para dispor sobre o afastamento justificado dos deputados distritais em caso de morte do cônjuge, companheiro, pai, mãe, filho ou irmão".

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A mesa diretora e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao relator da Mesa Diretora, deputado Pastor Daniel de Castro, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 36/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "Altera a Resolução nº 167, de 2000, que "institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências", consolidada pela Resolução nº 218, de 2005, para dispor sobre o afastamento justificado dos deputados distritais em caso de morte do cônjuge, companheiro, pai, mãe, filho ou irmão".

No âmbito desta mesa, quanto aos aspectos de mérito, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Resolução nº 36/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 36/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "Altera a Resolução nº 167, de 2000, que "institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências", consolidada pela Resolução nº 218, de 2005, para dispor sobre o afastamento justificado dos deputados distritais em caso de morte do cônjuge, companheiro, pai, mãe, filho ou irmão".

O parecer é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será pelo processo simbólico.

Os deputados que forem favoráveis votem "sim", os que forem contrários votem "não". (Pausa.)

Votação pelo processo nominal.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o. (Pausa.)

Solicito aos deputados que registrem seus votos nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado o Projeto de Resolução nº 36/2024, em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna para declaração de voto.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero só deixar claro para as pessoas o que nós estamos votando.

Primeiro, esse projeto não gera nenhum impacto financeiro para esta casa. Na verdade, ele repara uma grande injustiça que muitas vezes existe para com os parlamentares. Nós não somos trabalhadores políticos. Nós estamos na situação política. Nem por isso, nós deixamos de ter família, deixamos de ter emoção e deixamos de ter nossos direitos como cidadãos.

O fato de o parlamentar ter que se ausentar pegando um atestado de saúde não é legal. Aconteceu isso comigo, com a deputada Paula Belmonte, com o deputado Pepa e pode acontecer com qualquer um de nós. Temos familiares, temos sentimentos e devemos ter o momento de luto junto com nossos familiares ou sozinhos, se for o caso.

Esse é o começo do ato de legislar em prol de pessoas que usam terno e gravata nesta Câmara Legislativa.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, deputado Jorge Vianna, que reflete o sentimento de todos os 24 deputados. Muito obrigado.

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno e em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, convoco as senhoras e senhores deputados para sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação de itens não apreciados nesta sessão ordinária e dos seguintes projetos, em segundo turno:

– Projeto de Lei nº 1.092/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Cria o Programa Morar DF para aquisição de unidade habitacional de interesse social na forma que especifica";

– Projeto de Lei nº 1.081/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.155, de 10 junho de 2022, que dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal, e dá outras providências";

– Projeto de Lei nº 1.088/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União para operação de crédito externa a ser realizada pela Companhia Energética de Brasília S.A. - CEB junto ao New Development Bank - NDB e dá outras providências";

– Projeto de Lei nº 1.095/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.713, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências";

– Projeto de Resolução nº 36/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Altera a Resolução nº 167, de 2020, que “institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”, consolidada pela Resolução nº 218, de 2005, para dispor sobre o afastamento justificado dos deputados distritais em caso de morte do cônjuge, companheiro, pai, mãe, filho ou irmão”.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 19h31min.)

Observação: Nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
BPC-Loas – Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CEB – Companhia Energética de Brasília
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
Ciob – Centro Integrado de Operações de Brasília
Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Codhab-DF – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal
Diate – Diretoria de Assistência Técnica
FAB – Força Aérea Brasileira
Fepecs – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde
FID – Federação dos Inquilinos do Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
HRC – Hospital Regional de Ceilândia
HRSAM – Hospital Regional de Samambaia
HRT – Hospital Regional de Taguatinga
HUB – Hospital Universitário de Brasília
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
NDB – New Development Bank
OnG – Organização Não Governamental
PAS – Pedro Araújo dos Santos
PO – Policiamento Ostensivo
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
Prosus – Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Seduh-DF – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
Semob-DF – Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal
Sindical – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal
SindSaúde-DF – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SUS – Sistema Único de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
UnB – Universidade de Brasília
UniSER – Universidade do Envelhecer
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa, em 24/05/2024, às 14:23, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 1683070 Código CRC: 4CDD8233.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00021512/2024-67

1683070v1

Ata Circunstanciada da 44ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 44ª
(QUADRAGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41/2024,
QUE APROVA O PLANO DE PRESERVAÇÃO
DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA – PPCUB,
DE 22 DE MAIO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H16MIN

TÉRMINO ÀS 17H11MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Declaro aberta a sessão ordinária de quarta-feira, dia 22 de maio de 2024, às 15 horas e 16 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – O expediente lido vai a publicação.

Em razão da aprovação do requerimento nº 1.360/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Fundiários, a sessão ordinária de hoje, quarta-feira, dia 22 de maio de 2024, será transformada em comissão geral para a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – A presidência vai suspender a presente comissão geral.

Convido as senhoras e os senhores deputados, todos os presentes e aqueles que quiserem participar do debate a virem para o plenário.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h19min, a sessão é reaberta às 15h27min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar boas-vindas a todos aqui presentes, eu tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater o PLC nº 41/2024, sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Convido para compor a nossa mesa: o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, Marcelo Vaz; e o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do DF, Thiago Pereira Perpetuo.

Informo que esta comissão geral é uma comissão conjunta entre a nossa Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, da qual sou presidente, e a Comissão de Assuntos Fundiários, cujo presidente é o deputado Hermeto, que está aqui na casa e já está descendo para debater conosco.

O objetivo desta comissão é promover o debate com a população do DF sobre o Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Este projeto está sendo discutido há mais de 15 anos e possui grande relevância para a população do Distrito Federal. O conjunto urbanístico de Brasília é uma área tombada, inscrita como patrimônio da humanidade pela Unesco. Por esse motivo, é necessário que haja o planejamento das modificações a serem realizadas na área tombada, de modo a preservar as características essenciais da concepção urbanística do projeto de Lúcio Costa.

Nesse sentido, a participação de especialistas e da sociedade civil é fundamental para nos ajudar a melhorar o PPCUB e a promover o desenvolvimento da cidade de forma sustentável, com melhorias na mobilidade, na acessibilidade aos espaços públicos, nas condições de habitação e de saneamento ambiental, sem comprometer os aspectos ambientais, culturais, históricos e paisagísticos do patrimônio tombado.

É importante deixar claro que a aprovação do PPCUB por esta casa é fundamental, pois ele consolida diversas normas urbanísticas em um único documento. Com isso, as regras se tornam mais claras e atualizadas, o que proporciona maior segurança jurídica à população do Distrito Federal.

Ressalto, ainda, o compromisso da minha comissão, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, de analisar o projeto detalhadamente e oferecer as emendas necessárias para que possamos melhorar o texto e sanar os problemas que forem levantados e debatidos.

Para fazer a sua consideração inicial, concedo a palavra ao secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, Marcelo Vaz.

MARCELO VAZ – Boa tarde a todos. Boa tarde, deputado. Cumprimento também o nosso superintendente do Iphan-DF, Thiago Perpetuo, que tem sido um parceiro da Seduh na construção de alguns projetos para a cidade.

Eu acho importante primeiro fazer a observação de que hoje ocorre uma das comissões gerais mais importantes para a discussão deste projeto, considerando que a Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo são as 2 principais comissões de mérito para discutir não só este projeto, mas todos os projetos que tratem sobre o direito urbanístico.

Acredito que estamos num fórum ideal e adequado para este tipo de discussão.

Deputado, como estamos, se não me engano, na quinta reunião de comissão geral, não vou fazer aquela introdução toda sobre o que é o PPCUB, porque tenho certeza de que todo mundo que está aqui já consegue dar aula sobre o PPCUB. Acho que podemos já entrar na discussão do projeto, porque eu acho que o objetivo maior é ouvir todos os que estão aqui.

Eu queria pincelar alguns pontos. Primeiro, quero parabenizar o relatório da Unidade de Desenvolvimento Urbano – UDA da Câmara Legislativa. É um relatório que, realmente, analisou todo o projeto. Nós percebemos, na leitura do relatório, tanto do texto quanto das planilhas, que há uma preocupação muito grande principalmente com a usurpação de competência do Legislativo.

Eu acho que, sobre esse ponto, é importante deixarmos claro o que está no texto, qual foi a

intenção da Seduh ao colocar aquilo no texto, e que não há possibilidade alguma de... Primeiro, de inconstitucionalidade não há que se falar; e, segundo, não há possibilidade alguma de invasão dessas competências.

Nós ouvimos uma pessoa, na última reunião, dizendo que haveria um cheque em branco para os planos, programas e projetos que nós colocamos. É importante deixar claro o seguinte: os planos, programas e projetos que estão nas planilhas do PPCUB deixam claro o nosso objetivo para o desenvolvimento local, que são os PDLs. Nós colocamos todas as formas, todas as diretrizes que precisam ser levadas em consideração para a realização de estudos. Isso não significa que a aprovação de um plano, programa ou projeto, por decreto, tira a competência da Câmara Legislativa. Muito pelo contrário, a Lei Orgânica continua soberana.

Se algum ponto detalhado no plano, programa ou projeto envolver alteração de uso, alteração de parâmetro ou qualquer outra questão que tenha reserva legal, a Seduh encaminhará isso para a aprovação da Câmara Legislativa. Então, não há nenhuma discussão em relação a isso e não há nenhuma intenção de tirar isso da Câmara Legislativa.

É importante deixar isso claro, porque todo mundo está batendo muito nisso, deputado. O relatório da UDA também deixa isso bem claro como uma preocupação desta casa – e não é esse o objetivo da Seduh. Eu acho que esse é um ponto que precisa ser deixado claro.

Há, por exemplo, o destaque da possibilidade de aprovação do parcelamento novo com definição de usos e parâmetros por decreto. Isso é o que acontece hoje. A Lei Federal nº 6.766, que dispõe sobre o parcelamento urbano do solo, já diz que o parcelamento é que define parâmetros, que define usos, e que essa aprovação se dá por ato do chefe do Poder Executivo. Então, qualquer parcelamento do solo, seja na área tombada, seja fora dela, é aprovado por decreto. O que nós estamos fazendo é trazer o mesmo texto para o PPCUB.

Não há nenhuma novidade, nenhuma inovação, e tudo aquilo que é reserva legal, tudo aquilo que a Lei Orgânica do Distrito Federal deixa claro que precisa ser aprovado por lei complementar continuará assim sendo. Tanto é assim que o art. 157, exatamente para deixar claro, coloca o que é matéria de lei complementar, o que é matéria de lei, o que é matéria de decreto.

Boa tarde, deputado Max Maciel.

Nós deixamos claro, inclusive, que sempre que houver usos e parâmetros a serem definidos ou alterados, essas alterações serão reservadas à lei complementar.

O último ponto também levantado aqui foi a questão da desafetação, de que haveria necessidade de uma lei específica para regulamentar as desafetações que constam no PPCUB.

Há um entendimento já sedimentado no Tribunal de Justiça de que não há inconstitucionalidade enquanto se encaminhe uma lei complementar que trate de desafetação junto com outros assuntos. O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico, como o senhor mesmo colocou, vem sendo discutido há 15 anos e, nesses 15 anos, foram identificadas várias questões que necessitam ser regulamentadas ou regularizadas. Há, inclusive, ocupações de áreas públicas que precisam ser revistas.

Nós trouxemos um anexo específico de desafetação no PPCUB. Não há nenhuma possibilidade de a Seduh estar encaminhando isso de forma maquiada no meio do projeto para promover desafetações. Pelo contrário, há um capítulo falando sobre as desafetações e há um anexo só de desafetações, deixando claro tudo aquilo que vai ser feito.

E tudo isso que está constando do plano de preservação e que estamos discutindo hoje na Câmara Legislativa está no *site* da Seduh. Há um portal do PPCUB, com uma memória técnica que detalha exatamente como chegamos aonde chegamos. Nada daquilo que foi colocado no PPCUB foi feito da cabeça de um técnico específico, até porque houve um corpo técnico muito grande discutindo isso. Não foi da cabeça do secretário, do subsecretário, da secretária-adjunta. Tudo aquilo tem motivação, tem fundamentação e está na memória técnica disponibilizada no *site* da secretaria.

Mais uma vez, reforçamos que a secretaria – não só na minha pessoa, mas na de todos aqueles que participaram – está à disposição para esclarecer qualquer ponto sobre o qual ainda pairam dúvidas. Quero deixar claro que esses pontos levantados pela UDA não são pontos que, para nós, parecem preocupantes. Talvez, no entendimento, com uma redação um pouco mais clara, deixemos claro que não há qualquer possibilidade de invasão de competências.

Acho que é isso, até para otimizarmos as falas de todos. Mais uma vez cumprimento a todos, cumprimento o deputado Hermeto, presidente da CAF, e me coloco à disposição para que mantenhamos o debate.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, secretário.

Eu queria registrar as seguintes presenças: Eliton, da RA do Plano Piloto; Lucas, da RA Plano Piloto; Ruy, da administração do Cruzeiro; Pedro Vaz, da ACDF; Felipe, da Secec; Carolina Gama, da Terracap; Andrea Bruno, do Sinduscon; Pedro Henrique, do Sinduscon; Pedro Roberto, do CAU-DF; Antônio Menezes, arquiteto; Vera Ramos, do IHGDF; Cintia, do PSD; Thiago, do Iphan; Veranne, presidente da Comissão de Cultura, Esporte e Lazer da OAB-DF; e Ricardo Noronha, da Seduh.

Registro a presença do deputado Hermeto, que é presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, e do deputado Max Maciel. Indago a vossa excelência, deputado Hermeto, se gostaria de fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Primeiro, minhas desculpas pelo atraso. Eu tive um problema.

Eu quero abrir dizendo que o tombamento não é uma punição: é uma responsabilidade. Eu, como presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, bem como os demais deputados membros, assumimos essa responsabilidade com o Distrito Federal.

Hoje, estamos aqui, com a CAF e a CDESCTMAT, para participarmos do ciclo de debates sobre a proposta do Governo do Distrito Federal, liderada pela Seduh, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 41/2024. Assim que o projeto de lei complementar foi protocolado, solicitamos à assessoria legislativa desta casa a elaboração de 2 estudos. Um fazia um comparativo da minuta do PPCUB com os dispositivos de preservação da Portaria nº 166/2016 do Iphan; o outro tratava da análise de viabilidade legal e de mérito. Este se tornou um estudo detalhado e preciso, que já foi distribuído a todos os deputados para melhor entendimento e análise do projeto de lei complementar.

O grupo de trabalho de servidores da Unidade de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente – UDA, formado por urbanistas, geógrafos, advogados e outras especialidades, está, no momento, debruçado na elaboração do parecer da principal comissão de mérito, a nossa comissão, a Comissão de Assuntos Fundiários.

Em relação a um tema recorrente nas reuniões anteriores sobre a alteração do PPCUB, após a aprovação da lei complementar, por meio de decreto, ato administrativo que apenas detalha aspectos de uma lei, ao invés da submissão de um novo PLC a esta casa, a assessoria legislativa já está elaborando propostas e emendas que serão analisadas pelo conjunto de deputados da CAF, fazendo as necessárias adequações legais antes da apreciação em plenário, para dar continuidade a todo esse trabalho que será feito junto à nossa comissão.

Com essas considerações com as quais iniciei a minha fala, senhores, que já foram nominados aqui pelo nosso deputado Daniel Donizet, eu digo, secretário Marcelo, que vamos fazer com toda calma, com toda tranquilidade, sem atropelos, mas, como eu disse, o PPCUB não pode ser uma penalidade.

Hoje a realidade é outra. Precisamos adequar a situação em que Brasília se encontra. Nós precisamos pensar Brasília no futuro. Nós precisamos, com responsabilidade, ter essa visão e não travar a cidade. Não podemos travar quem quer progredir, quem quer gerar emprego, quem quer

aquecer a economia. Claro, dentro da lei, preservando o patrimônio.

Essas são as minhas palavras iniciais.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, deputado Hermeto.

Eu queria registrar a presença aqui da Ivelise Longhi, da Codese-DF, e da Sylla Watanabe, da Seduh.

Eu queria também citar os nomes aqui das pessoas que as comissões convidaram: Marcelo Vaz, da Seduh, que está aqui; convidamos também, representando o Ministério Público do Distrito Federal, o promotor Dênio Augusto de Oliveira Moura, que não pode comparecer por incompatibilidade de agenda; do Ibram, o presidente Rôney Nemer; do Iphan, o presidente Thiago Pereira Perpetuo, que está aqui ao nosso lado; da Terracap, o presidente Izídio Santos; o secretário de Cultura Claudio Abrantes; do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o presidente Ricardo Reis; do Conselho Regional de Engenharia, a presidente Adriana Rezende; do Instituto de Arquitetos do Brasil, o presidente Luiz Sarmento; do Conselho de Desenvolvimento Econômico – Codese, o presidente Leonardo Ávila; da Universidade de Brasília, o professor, doutor Benny; da Divisão Regional do Plano Piloto, o Bruno Olímpio; da Divisão Regional da Candangolândia, o Marcos Paulo Alves; da Administração Regional do Sudoeste e Octogonal, o Reginaldo Sardinha; da Divisão Regional do Cruzeiro, o Gustavo Aires; do Sinduscon, o presidente Alberto Valladão; da Ademi, o presidente Roberto Botelho; da Fecomércio, o presidente José Aparecido; da Fibra, o presidente Jamal Jorge Bittar; do Instituto Histórico e Geográfico do DF, o presidente Paulo Castelo Branco; da Associação Comercial do DF, o presidente Fernando Brides.

Passo a palavra neste momento ao superintendente do Iphan, Thiago Pereira Perpetuo.

THIAGO PEREIRA PERPETUO – Boa tarde a todos os presentes. Eu queria cumprimentar o presidente da mesa; todos os colegas da mesa; o senhor secretário também; os colegas que estão na plateia; amigos e colegas também defensores da preservação do patrimônio cultural em Brasília.

Essa é a terceira vez que o Iphan participa das comissões na Câmara Legislativa. Nós vemos com muita satisfação esta iniciativa de haver uma conversa realmente mais aprofundada a respeito de uma legislação tão complexa.

Faço uma saudação, neste momento, em nome do Leandro Grass, que não pôde estar aqui – daqui a pouco, ele viajará para o sul. Não precisamos falar o quanto todos nós estamos preocupados com as tragédias que aconteceram com os nossos colegas lá do sul. Obviamente, isso tem repercussão na questão do patrimônio cultural. Então, faço essa saudação em nome do presidente do Iphan.

Eu já tinha conversado com colegas da plateia. Estou até um pouco repetitivo, tendo em vista que é a terceira vez que eu participo – e com muito gosto – desta iniciativa. De fato, é melhor que essas informações sejam repetidas exaustivamente para que haja uma melhor compreensão a respeito do papel do Iphan nesse processo.

Nós temos dito e repetido tanto quanto possível que o papel do Iphan não se confunde com nada relacionado ao controle administrativo do exercício do ente local de editar as suas próprias regras.

Nós temos insistido que ao Iphan, portanto, não cabe aprovar ou desaprovar o PPCUB. Houve, ao longo de todos esses anos em que o PPCUB foi elaborado, uma tentativa de compartilhar informações, estudos, perspectivas, tentando apresentar uma possibilidade de compatibilização entre a norma federal e a norma local de preservação.

Claro que o PPCUB é muito mais amplo do que a Portaria nº 166. Ao Iphan cabe tão somente a questão da dimensão cultural desse sítio urbano tombado e declarado como patrimônio da humanidade.

Então, o que nós tentamos fazer, ao longo desses anos, foi analisar todas as versões do

PPCUB que foram apresentadas ao Iphan e, por meio de pareceres técnicos, reuniões – foram várias reuniões ao longo desses mais de 10 anos –, nós tentamos oferecer ao ente local a nossa leitura a respeito do projeto, tentando apontar eventuais incompatibilidades entre a norma federal de preservação e essa norma que, obviamente, é muito importante que seja editada.

Nas comissões anteriores, eu acredito que tenha havido oportunidade de avançarmos o debate público, até porque, por mais que as perspectivas não sejam unânimes – claro, em um objeto dessa complexidade, obviamente, não há unanimidade –, houve intervenções muito positivas, muito aprofundadas, muito criteriosas.

Nós temos a expectativa – falo, neste momento, como cidadão – de que as intervenções das pessoas que estiveram aqui possam, de fato, ser incorporadas. Afinal de contas, muita gente se dedicou, muitos profissionais se dedicaram ao estudo refinado dessa norma, que é extremamente complexa, como todos nós sabemos.

Nós temos a expectativa de que essas comissões sirvam, de fato, para que haja um aprimoramento normativo, porque, obviamente, a capital da República merece que essa nova norma, de fato, aponte para um novo caminho, não apenas relacionado à preservação mas ao desenvolvimento, que é algo que muita gente tem dito e repetido.

O foco relacionado ao patrimônio cultural, como bem disse o deputado Hermeto, notadamente, não pode ser entendido como um aspecto negativo da cidade, como um entrave ao desenvolvimento da cidade. Obviamente as questões relacionadas à preservação têm que ser garantidas, têm que ser muito bem equacionadas, de modo que esse tal desenvolvimento não acabe por apresentar deturpações nos valores culturais que foram atribuídos a esse sítio moderno, tombado pelo Iphan, tombado pelo GDF e reconhecido pela Unesco como patrimônio da humanidade.

Agradeço, mais uma vez, a perspectiva de agregar esse ente federal ao debate. Esperamos que esta tarde seja bastante proveitosa.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, superintendente.

Registro a presença do deputado Fábio Félix.

Pergunto ao deputado Max Maciel se deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Saúdo o deputado Daniel Donizet, presidente desta sessão; o deputado Hermeto, que preside a CAF; o deputado Fábio Félix, colega da Comissão do Transporte e Mobilidade Urbana; todas e todos os presentes.

Aproveito um pouco da fala do deputado Hermeto para dizer que temos a tranquilidade de ver que o debate sobre o PPCUB já está amadurecido depois de todo o trâmite por que passou nesses últimos longos anos, secretário Marcelo.

Hoje, na reunião técnica da nossa comissão... O transporte é uma área que foi pouco debatida. Eu conversei sobre isso contigo ontem. Há uma previsão do PDTU tratar sobre o tema, mas não é só sobre o PPCUB, é sobre todo o Distrito Federal.

Eu quero publicamente reforçar ao conjunto das pessoas que, para preservar a área tombada, nós também precisamos pensar Brasília fora dessa área tombada. Ela é fundamental para a garantia da preservação do conjunto urbanístico. Sem ela, fere muito o trabalho, porque ela não é uma ilha isolada do contexto do conjunto da cidade, ela faz parte integral. Contudo, o projeto específico se debruça sobre o sítio de tombamento patrimonial. O ex-deputado e, hoje, secretário Claudio Abrantes, que foi também presidente da CAF, conhece essa pauta como ninguém.

Deputado Hermeto, solicitamos, da área técnica desta casa, um estudo sobre mobilidade e o

PPCUB. O estudo ficou pronto hoje. A comissão vai ainda se debruçar sobre ele.

Entretanto, deputado Daniel Donizet, vamos votar isso, conforme combinado ainda nesta legislatura, mas não no início do mês de junho, pois nós queremos votar mais para o final do mês de junho, a fim de que consigamos fazer as indicações necessárias no projeto, sobretudo, por exemplo, para colocar um capítulo exclusivo sobre mobilidade urbana e direito à cidade dentro do PPCUB, pensando, inclusive, nas vias, na forma de requalificação de vias, na mobilidade ativa, na garantia de integração dos modais cicloviários, na perspectiva da calçada, na travessia em nível e até subterrânea para a melhoria dessa perspectiva de acesso e também na inclusão do transporte coletivo urbano nesta cidade.

Temos um debate longo sobre a previsão ou não de um VLT. E já foi debatido isso. Nós defendemos que tem de haver. Nós defendemos que tem de haver essa parte integrada e pulsante. O subsecretário de mobilidade esteve presente e alinou alguns compromissos que já estavam nessa perspectiva.

Então, o informe ao secretário e ao conjunto da comissão é que, com base no estudo que a casa fez, estudo que nós fizemos, inclusive, em parceria com a Universidade de Brasília, nós vamos propor um capítulo que não há no anexo. Há apenas citações de algumas ações de mobilidade. Nós queremos pensar um capítulo sobre mobilidade com propostas muito efetivas. Isso não vai impedir em nada o PPCUB, mas é uma previsão legal e necessária para garantir a viabilidade do que pode vir no PDTU. Sem ela, o PDTU pode pensar uma coisa completamente diferente, mas necessária, e o PPCUB, ao passar pela casa, pode engessar a possibilidade de termos alguns modais e até amplitudes, tendo em vista que há previsão de desafetação de área para novas áreas habitacionais, com projeção de quase 200 mil novas pessoas na área tombada de Brasília. Nós temos de nos perguntar: como ficarão essas 200 mil pessoas? Como se locomoverão? É um debate muito sincero.

As pessoas acham que a maioria dos carros que estão na área central de Brasília vem de fora das RAs. Isso não é verdade. A pesquisa mostra que a maioria dos carros que estão ocupando estacionamentos e causando engarrafamentos é do próprio centro de Brasília, das pessoas que moram perto do seu local de trabalho. Elas poderiam pegar um circular, o metrô, outro modal de acesso, o que traria mais qualidade, menos poluentes, menos impacto de trânsito, mais circulação e qualidade de vida dentro da cidade. Elas estão com o privilégio de estarem próximas do seu local de trabalho, mas, ainda assim, estão usufruindo do transporte individual.

A nossa fala é no sentido de colaborar, parabenizar a comissão e toda a condução da Seduh, secretário Marcelo. No entendimento do possível, acho que avançamos muito. Aquilo em que havia mais estresse, pactuamos por discutir mais tarde, pois não precisamos mexer nele agora. Há muita convergência hoje, mas ela precisa ser no sentido de ser para todo mundo, inclusive aquele que não mora na área tombada de Brasília, porque a capital é da humanidade, é do planeta todo, não só de quem mora aqui ou de quem ocupa essa área.

Encerro trazendo essa colaboração, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Registro a presença do nosso ex-deputado e atual secretário de Cultura Claudio Abrantes e de Marcos Paulo, da Região Administrativa da Candangolândia.

Concedo a palavra ao secretário Claudio Abrantes.

CLAUDIO ABRANTES – Boa tarde a todas e todos. É uma alegria imensa retornar a esta casa. Eu tive a oportunidade de passar algum tempo aqui.

Quero saudar os deputados distritais, amigos, companheiros de história na política e nesta casa: deputado Daniel Donizet, amigo que preside esta comissão geral; o nosso querido amigo deputado Hermeto; o deputado Max Maciel; o deputado Fábio Félix. Saúdo todos aqui presentes: a sociedade civil; instituições; a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Seduh, na pessoa do nosso secretário Marcelo Vaz; nossa querida amiga Janaína; Thiago, do Iphan; a OAB; a representação do

nosso Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural – Codepac; minha cara Ivelise, conselheira do Conplan.

Eu vejo um ambiente de discussão muito propício para o PPCUB. É muito importante... Eu mesmo, deputado Hermeto, quando presidi a CAF, se não me engano, em 2011, 2012, houve uma tentativa de fazer um plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília, mas não foi à frente por várias questões políticas e técnicas.

Estou muito feliz e parabeno os órgãos envolvidos: a Seduh, esta casa, o Iphan, a Secretaria de Cultura, sua subsecretaria e o Conselho de Defesa. Todo este debate que estamos fazendo surgiu a partir de uma característica muito específica de Brasília, que é o fato de ela ser Patrimônio Cultural da Humanidade.

O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília surge sob o olhar de se tratar do maior sítio tombado do mundo. Não temos notícia de um sítio tombado com essa dimensão, no planeta. Posso estar enganado, pois não sou especialista na área. Não há algo semelhante em nenhum ponto do planeta. Brasília tem características muito específicas e diversas das de qualquer outra cidade também reconhecida como patrimônio cultural. Brasília tem esse reconhecimento pela sua modernidade.

Então, nós não estamos falando de sítios tombados a partir de sua história ou tradições. Estamos falando de uma cidade que foi tombada por causa de uma modernidade. E ela foi tombada muito nova. Quando veio o tombamento, Brasília tinha sequer 30 anos.

Desde o início, ainda na construção da Lei Orgânica do Distrito Federal, havia a concepção de que precisamos de um plano de conservação. É óbvio que a Unesco exige isso e que é importante. Mas isso é importante sobretudo para nós cidadãos de Brasília que aprendemos a amá-la. Esse conceito, essa relação dá o pontapé para que hoje estejamos fazendo esta discussão.

É óbvio que até para fazer a proteção das escalas de Lúcio Costa, vamos trabalhar também questões de uso e atividades. Por exemplo, quando discutem pousadas na W3, sob o olhar da preservação, também estão discutindo uso e atividade. Há uma série de ações de uma lei extremamente complexa que precisa, na nossa opinião, do olhar de preservação. É preciso traçar diretrizes muito claras de preservação desse conjunto urbanístico e de adequações das quais precisa a cidade moderna que cresce e avança.

Na legislatura anterior, quando eu estava neste parlamento, tive a oportunidade de ver diversos pontos, que poderiam ser discutidos no PPCUB, sendo destacados e votados em separado, em acordos nesta casa. Isso aconteceu até mesmo com pontos dentro do Conjunto Urbanístico de Brasília. Cito, por exemplo, o Setor de Indústrias Gráficas, aqui ao lado. Foi feito um projeto de lei específico para a modernização desse setor.

Na Secretaria de Cultura, obviamente, o nosso olhar é sobre a preservação patrimonial. Brasília é Patrimônio Cultural da Humanidade. Poucas cidades no mundo têm esse título. Brasília ainda tem as características que acabei de citar. Para além disso, a secretaria participou da câmara temática no Conplan, com nossos representantes.

A Lei Orgânica da Cultura votada nesta casa criou o Conselho de Defesa do Patrimônio, o Condepac, que tem trabalhado, ajudado, debatido, buscado especialistas e alternativas e feito sugestões, inclusive, que foram encaminhadas para este texto do PPCUB.

Sem me alongar, até para poder ouvir muitas pessoas, é um ambiente propício, o cenário adequado é este. Esta é a etapa final para que o PPCUB possa acontecer. O que se espera é que ele realmente aconteça e que tenhamos um plano de preservação, com esse olhar do cuidado. Que o primeiro olhar seja um olhar de preservação do que Brasília é, do que ela representa, da sua concepção e, obviamente também, com olhares de modernidade, para que a cidade continue avançando, continue crescendo com a sua pujança, com a sua força.

Sobretudo hoje, quando Brasília é citada em algumas edições internacionais – como, por

exemplo, se não me engano, no *New York Times* – um roteiro. A única cidade do Brasil indicada pelo *New York Times* como a que vale a pena ser conhecida foi Brasília. Isso gerou muita controvérsia. Muita gente criticou o jornalista, dizendo que ele não conhecia Rio de Janeiro, Fortaleza, João Pessoa, mas, quando se lê a matéria, entende-se que Brasília é única. Quando o *New York Times* reconhece e indica Brasília como melhor destino do Brasil para visitação,   devido a esse caráter *sui generis* de Brasília. Brasília   única.

Com todo o respeito, nós temos dezenas, centenas de cidades maravilhosas que têm praia, que têm natureza, que têm montanhas, que também têm história, que têm monumentos. Com essa concep o urbanística de Brasília, com essas escalas de tudo o que foi planejado, mesmo com 64 anos, ela ainda   objeto de estudo e admira o de diversas outras cidades do mundo.

Nós temos notícia, inclusive, de delega es de países que querem fazer uma nova capital, e aí vêm fazer o quê? Vêm estudar Brasília.

  esse olhar que a Secretaria de Cultura quer.   esse cuidado que nós queremos desenvolver, obviamente, como eu disse, com um olhar de uma cidade que cresce, que se desenvolve, que precisa dar respostas, por meio da nossa legisla o, às demandas constantes de desenvolvimento, de habita o, de cria o, mas sempre, como eu digo, partindo desse patamar, desse plano maravilhoso de g nios, liderados por outro g nio que foi Kubitschek. S  Kubitschek mesmo para juntar, na época, tantas cabeças pensantes em termos de modernidade e de inteligência para conceber uma cidade desse porte com tantos e tantos talentos que foram colocados, seja na parte do urbanismo, do paisagismo, das artes, enfim.   isso.

Caros deputados, a Secretaria de Cultura está   disposi o de vocês. Eu posso falar em nome do Condepac também, porque sua presidência   nata do secretário de Cultura, que também pode e quer contribuir para esse debate.

  claro, que cada um defenda as suas posi es, mas principalmente que tenhamos um texto conciso, moderno, que garanta a preserva o com um olhar para o desenvolvimento da nossa querida capital.

  isso.

Muito obrigado, deputado. Nós estamos   disposi o.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, secretário.

Registro a presença do deputado Chico Vigilante e já indago se vossa excelência deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Então, vamos passar para as pessoas que se inscreveram.

Convido para fazer uso da palavra a senhora Angelina Nardelli, vice-presidente do Condepac. Lembro que o tempo de fala acordado   de 3 minutos.

Angelina, você está com a palavra.

ANGELINA NARDELLI – Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, deputado que preside a mesa; meu chefe e parceiro de trabalho, Claudio Abrantes, que   o presidente de onde estou como vice-presidente, que   o único conselho em Brasília que trata de patrimônio.

Eu acho que   importante salientar que eu vou repetir um pouco mais do mesmo. Todos da Seduh me conhecem, claro, e a minha posi o. Meus colegas do CAU, eu sou conselheira l  também. Eu faço parte do Icomos, que   o órgão de assessoramento da Unesco. Então, eu tenho um conhecimento para afirmar o que eu vou afirmar, e acredito que, muitas vezes, não   aquilo que todos compreendem o que   necessário para entender, porque esse plano   um plano de ordenamento territorial e não um plano de prote o de patrimônio.

Muitas vezes, temos colocado, eu e alguns colegas da OAB; do Icomos; do Condepac; da

sociedade civil, como o Conselho da Asa Sul; a Vera Ramos, que, como minha professora, me ensinou muito sobre a questão do patrimônio; o Thiago Perpetuo, que é um colega que prezo muito; a Janaína, que conheço há mais tempo, antes mesmo de ela ser secretária. o deputado Chico Vigilante, que é um grande exemplo também... E todos os outros. O deputado Max Maciel hoje de manhã me suportou na mesa. E falamos um tanto e muito sobre a questão da mobilidade em Brasília, da necessidade de diretrizes mais específicas para coordenar as RAs com Brasília.

Brasília é um patrimônio tombado único, e Brasília precisa ser reconhecida como paisagem. Paisagem não é paisagismo. Paisagem é um contexto geral daquilo tudo que se insere dentro desse sítio. São as vias; as edificações; as partes arbóreas da cidade, que vazias precisam continuar. Porque não são vazios, são propositais. É parte do que o modernismo traz para essa cidade. O adensamento é perigoso se não é pensado.

A justificativa que eu tenho escutado há mais de 15 anos, vinda, às vezes de risadinhas e observações de quem desconhece de fato a legislação internacional de patrimônio, é que a cidade precisa seguir, que ela precisa evoluir. E esse discurso o escutamos historicamente. O Thiago está aqui, historiador também, além arquiteto. Eu tenho bons tratos com o estudo da história, tendo a avó; o marido; o filho; a família inteira de historiadores, médicos ou arquitetos. Os Nardelli acabam não escapando disso.

Nós vemos isso se repetindo há muitos anos ao longo da história, em cidades que hoje não são mais nem um pouco o que deveriam ser.

(Soa a campanha.)

ANGELINA NARDELLI – Concluindo. Existe a necessidade – como já foi dito por mim, a convite da OAB para participar da mesa; como Condepac; como conselheira em outros locais – de detalharmos de forma muito mais primorosa planos, programas e projetos, e capítulos, que precisam acontecer inteiros, gestando o patrimônio da cidade.

No ordenamento territorial – mesmo que seja uma coisa interessante e necessária, estamos no século XXI, em 2024 –, faz-se necessária, obviamente, a diretriz específica para a proteção do patrimônio.

Ordenamento territorial não responde à legislação de preservação de patrimônio. Planos, programas e projetos não podem ser futurologia, não podem ser, como o Claudio Abrantes acabou de citar e eu ia trazer isso também, uma questão que já vem acontecendo: legislações votadas para o nosso CUB fora do PPCUB. Planos, programas e projetos precisam vir junto com uma série de diretrizes para que futuramente, quando houver o processo e a proposta dessa legislação – aqui estamos em uma casa de legisladores, meu avô foi deputado, eu trabalho com direito, eu sei o que eu estou falando e vocês também sabem –, quando vier a futura votação dessa legislação, haja estas diretrizes: para quem, como, porque, o que será permitido, quanto disso é possível, sem que isso anule ou traga malefícios para a questão do patrimônio.

O mundo inteiro está de olho em nós. Eu sou do Icomos, eu digo isso porque eu sei o que os meus colegas do Icomos fora do Brasil também têm questionado.

Portanto, eu peço, encarecidamente, que eles sejam acrescentados. Coloco-me a disposição e todos os parceiros que já trabalham com vocês, para que tratemos de pelo menos um capítulo que fale expressivamente...

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, senhora Angelina.

Passo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, primeiramente eu gostaria de saudar a iniciativa dos deputados, da CAF, da CDESCTMAT, do deputado Hermeto e do deputado Daniel Donizet pela audiência e por esta comissão geral. Nós estamos na maratona das audiências. Várias comissões apresentaram requerimentos, foi feito um acordo nesta casa para que essa discussão acontecesse em várias comissões, o Thiago já participou de inúmeras audiências. Saúdo a presença

do nosso secretário da Seduh, o Claudio, nosso colega que foi deputado distrital; do secretário de cultura que também está presente nesta discussão; e do deputado Max Maciel, que hoje presidiu uma audiência pública nesse mesmo sentido.

Eu gostaria de falar sobre algo que eu também comecei a falar hoje na audiência da CTMU. A cidade é um projeto em disputa, sempre. Ao longo desse debate há setores econômicos envolvidos disputando esse projeto, lideranças comunitárias, movimentos, comércios, pessoas ligadas ao patrimônio histórico, à cultura, discutindo a cidade. Nós temos que partir deste pressuposto: não existe um projeto neutro absolutamente, tecnicamente perfeito colocado, porque ele é pautado a partir de interesses, sejam interesses republicanos ou não, muitas vezes. Isso é possível. A cidade é um projeto em disputa.

Eu estou partindo desse pressuposto para nós sabermos que estamos fazendo aqui uma discussão política em relação ao PPCUB. Essa é uma discussão política. A atualização da cidade do futuro, a cidade que nós queremos para o futuro, que tem também relação direta com o projeto que nós apresentamos hoje, é a disputa de um projeto.

Eu começo por aí para dizer e colocar a pergunta sobre qual cidade nós queremos, especialmente neste momento, para esse complexo tombado. Qual é a discussão? Qual é a cidade do futuro que nós queremos? Nós precisamos aproximar essa discussão da população. Há uma complexidade muito grande na discussão do PPCUB, a compreensão técnica do que está sendo discutido é difícil para nós parlamentares, imaginem para o conjunto da população. A população quer saber... Vou até citar um tema que não está sendo debatido no PPCUB. A população quer ou não quer moradia, qual o perfil de moradia no Setor Comercial Sul, no Setor Bancário? Isso é interesse da população? É moradia popular? A população quer ou não quer um bairro atrás da Rodoferroviária? Isso é interesse da população? A população quer ou não quer mais empreendimentos na faixa central do Eixo Monumental? Isso é ou não interesse da população? A população quer ou não quer novos prédios nas praças das 700 da Asa Norte – o que está previsto nesse PPCUB? Isso é interesse da população?

Essas discussões diretas com o povo também seriam muito importantes para termos um projeto que de fato fosse a síntese daquilo que é a cidade que nós queremos para o futuro. É uma preocupação que eu tenho: a tradução dessa discussão.

Estamos no final de maio, a previsão da votação é para junho, e eu estava pensando: quem da população conseguiu entender? Não falo só da sociedade civil organizada, que já debate esse tema, já o conhece; quem conseguiu compreender um pouco o sentido desse projeto e as mudanças que ele vai trazer, ao longo do período, para a nossa cidade? Eu acho que essa é uma compreensão que nós precisamos ter, pois o projeto ainda está muito distante da população.

Deixo essa primeira observação porque este é um desafio nosso como deputados: como nós vamos comunicar o conjunto da população sobre PPCUB? É um desafio da Seduh também, que é o carro-chefe na discussão do plano.

O segundo ponto eu quero dialogar com os colegas deputados distritais, porque eu acho que, em algumas partes do PPCUB, nós abrimos mão do poder de legislar. Do meu ponto de vista – queria deixar isso com os relatores, deputado Daniel Donizet e deputado Hermeto, na CAF, e sei que há equipes técnicas que estão colaborando com o relatório de vossas excelências –, em alguns momentos, nós abrimos mão de legislar e deixamos um cheque em branco assinado para que os empreendimentos aconteçam; obviamente com algum padrão, mas sem que haja lei específica futura para que a autorização seja discutida no detalhe. Hoje é preciso lei específica, mas, a partir dessa revisão, do nosso ponto de vista – vamos apresentar isso no debate –, há alguns casos em que a Câmara Legislativa não vai ser necessária ou consultada.

Então, acho que é algo importante porque, de alguma forma, o governo está de plantão e representa um ponto de vista, o do grupo que ganhou a eleição, hegemônico, mas o Legislativo representa a síntese de uma pluralidade maior daquilo que se defende na sociedade. É importante a

participação ativa também do Legislativo nas decisões, e que ele seja consultado sobre as mudanças estruturais que possivelmente ocorrerão nas designações dos terrenos, nas mudanças mais importantes na cidade. Essa é uma discussão que fazemos.

Por fim, eu queria elogiar a Seduh; o governo, por ter enviado o projeto, porque nós vínhamos criticando o fatiamento. Na discussão do SIG, esta casa foi muito crítica, porque se trouxe o SIG separado do contexto geral do PPCUB; e agora temos a oportunidade de fazer uma discussão que não é de um bairro fatiado, mas do todo, que é a revisão do PPCUB.

Eu coloco apenas essas ponderações, concordando com o deputado Max Maciel, nós precisamos olhar para esse tema também a partir da mobilidade, a partir de outros olhares, a partir da conservação – que também é um tema que tem sido discutido aqui e apresentado por diversos urbanistas da cidade –, dando diretrizes objetivas para a conservação do patrimônio.

Várias observações foram feitas ao longo dessa discussão e queremos nos somar a essas observações. Vamos ter outro momento para a discussão legislativa do tema, mas eu queria inicialmente apresentar essas considerações para os deputados, agradecendo a oportunidade de fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao Roberto Botelho, presidente da Ademi-DF.

ROBERTO RUBINGER BOTELHO – Boa tarde a todos e todas. Cumprimento a todos na pessoa dos presidentes, deputado Daniel Donizet e deputado Hermeto, congratulo vossas excelências pela atitude de fazer uma audiência pública e de convidar a todos para essa participação plural, que a Câmara Legislativa pode e deve fazer sempre para discutir os assuntos de interesse da sociedade.

Eu acho que há um entendimento geral da sociedade de Brasília de que é importantíssimo mantermos o patrimônio histórico e cultural da nossa cidade. Preservar a cidade é fundamental para as futuras gerações, nossos filhos, netos e assim por diante. Mas, há de se convir que, apesar de Lucio Costa ter sido uma pessoa brilhante – realmente foi na sua época –, todo planejamento necessita de revisões.

Brasília foi planejada para funcionar de uma maneira que se pensava, na década de 1960, que seria o futuro da humanidade, com o uso unipessoal do carro. Hoje, vemos alguns problemas que isso gera para a nossa cidade. Então, concordo com o deputado que se ausentou, a mobilidade de Brasília tem que ser repensada dentro do Plano Piloto.

Outra coisa importante que temos que pensar é que a densidade populacional do Plano Piloto vem caindo ao longo dos anos, e temos que ter uma responsabilidade muito grande, porque a infraestrutura instalada dentro do Plano Piloto é caríssima. Vemos a dificuldade de se fazer um viaduto em Planaltina, Sobradinho, Recanto das Emas; sai 1 a cada não sei quantos anos. Vamos contar quantos viadutos temos só no Eixo Rodoviário, prontos, feitos, para quantas pessoas usarem? Deixaremos essa infraestrutura toda criada para a cidade para poucas pessoas usarem? Isso é certo ou errado?

Acho que temos sempre que pensar dentro da manutenção do patrimônio histórico. Como podemos flexibilizar alguns usos e algumas atividades para que esse espaço seja ocupado novamente e para que essa infraestrutura seja usada? Isso custa caro até para se manter.

Agora mesmo, o GDF já vem fazendo e fará uma série de manutenções. Quanto custarão as manutenções em todos os viadutos e em todas essas estradas? Quanto custa fazer a fresagem e a recomposição de todos os asfaltos que temos no Plano Piloto? Usaremos isso para poucas pessoas? Entendemos que isso não é correto. O caminho é que essa infraestrutura seja usada por mais pessoas, como foi planejada para ser. Esse é o entendimento da associação.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Pode pressionar o botão e disponha de mais 1 minuto para concluir.

ROBERTO RUBINGER BOTELHO – Eu gostaria de parabenizar o secretário e o Thiago pelo excelente trabalho feito. Esse é um trabalho hercúleo, que viemos acompanhando desde 2006, quando a secretária ainda era a Ivelise. Na época do Roriz, já se discutia esse projeto, então, há mais de 15 anos que se discute isso em Brasília.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, senhor Roberto.

Convido, para fazer o uso da palavra, a ex-deputada Ivelise Longhi, líder do Eixo Desenvolvimento Urbano, representando o presidente do Codese-DF, Leonardo Ávila.

IVELISE LONGHI – Boa tarde a todos vocês. Eu gostaria de saudar os deputados Daniel Donizet, Hermeto, Chico Vigilante, Fábio Félix e os demais que já passaram por aqui; o nosso secretário de Desenvolvimento Urbano; o Thiago, do Iphan; e o nosso secretário de Cultura e também ex-deputado desta casa, Claudio Abrantes.

É sempre uma felicidade grande vir aqui, mais ainda por ser a CAF. Eu tive a oportunidade, na época em que passei esta casa, de ser presidente da CAF. Sei que cada uma dessas comissões tem uma responsabilidade muito forte em relação aos projetos.

Hoje, eu represento o nosso presidente do Codese, Leonardo Ávila. O Codese é um conselho da sociedade civil, e nós temos uma preocupação muito grande em definir as políticas públicas de Estado que podem ultrapassar governos, porque sempre pensamos adiante. Eu vejo aqui também outros colegas que são do Eixo de Desenvolvimento Urbano e do Codese. Nós somos todos voluntários porque amamos esta cidade.

Nós colocamos algumas questões no documento apresentado – *Brasília, o DF que nós queremos – 2019 a 2040* –, sendo que a questão da preservação e da mobilidade estão presentes e são muito fortes. Nós temos acompanhado, passo a passo, o desenvolvimento da cidade, não só por ser do Codese, mas também pessoalmente, porque cada um de nós é bastante envolvido com a cidade.

Eu ressalto a relevância e a complexidade desse projeto. Concordo, deputado Fábio Félix: é difícil, às vezes, para a sociedade, entender um determinado projeto. Por isso a importância dos debates e das audiências públicas enquanto o governo está elaborando os projetos, e das audiências e dos debates das comissões gerais que estão acontecendo na Câmara. Parabenizo a casa por essa iniciativa. Eu acho isso excelente, pois é uma maneira de se poder esclarecer melhor a população e discutir pontos que são importantes.

A relevância que eu destaco, bastante forte, com relação à questão do PPCUB, é que ele é também um plano de desenvolvimento e uma legislação de uso e ocupação do solo. Quando se definem as escalas do tombamento, há que se pensar, sim, no uso e na ocupação do solo. Há um regramento da permissão do que pode ser construído naquele local que interfere diretamente no próprio tombamento e na paisagem da cidade. É desenvolvimento social e econômico porque não podemos pensar cidades estagnadas. Não é porque ela é tombada que tem que ser uma cidade engessada. Portanto, é necessário realmente que isso aconteça.

O PPCUB tem algumas questões que são interessantes. Quando falamos da uniformização e da condensação das normas e das regras, é porque nós, que vivemos todos esses anos no GDF – eu sou aposentada e passei os meus 40 anos dentro do GDF –, percebíamos a dificuldade, muitas vezes, de interpretar uma norma. Às vezes havia uma norma em uma planta que ninguém sabia que existia. Havia uma dificuldade até para a sociedade entender qual era o regramento daquilo. Eu acho que a condensação das regras já é um grande avanço, é um normativo e um norteador de ocupação.

Em relação aos planos e programas, eu vi a preocupação, no parecer dos técnicos desta casa – que está excelente e muito completo –, de que haveria alguma atividade acontecendo...

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Um minuto para concluir, ex-deputada Ivelise.

IVELISE LONGHI – As palavras do secretário, logo no início, nos tranquilizaram. Era também uma forte preocupação nossa, e ele nos tranquilizou no sentido de que talvez seja necessário avaliar uma nova redação ou um novo parágrafo para deixar mais claro o que realmente está sendo proposto ali. Tudo aquilo que tiver necessidade de vir à Câmara, porque a legislação assim o exige, deverá, sim, ser aqui debatida.

Finalizando, eu falo que a cidade é como nós, a cidade é como as pessoas. Nós temos que nos adequar. Ao longo dos anos, as coisas vão mudando e temos que nos adequar também, temos que pensar adiante. E uma cidade é da mesma maneira, pois as cidades são feitas, pelas pessoas, para as pessoas morarem. Então, são necessárias, sim, essas mudanças, essas adequações, respeitadas todas as questões da preservação.

Eu termino citando uma frase do Lúcio Costa, com quem eu tive o privilégio de conviver.

(Soa a campainha.)

IVELISE LONGHI – Desculpem-me o tempo que estou levando, mas é que eu gosto tanto desse tema que eu fico às vezes meio perdida.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Pode finalizar.

IVELISE LONGHI – O Lúcio Costa dizia que o grande desafio de todos nós – e é um desafio que se apresenta agora – é como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original e, de outro lado, como preservar a nossa cidade sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade jovem. Então, já havia a preocupação do próprio Lúcio Costa de que a cidade deveria ser completada e deveria ser constantemente repensada, claro, dentro daquilo que é considerado como patrimônio cultural da humanidade, o que muito nos orgulha.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, ex-deputada Ivelise Longhi.

Concedo agora a palavra à arquiteta e urbanista do IHG – Instituto Histórico e Geográfico do DF, Vera Ramos.

VERA RAMOS – Boa tarde a todos. Cumprimento o deputado Daniel Donizet, o deputado Hermeto.

Vou repetir, rapidamente, algumas coisas que já foram ditas pelos meus antecessores, mas quero frisar o seguinte: não existe antagonismo entre a preservação e o desenvolvimento. Nós temos que buscar um desenvolvimento qualitativo e, não, um crescimento quantitativo. Essa é a grande diferença. Para fazer isso, é preciso conhecer e entender a postura original do plano urbanístico de Brasília. Cidades sítios históricos não são obras acabadas. Elas têm natureza dinâmica, mas têm limites e norteadores.

O que eu observo no PPCUB – isso eu já repeti aqui em outras comissões e em outras oportunidades – é que ele priorizou o desenvolvimento urbano e as leis de uso do solo, mas a preservação ficou limitada a dispositivos que são recomendações e informações sem efetividade legal. Os dispositivos de uso do solo e desenvolvimento urbano, sim, têm a definição das penalidades etc.

Então, o que se esperava desse PPCUB – e eu espero que ainda aconteça – é que houvesse uma visão cultural que norteasse o desenvolvimento urbano e o uso do solo. Alguns usos se tornam incompatíveis. A setorização é uma característica essencial, mas ela não quer dizer que só há um uso permitido, é o uso predominante, vários outros são permitidos; mas os que são incompatíveis, não. O Iphan, no seu parecer, levantou vários usos que considerou incompatíveis, e eu até gostaria de pedir ao secretário que esclarecesse essas observações de incompatibilidade com a legislação federal. Como a Seduh lidou com isso nesse texto do projeto de lei complementar que está aqui, nos

dois pareceres do Iphan?

Outra coisa a ressaltar – e que já foi dito aqui – é que a sociedade não conhece o PPCUB na sua totalidade. O Instituto Histórico Geográfico tem o Conselho de Preservação de Brasília, do qual sou ex-presidente, o Conselho para Preservação de Brasília, do qual eu sou ex-presidente também. Portanto, na época, convivi com vários pioneiros. Eu posso dizer a vocês que a sociedade, como já foi observado, não conhece a totalidade dessa matéria, porque é um texto muito complexo com planilhas e muitos anexos.

A minha pergunta é: Por que esses planos, programas e projetos fazem tantas alterações em tantos setores do Conjunto Urbanístico? Nós estamos lidando com uma cidade que tem apenas 64 anos, ela é um bebê. Por que fazer esse exercício de futurologia agora? Deixem as demandas acontecerem. Vamos tratar dos instrumentos de preservação, porque é isso que está faltando. Como vai se fazer? Há instrumentos jurídicos, urbanísticos? Inclusive, a legislação urbanística é muito destacada nas penalidades, mas, quanto à preservação, não.

Dentre o que selecionei para falar, eu posso destacar o papel da Unesco. Inclusive, em 2012, foi a Unesco que recomendou a suspensão do processo do PPCUB, para que houvesse maior participação ativa e efetiva da sociedade e das entidades representativas. Ela recomendou um comitê gestor, que também não está sendo previsto. Existe uma estrutura de gestão compartilhada com vários órgãos sob a coordenação da Seduh, mas não é isso o que a Unesco recomenda. Ela também recomendou que houvesse regras claras que não dessem margem à subjetividade.

Esse é o plano de gestão no qual o PPCUB deve se tornar para atender também a Unesco e com a participação efetiva da comunidade, que é mais do que necessária.

Eu senti falta também de propostas e soluções para problemas imediatos que nós já temos na cidade, como mobilidade, transporte público, revitalização de várias áreas – a W3 não sai do papel há quantos anos? – e acessibilidade. Vamos encarar isso de frente.

Eu penso que nós precisamos, sim, dessas emendas que foram citadas, que acrescentam e retiram alguns dispositivos do PPCUB. Isso é o que eu posso avaliar.

Quero falar também da nossa preocupação com o adensamento. Nós vamos pensar esta cidade com muita responsabilidade. Está na mão de vocês, deputados, porque preservar significa complementar, corrigir desvirtuamentos e fazer as atualizações necessárias sempre em consonância, respeitando-se a postura e a lógica do projeto original. Isso é difícil; não é fácil. Mas nós temos que ser tão competentes e inteligentes quanto as pessoas e os pioneiros que construíram esta cidade para podermos lidar com ela, porque os desafios e as pressões são muitos.

Realmente me ofereço para contribuir no que for necessário.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Está ótimo. Muito obrigado, senhora Vera.

Informo a todos que o secretário está anotando tudo para responder no final.

Concedo a palavra a senhora Cintia Valéria Pereira da Silva, do Senado Federal. Só pressionar o botão à sua frente.

CINTIA VALÉRIA PEREIRA DA SILVA AIGNER – Boa tarde, tudo bem? Eu sou a professora Cíntia Aigner e agradeço a oportunidade.

Segundo eu entendo, acho que há duas semanas, de verdade, eu me tornei cidadã de Brasília, pois acabei de transferir o meu título. Como já estive nesta casa outras vezes, soube da realização desta audiência pública e soube da discussão sobre o plano.

Na verdade, eu gostaria de cooperar para o desenvolvimento urbano de Brasília, porque tenho muitos projetos. Sabemos que Brasília é um patrimônio tombado, conforme já foi dito por quase todo mundo, para a construção desse plano, eu gostaria de saber qual a possibilidade de se

fazer a revogação da lei do tombamento? Isso traria uma oxigenação para a cidade de Brasília. Por que isso? Porque, para alguns dos meus projetos serem implantados, é preciso realmente haver uma mudança na lei, porque não sabemos até onde podemos mexer.

A princípio, um dos projetos que eu gostaria de mencionar se chama Colosso Brasileiro. Não sei se algum de vocês aqui tem rede social, creio que sim. Eu acredito que alguém da Codhab talvez possa ter visto, possivelmente, uma foto minha, sendo que, ao fundo, há o Congresso Nacional e as duas torres. A minha dúvida, na verdade, é se conseguimos revogar algumas questões do tombamento para fazer uma oxigenação. Como disse um dos oradores, Brasília tem poucos habitantes. Ou seja, para usufruir dela, precisaríamos fomentar, como diria Lúcio Costa, na representatividade dos ipês.

Não sei se todos se lembram daquele símbolo de um ipê que não se fecha. Por que ele não se fecha? Porque, na verdade, é a oxigenação. É como se fosse a inspiração e a expiração. Isso tem a ver com transição, tem a ver com pessoas virem para Brasília tanto para morar – contribuir com a cidade – como para fazer turismo. Os meus projetos têm a ver com o turismo político e religioso e tem a ver também – lógico – com as pessoas que moram no próprio Plano Piloto e que, infelizmente, constituem uma população demograficamente desordenada. Ou seja, eu digo para as pessoas: invisíveis – se me compreendem.

O que acontece? Eu estava falando ontem com o padre João Carlos – inclusive ele esteve hoje aqui. Um dos meus projetos construídos e concluídos é o da revitalização da W3, que o Ibaneis implementou.

Nesse projeto, há a revitalização das calçadas que, infelizmente – diga-se de passagem –, não ficou da maneira que eu pensei no projeto. Inclusive, eu o tenho redesenhado para tentar, talvez, conseguir implementá-lo até outubro, se conseguirmos resolver um impasse.

Mas o que fui falar com o padre? Fui falar sobre um projeto específico da calçada do santuário Dom Bosco, que, inclusive, tem a ver com esse plano urbanístico. Isso tem a ver, lógico, com historicidade, tem a ver com oxigenação.

Eu gostaria também de saber algo do Iphan. Acho que foi dito que ele não fomenta leis, ou seja, na verdade, não pode revogar leis. Não é isso? Nós teríamos que, talvez, ir para o Senado Federal ou fazer alguma coisa nesse sentido.

Eu gostaria de deixar para a construção desse plano um pontapé inicial, que seria isto: revogar a lei do tombamento para nós vivermos mais, para Brasília viver mais. Como assim “viver mais”? Oxigenar mais, pensar mais em turismo, pensar mais em seminários internacionais, porque, infelizmente, hoje, Brasília é uma mão de obra barata. Nós vivemos de presidiários. Nós vivemos de pessoas, na verdade, sucateadas nesse sentido. Nós precisamos fomentar o turismo, mas um turismo que também traga riqueza.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Mais 1 minuto, para concluir.

CINTIA VALÉRIA PEREIRA DA SILVA – A riqueza de uma civilização em construção constante, em que nós ainda não chegamos ao final de todas as coisas. É o começo, meio e fim. Não sabemos o fim que cada um de nós teremos, mas sempre queremos proporcionar um tempo vasto. É isso que eu proponho.

Eu sou professora de nível superior. Na verdade, eu tenho uma aspiração política ao Senado Federal, uma situação de um prejuízo trabalhista. Antes, eu acredito que eu vou passar por essa casa, já estou nessa casa.

Só para terminar, eu gostaria de colaborar, a princípio, com 3 projetos: o projeto Colosso Brasileiro, o projeto Pernoite e o projeto Setor Comercial Lúcio Costa. Nós precisamos conversar sobre isso, porque trazemos um pouco do saudosismo, mas traremos, também, um futuro.

Eu agradeço a oportunidade. Espero, em um breve momento, que esse documento seja construído, principalmente pelo Iphan.

Obrigada. Até uma próxima oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, senhora Cintia. Toda contribuição é bem-vinda. Pode encaminhar qualquer documento para a nossa assessoria, para as comissões, para que façamos a análise e para que, juntos, discutamos todos esses encaminhamentos e projetos.

Eu queria registrar a presença dos estudantes e professores da Uniser, da UnB, que estão na nossa galeria. Eles são participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

O deputado Hermeto teve que se ausentar, pois tinha uma consulta agendada.

Concedo a palavra ao Pedro Vaz, conselheiro da ACDF. Fique à vontade.

PEDRO VAZ – Olá, tudo bem? Boa tarde a todos. Cumprimento a mesa na figura do presidente, o deputado Daniel Donizet.

Falando a respeito do PPCUB, reconheço alguns rostos que já estiveram presentes durante o debate. Temos sido muito assíduos em falar sobre essa questão da mudança em Brasília.

Aproveitando a presença do secretário, o senhor Marcelo Vaz, que inclusive tem o mesmo sobrenome meu, dou continuidade ao debate a respeito do PPCUB e sobre a importância do setor produtivo nele.

Nós precisamos falar a respeito da questão do setor produtivo, principalmente voltado para a Asa Norte. Precisamos falar a respeito da questão dos puxadinhos da Asa Norte – o que já fizemos em relação à Asa Sul –, principalmente, no que se refere ao setor de bares e de restaurantes, que ajudam a fomentar boa parte da economia da nossa capital relacionada ao turismo, relacionada à cultura. Há grandes estabelecimentos, muito antigos, que ficam na Asa Norte e ainda não foram contemplados em relação à questão do puxadinho, que é uma demanda muito grande do setor produtivo.

Como disse o deputado Fábio Félix, no Setor Comercial Sul, onde fica a sede da associação comercial, precisamos fazer a revitalização para trazeremos novamente vida àquele setor.

Ministros de Estado e até mesmo presidente da República já almoçaram no Setor Comercial Sul. Mas, hoje em dia, lá há pontos de distribuição de drogas e está sendo frequentado apenas por pessoas envolvidas em criminalidade, o que é um problema muito grande não só de segurança pública, mas também de ordenamento.

Assim como o deputado Max Maciel falou de algo muito importante – a respeito das nomenclaturas e da evolução da cidade –, nós também precisamos falar de algo igualmente muito interessante. Brasília, apesar de ser uma cidade nova, com apenas 65 anos de idade, precisa do debate sobre a questão do desenvolvimento. Por exemplo, aqui ao lado, há o Setor de Indústrias Gráficas, que tem se reduzido cada vez mais. Quem sabe, poderíamos transformar esses setores em novos setores e fazer a modernização.

Aproveitando o último minuto que tenho, quero dizer, secretário, que uma demanda muito grande do setor produtivo relacionada ao PPCUB é que haja clareza de como serão essas regras, de como faremos essas modificações, para que consigamos nos adaptar ao que o governo fizer com o PPCUB, para que os empresários não sejam pegos desprevenidos e para que não só respeitemos a questão de Brasília ser um patrimônio, mas também mantenhamos a modernidade da cidade.

Com isso, eu concluo a minha fala.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, senhor Pedro Vaz.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, pessoal, boa tarde a todas e a todos.

Estou aqui há algum tempo. Pelo menos, há 15 anos – não é, Claudio? –, estamos debatendo o PPCUB no Distrito Federal. No momento em que ele estava quase sendo votado, resolveram colocar um jabuti, e preferimos não votá-lo. Por isso, ele continuou sendo debatido.

Em todos os debates que temos travado, uma coisa tem que ficar clara: o PPCUB não é uma panela mágica que vai resolver todos os problemas da cidade – não é.

Nós destacamos 2 pontos que resolvemos: o Setor Comercial Sul, onde, hoje, com a lei que foi aprovada, poderão ser instaladas mais de 200 tipos de atividades que antes não eram permitidas e, agora, são – não é mais a lei que impede; ela está lá, disponível –; e o Setor Gráfico.

Na maioria dos momentos em que se discutia o PPCUB – a Ivelise ainda estava por aqui discutindo –, qual era o grande entrave? Eram as quadras 900. Sempre pautamos que não tinha que ser autorizado, no PPCUB, a condição das 900. Esse sempre foi o grande entrave.

Precisamos ter em mente, repito, que o PPCUB não vai resolver todos os problemas. Vejam o exemplo de um setor que está no centro, no coração de Brasília, mas que está morrendo: o Setor de Diversões Sul. Alguém, ultimamente, visitou o Conic, o Setor de Diversões Sul, para ver como está? Está morrendo.

Qual é a proposta? Isso não vai estar no PPCUB. Mas como se revitaliza e se faz com que o Setor de Diversões Sul volte a existir? Ele está acabando, e é grave a situação vivida ali. Se você for lá numa noite – qualquer um aqui pode visitá-lo –, verá que parece uma cena de filme de terror. Mesmo durante o dia, não há mais quase nada funcionando. É culpa da lei? Não é. É falta do PPCUB? Não é.

Eu acho que nós precisamos, efetivamente, estar de olho nisso.

Quanto à questão do adensamento, eu creio que, quando o Juscelino Kubitschek, o Lúcio Costa e o Oscar Niemeyer planejaram esta cidade, eles não falaram desse adensamento que poderia haver. Foi uma época em que, parece-me, não faltava dinheiro.

Outro dia eu estava assistindo a um vídeo antigo de um aviador. Ele falou algo que, se acontecesse hoje, eu acho que no mínimo tentariam derrubar o Juscelino. Esse aviador dizia que, naquela época, transportou vergalhões de avião, de Brasília para a Ponte do Estreito, na divisa do Maranhão com Goiás – onde agora é Tocantins. Ele transportava os vergalhões de ferro para fazer a estrutura da ponte.

Imaginem se um governante tentar fazer isso hoje! O que vai acontecer com ele? Só para mostrar a diferença entre como é hoje em relação à época da construção.

O cinturão verde foi pensado, mas não está tombado. O que foi feito do cinturão verde? Ele foi pensado exatamente para aquela região de Vicente Pires. O que fizeram com ele? Existe, ainda, o cinturão verde? Não.

O Mané Garrincha não feriu o tombamento, não é? Entretanto, visitando o Mané Garrincha outro dia, Claudio, eu descobri que hoje há 78 sedes de empresas dentro dele. Imagine o tanto de empregos que estão sendo gerados – inclusive multinacionais possuem sede, hoje, funcionando dentro do Mané Garrincha. O Mané Garrincha não é só um campo de futebol, ele é uma fonte efetiva de desenvolvimento, ele está induzindo o desenvolvimento no Distrito Federal.

Nós temos que pensar em tudo isso e fazer a discussão. Não dá para adiar por mais 15 anos, até porque, adiarmos por mais 15 anos será uma temeridade para o próprio tombamento. Na medida em que não se resolve essa questão, as pessoas vão fazendo, não é? Em Brasília vê-se muito isto: fazer e só resolver depois.

Portanto, é preciso que, efetivamente, façamos todas as discussões necessárias, mas que resolvamos essa questão este ano, de preferência agora no primeiro semestre.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Passaremos a palavra ao senhor João Accioly, vice-presidente do Sinduscon-DF.

JOÃO ACCIOLY – Boa tarde.

Na pessoa do deputado Daniel Donizet, cumprimento a mesa. Boa tarde a todos.

Eu vou ser um pouco redundante, porque acabamos falando mais ou menos as mesmas coisas. Como já estamos participando desse processo há tanto tempo, vez ou outra repetimos um pouco o que já falamos. O deputado Chico Vigilante acabou de pontuar, o secretário Claudio Abrantes também o fez com muita propriedade, o tempo que já estamos trabalhando com esse projeto de lei.

Eu tive a oportunidade de mencionar na audiência passada uma questão básica de planejamento que envolve o entendimento do processo em que se está no momento. Você avalia o ponto do qual veio para entender aquele em que você está, avalia a situação em que você está e passa a fazer prospecções do que você quer para o futuro. Isso é um planejamento básico.

No momento em que Brasília foi criada – a maioria da legislação foi definida para Brasília nas décadas de 1960, 1970; o restinho foi aceito na década de 1980 –, vivia-se uma realidade em que fazia sentido aquele tipo de definição de regramento para que a cidade se desenvolvesse e acontecesse.

No final dos anos 1980, fomos agraciados com a questão do tombamento. É um modelo de ocupação urbana único, que o mundo reconheceu que é bom, que dá certo e que vale a pena preservar para servir como referência para outros lugares – além de todo um aspecto histórico que, apesar de ser novo, imaginamos que, quanto mais o tempo passar, vai agregar mais valor.

Nós do setor, apesar de eu ser arquiteto urbanista, atuamos muito na área da construção civil, na qual há uma predominância de engenheiros, economistas, além dos arquitetos e urbanistas. Eu achei muito importante a fala da nossa amiga Angelina sobre a questão da preservação da paisagem urbana. De fato, a preocupação em garantir e criar instrumentos, como a doutora Vera pontuou, que garantam a manutenção da paisagem urbana é crucial, é fundamental. Nós que atuamos no mercado e que temos uma visão talvez um pouco limitada e restrita traduzimos muito isso nas normas de uso e ocupação do solo. É fácil enxergarmos de forma clara e objetiva quais são os limites, como ela observou muito bem, de ocupação; quais são os vazios e a proporção entre cheios e vazios que precisam ser preservados. Com um regramento de parâmetros urbanísticos, fica muito claro e muito objetivo entender quais são esses limites, quais as alturas, as taxas de áreas verde.

Quando observamos a própria documentação elaborada pelo Iphan, na primeira portaria – a Portaria nº 314, se eu não me engano – e depois na Portaria nº 166, vemos que a essência dessas portarias traz que o relevante para o tombamento é basicamente limitações de gabarito: alturas, afastamentos. Isso, para nós, é fácil de se medir e aferir. É muito difícil desatrelar o tombamento da Lei de Uso e Ocupação. É só esse aspecto que eu queria mencionar.

Com relação ao tempo que faz que já estamos discutindo isso, eu queria realçar o risco que corremos de não haver uma legislação mais clara, mais objetiva. Nossa realidade hoje não é a mesma realidade de 60, de 50 anos atrás. O risco de não termos legislação clara e objetiva para o tombamento é maior do que o de não termos legislação ou o de continuar usando a legislação antiga.

Esse processo em que estamos agora é um passo. Na verdade, o tombamento e todas as questões de planos, programas e projetos, tudo isso está aberto para discutirmos e vai passar pelo devido processo legal de discussão, vai passar pela Câmara Legislativa, vai passar por estudos, por audiências. Então, tudo o que vier a acontecer até a aprovação é um pequeno passo, que estamos dando agora, mas não é o fim. O fim ainda está longe. E o fim, na verdade, nunca chega. Como a

Ivelise colocou, como vários colocaram aqui, a dinâmica da cidade muda, as realidades mudam, a cultura muda.

Então vamos ter que estar sempre passando por esse processo de revisão, de atualização e de ajuste, com foco sempre na preservação – isso é fundamental –; mas dando clareza e dinâmica para o desenvolvimento da cidade.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Muito obrigado, senhor João Accioly.

Vou passar a palavra ao superintendente do Iphan, Thiago Pereira Perpetuo, para responder as indagações e fazer as suas considerações finais.

THIAGO PEREIRA PERPETUO – Pessoal, eu pedi para fazer esta fala agora porque tenho um compromisso, então eu não vou poder me estender muito mais na presente audiência.

Eu queria só reafirmar alguns pontos. De fato, o Iphan não é protagonista nesta tarde tão profícua. O Iphan é um apoiador para que essa norma, de fato, atinja o seu real objetivo da preservação.

Eu, como a minha colega Nardelli citou, sou um historiador em meio a um monte de arquitetos. Essa questão do patrimônio cultural, via de regra, é tratada por profissionais desse campo da arquitetura e do urbanismo.

Pelo meu ofício de historiador, foi muito curioso para mim verificar como algumas questões se repetem no tempo. A própria Portaria nº 314 e o Decreto nº 10.829, quando de suas edições, foram extremamente criticados por profissionais da época, professores da UnB, jornalistas.

No entanto, hoje, tanto tempo depois, defendemos essas normas com unhas e dentes, porque, afinal de contas, houve um amadurecimento, tanto da incorporação dessa perspectiva que está registrada nessas normas ainda vigentes quanto também da própria cidade: ela foi aprendendo a se desenvolver com essa perspectiva da preservação.

O tombamento, como instituto jurídico, está no ordenamento jurídico brasileiro desde 1937, por meio do Decreto-Lei nº 25/1937. Ele também foi recepcionado pela Constituição Federal. Então acredito que não há que se falar em revogação do tombamento.

Na verdade, temos que fortalecer essa perspectiva do tombamento, porque ele é um direito cultural que garante a toda a comunidade brasileira poder fruir desses objetos culturais tão importantes para a nossa história, a nossa história nacional.

Fico muito feliz em ver que diversos colegas aqui apresentam, com muita firmeza e clareza, que não existe, de fato, um antagonismo entre preservação e desenvolvimento. A compreensão de quais são os elementos fundamentais para se preservar tem que ser o norte para toda e qualquer política de planejamento e de desenvolvimento.

Gente, Brasília, quando foi tombada, não tinha nem 30 anos. A cidade, obviamente, modificou-se de lá para cá. A perspectiva de que o tombamento tem alguma interferência negativa no desenvolvimento da cidade é, obviamente, falsa.

A cidade experimentou diversas transformações. Hoje, a sociedade tem condições de identificar as modificações que não foram muito positivas e as que foram positivas. Trata-se do amadurecimento do pensamento da sociedade com relação ao que estamos discutindo aqui.

O Iphan, autarquia federal que tem a missão de preservar o patrimônio cultural brasileiro, não foge ao debate; ele tenta contribuir com aquilo que é possível, evidentemente, sem encarar as questões como tabu.

Há questões que foram colocadas que vão ser tratadas ao longo dos próximos anos, como a mobilidade urbana, a incorporação de novos modais de transporte, como o VLT, por exemplo. Isso foi tratado na audiência anterior. O Iphan não deu uma negativa com relação à proposta; ele apenas

apontou que é necessário que essa proposta seja incorporada com o viés da preservação, por exemplo, com a preservação da faixa de vegetação que existe ao longo da W3 Sul e Norte, cuja supressão, obviamente, seria um aspecto muito negativo, porque ela faz parte da cidade.

Outra coisa: o Iphan tem se dedicado bastante a estudar a incorporação de algo muito difícil e polêmico, que está na ordem do dia e que é muito necessário: a flexibilização de usos nas partes centrais da cidade. Estamos, inclusive, estudando a possibilidade de ampliação para o uso habitacional.

É claro que o Iphan tem todo o cuidado ao se pronunciar com relação a essas questões, mas, mais uma vez, digo que o Iphan não foi muito reativo com relação a essa questão. Ele tentou ser propositivo, indicando a necessidade de que essas propostas sejam mais qualificadas e mais estudadas com o tempo.

Nesse sentido, eu digo que meus colegas e amigos da Seduh – nós até brincamos que eles são o chão de fábrica... Sou servidor do Iphan, estou superintendente. Daqui a pouco, vou voltar para a minha baía muito feliz, trabalhando pela preservação da cidade com relação ao meu ofício de historiador. Quanto aos meus colegas da Seduh, eu sei que eles trabalham cotidianamente, com muito afinco e muita responsabilidade, para fazer com que esses estudos sejam robustos o suficiente para que, quando se transformarem em legislação, de fato, atinjam os objetivos que a sociedade brasiliense espera.

Finalizo dizendo que o Iphan seguirá apoiando, seguirá contribuindo com aquilo que for possível e necessário. Nós nos colocamos à disposição, a qualquer instante, da casa legislativa, da Seduh, da Secult, que estão aqui representadas.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de o Iphan estar aqui para se manifestar. Agradeço a todos os colegas da mesa e aos presentes que estão assistindo a esta comissão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Muito obrigado, superintendente, pela contribuição, pela participação.

Concedo a palavra ao secretário Marcelo Vaz, para que ele faça as suas considerações finais e responda, porventura, alguma pergunta.

MARCELO VAZ – Obrigado, deputado, por me conceder a palavra. Agradeço a todos as contribuições que recebemos hoje.

Vou fazer um rápido comentário sobre tudo aquilo que foi dito. Até me preocupou a fala da senhora Vera Ramos em relação às incompatibilidades nos pareceres do Iphan. Eu acho que essa – como o superintendente acabou de dizer – foi uma das maiores preocupações da nossa equipe técnica.

Todos os pareceres do Iphan foram minuciosamente analisados e todas as recomendações foram acatadas. Não há nenhuma possibilidade de aquilo que o Iphan recomendou ter sido colocado na minuta do PPCUB sem que os técnicos tenham pelo menos se debruçado e dado o aval. Por mais que o superintendente diga que não é ele que aprova – e, de fato, não é o Iphan que aprova –, o órgão considerou tudo aquilo que estava no texto e tudo aquilo que não podia dele constar foi retirado. Não há incompatibilidade alguma entre o texto que foi apresentado à Câmara Legislativa e as análises que o Iphan já fez.

Eu também queria falar sobre os planos, programas e projetos. Eu acho que, em todas as falas, houve um pouco de preocupação sobre isso. Por que existem os planos, programas e projetos, além de serem os planos de desenvolvimento local? (*sic*)

O PPCUB vem sendo discutido há muito tempo e eu venho dizendo: um projeto de lei, deputado, jamais vai ser perfeito. O deputado Max Maciel ou o deputado Fábio Félix falou que há interesses de todos os tipos. São interesses, na maioria das vezes, republicanos, mas são interesses

que, às vezes, conflitam. Eventualmente, atendendo um interesse ou outro, acabamos desagradando algum envolvido. A visão normal é de que esse projeto de lei não vai agradar a todos, e eu acredito que nenhuma lei vai agradar.

Nós fizemos o possível para conseguir condensar tudo aquilo que era possível ser atendido dentro dos limites que foram estabelecidos. Dentro desses planos, programas e projetos, há situações cujos estudos nós não conseguimos ainda desenvolver e, por isso mesmo, não estão no escopo do PPCUB, mas são demandas que já foram identificadas.

A senhora Vera pergunta, por exemplo, por que não esperamos chegar as demandas. Os planos são decorrentes das demandas que já chegaram, mas a Seduh não teve capacidade e tempo de desenvolver todos da forma como deveria. Colocamos o indicativo de que esses planos precisam ser discutidos – e serão discutidos. Em alguns momentos, a conclusão vai ser que é necessário fazer uma requalificação da área central. Uma requalificação da área central não depende de lei; entretanto, se é inclusão de uso residencial no Setor Comercial Sul, isso depende de lei complementar, depende de audiência pública, depende de aprovação no Conselho de Planejamento – e assim vai ser feito.

Mais uma vez, tranquilizo-os a respeito de que o que está indicado nos planos, programas e projetos são questões que já foram levantadas, que não foram suficientemente estudadas e que serão estudadas pontualmente. Não vai virar uma colcha de retalhos para a qual vamos mandar vários projetos de lei que tratem de coisas específicas.

Tudo aquilo que for aprovado pela Câmara Legislativa ou que for aprovado pela secretaria, porque não depende de lei, vai ser incorporado ao PPCUB em momento oportuno, de maneira que sempre tenhamos um texto coeso que trate das normas da área tombada.

Quanto a isso, há as falas da Angelina e do João Accioly. É importante também a preservação da paisagem, a qual, além de todos os critérios de preservação, é feita por meio da definição de uso e ocupação com clareza de parâmetros.

São os parâmetros que definem o que pode, o que não pode e de que forma pode ser feito. É naquela limitação que conseguimos garantir que a paisagem urbana, tal como está, tal como disposta no tombamento, será mantida. A ausência dessas normas ou, principalmente, a dificuldade de interpretação, que é o que acontece hoje, acaba dificultando a preservação.

Então, quanto mais demorarmos a aprovar esse plano, mais ficaremos nessa insegurança, que vai gerar uma ocupação desordenada, uma ocupação irregular. A cidade continua crescendo, a cidade precisa se desenvolver. Enquanto não dermos meios regulares para que isso seja feito, infelizmente – há vários exemplos em Brasília –, essa ocupação vai acontecer de forma irregular. É exatamente isso que não queremos.

Deputado Chico Vigilante também abordou muitos pontos, porque ele participou da discussão do PPCUB, anteriormente. Todos os pontos que foram controversos e que, de alguma forma, impediram o avanço da votação dos outros projetos foram retirados. Muito provavelmente estão lá nos planos, programas e projetos, para que discutamos, ponto a ponto, o que tem que ser feito, como a sociedade quer ver o crescimento da cidade – conforme o deputado Max Maciel, de forma muito feliz, falou. Precisamos discutir isso, ponto a ponto, para entender o que de fato a sociedade quer. Se não está definido no PPCUB o que é para ser feito em determinado lugar, é porque não há essa maturidade, porque a sociedade não foi suficientemente ouvida, mas ela será. As audiências públicas serão realizadas. Nós construiremos tudo isso que consta nos planos em comum acordo com a sociedade.

Por fim, deputado, na minha fala inicial, eu me esqueci de mencionar que também há uma preocupação no parecer da UDA sobre a criação das reuniões públicas no texto do PPCUB. De certa forma, há a preocupação de que as reuniões públicas seriam flexibilizações da audiência, que têm um rito a ser seguido para que seja considerada audiência pública realizada. Pelo contrário, há um artigo que deixa claro que tudo aquilo que a lei de audiência pública define como necessário de ser

submetido a rito de audiência pública será feito. Nós criamos um âmbito de discussão a mais, que são as reuniões públicas. Poderíamos muito bem tirar aquele capítulo que fala “tal e tal assunto são matérias sujeitas à reunião pública” e não faríamos nenhuma discussão com a população. Pelo contrário, o objetivo da secretaria é exatamente dar transparência e dizer “por mais que na lei de audiência pública não haja uma exigência formal, nós estamos sugerindo que sejam realizadas reuniões públicas”, para que não façamos a discussão daqueles temas sem a participação da sociedade.

Diferentemente do que está no relatório, o objetivo da reunião pública é criar mais um canal de discussão com a sociedade, além daqueles que o rito estabelecido na Lei nº 5.081/2013, que trata de audiências públicas, já traz.

Acredito que foram esses os pontos mencionados.

Mais uma vez agradeço a oportunidade. Acredito que, a cada discussão, a maturidade do projeto vai aumentando. Cada vez mais há a convicção de que o projeto que foi feito, repito, não está perfeito e nunca estará, mas é o melhor que poderíamos ter feito e é o melhor que a cidade merece neste momento.

Agradeço a atenção de todos e, mais uma vez, coloco a Seduh à disposição para qualquer esclarecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, secretário Marcelo. Esta já é a quinta comissão geral de que o senhor participa, não é?

Concedo a palavra ao secretário Claudio Abrantes.

CLAUDIO ABRANTES – Presidente, deputado Daniel Donizet, quero apenas agradecer a oportunidade.

Ao ouvir todas as falas, vemos que, no final das contas, todo mundo tem um olhar com pontos que se tocam: o olhar sobre a preservação de Brasília, como a maioria das pessoas colocou.

Sobre a questão do tombamento, às vezes, pensa-se que ele é prejudicial, mas não é. Muito pelo contrário, ele estabelece parâmetros, é atrativo, pode e tem feito de Brasília uma cidade única. Como eu disse, todos nós temos o desafio de manter a originalidade do projeto, com o olhar para o desenvolvimento e para a atualização que a cidade vem pedindo.

Depois de ouvir todas as falas, concluo que há muitos pontos de convergência. Sou um otimista por convicção. É óbvio que ninguém quer uma lei ruim, mas a ausência de uma norma, como disse o secretário Marcelo, é extremamente prejudicial, pois propicia irregularidades e invasões. Se, em 2002, tivéssemos aprovado o PPCUB, talvez – talvez – pudéssemos ter evitado danos que existem hoje ou pudéssemos ter linhas de desenvolvimento mais apuradas e discutidas com a sociedade.

Deputado Daniel Donizet, embora eu não esteja mais neste parlamento, fico muito feliz com a oportunidade de discutir o PPCUB. Isso é extremamente importante. É muito mais fácil discutir uma norma sem aplicabilidade ou sem o resultado esperado que não ter norma nenhuma. Se não me engano, o tombamento é de dezembro de 1987. Há quanto tempo estamos discutindo isso e dizendo que precisamos de um plano de preservação?

Então, vejo com muito otimismo todo este debate. Volto a dizer: a Secretaria de Cultura e Economia Criativa está à disposição para contribuir. No Conselho de Defesa também tenho visto um ânimo muito grande para contribuir. Acredito no esforço conjunto capitaneado pela Câmara Legislativa e no trabalho feito pelos órgãos específicos, como a Seduh, o Iphan e a nossa secretaria. Temos grande possibilidade de conseguir êxito e de apresentar à sociedade um diploma legal robusto, interessante e que possa servir de base para todo o processo de preservação e desenvolvimento.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DANIEL DONIZET) – Obrigado, secretário Claudio Abrantes.

Passo às minhas considerações finais.

Agradeço a presença dos secretários, do superintendente do Iphan e de todos que participaram desta comissão e contribuíram com ela.

Logicamente, este tipo de discussão é fundamental para que possamos alcançar o objetivo de conciliar o desenvolvimento urbanístico de Brasília com a preservação do patrimônio tombado, de forma a melhorar a qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Com certeza, todas as falas de hoje serão utilizadas como subsídio para a proposição de melhorias ao Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, principalmente por meio de emendas que iremos propor para aperfeiçoar o projeto. Estamos aguardando o parecer das comissões e as emendas dos parlamentares, para fazer uma avaliação e o melhor para o Distrito Federal.

Mais uma vez, agradeço a presença às autoridades e aos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa do Distrito Federal com suas presenças.

Obrigado e boa tarde a todos.

Declaro encerrada a sessão ordinária que originou a comissão geral, às 17 horas e 11 minutos.

(Levanta-se a sessão às 17h11min.)

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACDF – Associação Comercial do Distrito Federal
Ademi-DF – Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal
CAF – Comissão de Assuntos Fundiários
CAU-DF – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal
CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo
Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Codese-DF – Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico do Distrito Federal
Codhab – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
Condepac – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal
Conplan-DF – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal
CTMU – Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana
Fibra-DF – Federação das Indústrias do Distrito Federal
Icomos – em português, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHGDF – Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OAB-DF – Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal
PDL – Plano Diretor Local
PDTU – Plano Diretor do Transporte Urbano
PLC – Projeto de Lei Complementar
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
RA – Região Administrativa
Secec – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
Secult – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal
Seduh – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
SIG – Setor de Indústrias Gráficas
Sinduscon-DF – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal
UDA – Unidade de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente
UnB – Universidade de Brasília
Unesco – em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Uniser – Universidade do Envelhecer
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa, em 24/05/2024, às 14:24, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1683078** Código CRC: **9291CF0E**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00021514/2024-56

1683078v1

Ata Circunstanciada da 45ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 45ª (QUADRAGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 23 DE MAIO DE 2024.	
INÍCIO ÀS 15H01MIN	TÉRMINO ÀS 16H15MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a sessão ordinária de quinta-feira, 23 de maio de 2024, às 15 horas e 1 minuto.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Fábio Félix a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 43ª Sessão Ordinária;
- Ata Sucinta da 44ª Sessão Ordinária;
- Ata Sucinta da 18ª Sessão Extraordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Estando presentes em plenário apenas o deputado Chico Vigilante e o deputado Fábio Félix, às 15 horas e 4 minutos, não havendo quórum regimental, esta presidência vai suspender os trabalhos desta sessão por até 30 minutos, para que se complete o quórum, pelo menos, para debates.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h04min, a sessão é reaberta às 15h29min.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, vou aproveitar que o meu líder não está aqui e usarei a tribuna.

Eu vinha insistindo para abriremos os trabalhos hoje – estou com a deputada Dayse Amarilio, também do nosso bloco, e com os demais parlamentares –, porque hoje é uma quinta-feira, é dia de sessão plenária.

E hoje não é uma quinta-feira qualquer: é uma quinta-feira de profunda crise que estamos enfrentando na saúde do Distrito Federal, deputado Chico Vigilante. A população espera que hoje a Câmara Legislativa se reúna para debater também esse tema. Existe um caos instalado na saúde do Distrito Federal. Foram 4 crianças mortas no prazo de 1 mês, sem que tivéssemos nenhum resultado ou consequência apresentados até aqui.

Hoje, presidente, o governo convocou uma coletiva de imprensa, na qual não foi anunciada nenhuma medida – nenhuma medida – para mitigar a crise que estamos vivendo. O governo chegou a afirmar que não há crise ou caos na saúde do Distrito Federal.

Essa afirmação, deputada Paula Belmonte, é daqueles que não frequentam o sistema de saúde do Distrito Federal, que não conhecem a situação das UPAs, que não conhecem a situação dos hospitais. A crise é grave, a crise é generalizada!

O governador do Distrito Federal prometeu lá atrás, com o Iges-DF, facilidade nas compras; prometeu melhorar a situação do atendimento na saúde. E agora vem dizer: “sazonalidade”? Sazonalidade acontece todo ano. Dá para planejar, dá para mitigar, dá para prevenir – e não preveniram.

A saúde hoje é o principal problema. Eu desafio um deputado regional, da base do governo, da oposição, da extrema-direita, da esquerda, de onde for; um deputado que não receba, que não é marcado no Instagram, no Facebook, no TikTok, o tempo inteiro, em função da situação da fila nas Upas, nas emergências no Distrito Federal. Nós somos marcados o tempo inteiro, porque a população está sofrendo. A população está sofrendo porque a saúde não funciona.

Eu fui à UPA do Recanto, deputado Chico Vigilante. Havia 54 pessoas internadas em uma unidade de pronto atendimento capacitada para receber 18 pessoas para atendimento de estabilização, ou seja, após 24 horas, o paciente deveria ser transferido. Isso não está acontecendo. A situação é dramática!

Eu fiquei envergonhado com a coletiva, que não apresentou nenhuma medida, não apresentou nenhum encaminhamento concreto. É por isso que eu tenho falado que talvez seja necessária uma CPI focada no Iges-DF para avaliar a situação da saúde. A CPI acaba sendo o instrumento mais duro e mais gravoso que nós temos para enfrentar o problema da saúde na cidade. O que nós estamos vivendo hoje é muito grave. Nós não podemos deixar a situação caminhar dessa forma.

A secretária de Saúde – todo mundo sabe que ela é uma médica de carreira – precisa apresentar soluções, uma agenda concreta para esse problema. O presidente do Iges precisa apresentar... Aliás, nós comentávamos, deputada Dayse Amarilio, à mesa, que a quebra do comando da saúde estava na mesa: a secretária de Saúde e o presidente do Iges-DF anunciando o que já fizeram na saúde. Não! O SUS tem comando único: a Secretaria de Estado de Saúde. Hoje, o Iges-DF disputa espaço com a Secretaria de Saúde. Isso é inaceitável!

Presidente, o quanto antes, eu queria propor um requerimento assinado por todos os parlamentares para solicitar que, no início da semana que vem, tanto a secretária de Saúde quanto o presidente do Iges-DF viessem a esta casa para uma sessão pública – não uma reunião fechada, uma sessão pública – para o diálogo com os parlamentares. Acho que é isto que a população quer ouvir: quais são as medidas concretas que o governo vai apresentar para a questão da saúde?

O nosso papel é estarmos aqui, críticos e atentos a esse problema. O papel do governo é resolver, é anunciar medidas concretas, para que a vida da população possa melhorar.

A saúde está chegando no limite! A bandeira vermelha é nesta casa; não é nos hospitais para as pessoas que precisam entrar, não. A bandeira vermelha é para o governador, e a Câmara Legislativa tem que levantá-la agora, para que o governo apresente, para ontem, medidas para solucionar a vida da população quanto ao atendimento em saúde no Distrito Federal. Do jeito que está não dá mais!

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Realmente, acho muito importante que a secretária de Saúde e o diretor do Iges-DF venham a esta casa explicar o planejamento que eles têm para tirar a nossa saúde dessa situação. Realmente, a situação é muito grave e complexa.

A população espera respostas desta casa. Acato, inclusive, a proposta de vossa excelência. Vamos todos preparar e assinar esse requerimento, para que eles venham a esta casa explicar qual serão as medidas concretas para minimizar todo esse sofrimento pelo qual a nossa população vem passando.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, no começo do governo Ibaneis, no primeiro mandato, ele decretou emergência na saúde pública do Distrito Federal e renovou essa emergência por mais 4 anos. Foram 4 anos de emergência e a situação da saúde hoje é caótica.

Portanto, eu acho e sugiro que está na hora de decretar estado de calamidade pública na saúde do Distrito Federal. Se eu fosse governador, eu tiraria toda a cúpula da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e não aceitaria nenhuma indicação política para qualquer cargo daquela pasta. Eu limparia todas as indicações políticas que lá estão e atrapalham a gestão.

A doutora Lucilene é uma pessoa competente e comprometida com o SUS, mas ela não tem autonomia para fazer absolutamente nada, porque os cargos não foram nomeados por ela. Os cargos são de responsabilidade do governador, atendendo a pedidos, inclusive, de parlamentares desta casa.

Está na hora de fazer isto: decretar a calamidade, alterar completamente a gestão e colocar a saúde pública para funcionar. Estamos falando de 4 crianças que morreram, mas não só dessas 4. Verifiquem quantos pacientes estão em bancos nos corredores, como se estivessem internados; verifiquem a situação das ambulâncias do Corpo de Bombeiros, que levam os pacientes, mas as macas acabam ficando no hospital ou nas UPAs, a ambulância volta sem elas, e aí não há mais como atender ninguém; verifiquem o tanto de ambulâncias do Samu que estão quebradas e sem assistência; verifiquem os contratos milionários feitos pelo Iges-DF. O mesmo Iges-DF que eu disse aqui que não ia resolver o problema da saúde pública do Distrito Federal.

Numa decretação de calamidade – que é o que vive a saúde neste momento, e não adianta dizer que não há crise, porque a crise é profunda –, há uma série de mecanismos que têm que ser utilizados. Não é tolerável mais de 40 mil pessoas estarem numa fila para fazer uma cirurgia que não sai nunca.

Não adianta chamar uma coletiva, como a que foi concedida hoje, onde eles não têm o que dizer. Dizer que não há calamidade, que não há caos, que a saúde está boa? Isso é, no mínimo, estar fora do planeta Terra. Eu nem diria fora do Distrito Federal. É preciso que o governo tenha efetivamente coragem de agir.

Eu tinha conversado com o nosso presidente, deputado Wellington Luiz, que me dizia há pouco – e posso falar publicamente, porque há pouco ele comunicou – que, na segunda-feira, às 14 horas, estarão nesta casa, em uma reunião com os deputados, a secretária de Saúde, o diretor dos

Iges-DF e o secretário da Casa Civil. Portanto, espero que eles venham segunda-feira, às 14 horas, para conversarem com os deputados e tragam, no mínimo, um pacote de propostas para tirar a saúde pública do Distrito Federal do caos em que está. É inaceitável a situação que vivemos nesse momento.

A minha esperança, a minha expectativa é que, na segunda-feira, eles tragam algo de concreto para nos comunicar nessa reunião que eu propus ao deputado Wellington Luiz. Ele acabou de acertar a reunião. Eu estava até querendo que fosse na sexta-feira, mas não vai ser possível. Pois bem, que fique para a segunda, mas que não seja só uma conversa, que venham propostas efetivas para tirar a população do Distrito Federal do sofrimento que está vivendo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, passo a palavra ao deputado Gabriel Magno, pela Minoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas que nos acompanham.

O único assunto possível é o caos que a saúde do Distrito Federal está vivendo e a absurda coletiva de imprensa dada pelo governo hoje. O GDF assumiu o negacionismo. Negar que a saúde não está em colapso ou em situação de caos é negar a realidade, é de quem não conhece a realidade da própria rede. Parece que o governador desta cidade, que transformou o Distrito Federal no caos que estamos vendo em todas as áreas, não pisa, há muitos anos, numa UPA, numa UBS, num hospital; não enxerga e não vê o esforço dos servidores públicos da saúde, porque não há profissional suficiente, porque falta gestão.

Eu lembro, presidente, que o governador Ibaneis, em 2018, durante a campanha eleitoral, disse que o problema da saúde do Distrito Federal era gestão. Talvez essa seja uma das poucas afirmações do governador com a qual eu concordo. De fato, é um problema de gestão, que ele aprofundou, porque ele disse, durante a campanha, que o Iges não servia para nada, servia só para ser um esquema de corrupção. É verdade. E ele ampliou o Iges.

É preciso, presidente, urgentemente, investigar o Iges, porque o Iges, a cada ano que passa, abocanha mais recursos do Distrito Federal. Nós fizemos um levantamento: em 2019, correspondia a 11% do fundo de saúde; ano passado, a 28% do fundo de saúde. Ou seja, o Iges aumentou o seu orçamento em quase 3 vezes. Eles prometeram que ia ser uma maravilha: não ia faltar profissional, não ia faltar insumo, não ia faltar leito, não ia faltar nada. Está faltando até ambulância para transportar os pacientes.

Hoje, na coletiva, o Governo do Distrito Federal não apresentou uma ação para a crise. Ele tentou justificar, mas não conseguiu, presidente, porque a sazonalidade não é uma justificativa para o GDF falar que foi pego de surpresa. Porque, no ano passado, houve no mesmo período; no ano retrasado, no mesmo período. Todos os especialistas têm apontado que, a cada ano, a sazonalidade da pediatria vai piorar. É preciso que a Secretaria de Saúde e o Governo do Distrito Federal apresentem um plano de ação, mas eles não apresentam.

Para piorar, no mesmo horário em que acontecia, no Palácio do Buriti, a coletiva desastrosa de imprensa, com a incapacidade do governo de reconhecer o grave problema, na Comissão de Fiscalização desta casa, o Iges tentava prestar contas. Eles confessaram o crime.

Repito: o Iges, hoje, é ilegal. O Iges, hoje, atua na ilegalidade. Eles fizeram uma confissão na comissão geral presidida pela deputada Paula Belmonte. Chegaram a dizer que o papel do Iges na Secretaria de Saúde é muito importante, tanto é que não se chama mais Secretaria de Estado de Saúde, mas só Secretaria de Saúde. Confessaram que o plano é privatizar a saúde pública do Distrito Federal. Só que isso viola a Lei nº 8.080/1990, a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. Também viola a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, a Lei nº 8.080/1990, o comando duplo, que é o que

temos hoje, legitimado pelo Governo do Distrito Federal, que, no Buriti, colocou o presidente do Iges e a secretária de Saúde nas mesmas condições de importância. Não! A Lei nº 8.080/1990 é muito nítida ao dizer que a autoridade sanitária do estado é a Secretaria de Saúde. Só que hoje, no Distrito Federal, a autoridade sanitária chancelada pelo Governo do Distrito Federal é o Iges!

O Iges precisa prestar contas para esta casa e para a sociedade, porque tem gastado muito dinheiro sem nenhuma transparência, com uma série de denúncias de corrupção e presta um péssimo serviço à sociedade. Ele precisa ser cobrado e precisa prestar contas. O Iges não pode conduzir a política de saúde do Distrito Federal.

Presidente, para concluir, repito o que já falei em outras oportunidades.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O art. 227 da Constituição da República de 1988 diz expressamente que crianças, adolescentes e jovens são prioridade absoluta do Estado na sua atenção e no seu direito à saúde, à vida, à educação e à alimentação.

Então, para cumprir esse preceito constitucional, o Governo do Distrito Federal deveria apresentar, urgentemente, para a população do Distrito Federal, um plano de ação para proteger a vida das nossas crianças que, infelizmente, estão morrendo nas portas dos hospitais. Esta cidade não deveria ter nenhuma obra de viaduto enquanto as crianças estiverem morrendo, enquanto as crianças estiverem em filas da creche, enquanto o Governo do Distrito Federal não garantir a plena atenção às nossas crianças e aos nossos adolescentes. O que o Governo do Distrito Federal quer fazer é zombar da nossa cara.

E mais: o governo insiste na posição de não vir a público e responder à população.

Presidente, encerro reforçando, mais uma vez, o que já foi dito pelos meus pares: o Governo do Distrito Federal precisa prestar contas à sociedade. O Iges precisa justificar o uso dos recursos públicos que, infelizmente, não estão sendo entregues para a assistência da população.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente. Boa tarde a todos.

Não há como não falar da situação da saúde. Nós, da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, recebemos hoje a CAC, a Comissão de Acompanhamento dos Contratos.

Como ocorreram vários pedidos e, pela primeira vez, houve algumas prestações de contas na comissão desta casa, nós imaginamos que viria alguma resposta da comissão em relação a esse novo contrato de gestão que, inclusive, foi assinado no dia 10 de abril entre o Iges e a Secretaria de Saúde.

Não existe novo contrato. A verdade é essa. O que nos deixou bastante indignados. O que existe, presidente, são termos aditivos. Esse é o 51º; são 51 aditivos no contrato do Iges. Pasmem! São aditivos que, inclusive, contrariam cláusulas do contrato inicial. Isso é ilegal. Não se pode ter aditivo contrariando o próprio contrato, trazendo pontos que não se colocam, inclusive, em termos aditivos. Essa é a primeira situação que me deixou bastante preocupada.

Outra situação que percebemos é que nesse novo termo aditivo não existem as penalidades para os contratos, como por exemplo, deputado Chico Vigilante, a situação da UTI Vida. Foi retirada do último contrato da UTI a penalidade de que, se ela não o cumprisse, teria de pagar, por exemplo, uma multa ou ser responsabilizada. Não há penalidade do Iges em relação às próprias pessoas que

contrata.

Outra situação que nós queríamos entender – e a CAC disse que trabalhou muito, mas não consegue fazer isso – é como foram encontrados aqueles números para que as metas fossem acompanhadas. São metas muito gerais, como: “metas de gestão”. O que é essa meta de gestão? Mais uma vez continuamos sem saber como se chegou àquela pactuação das metas.

Nós não temos, em nenhum momento, desde que o Iges foi criado, nenhuma glosa para as metas não cumpridas. Nunca houve nenhuma glosa para as metas que não foram cumpridas. Também não sabemos como se construíram essas metas.

Outra coisa que me preocupa muito é que a cartela de serviço entre a SES e o Iges não é descrita pelo contratante. Deveria o contratante, no caso a secretaria, contratar a cartela de serviços do Iges, mas não é assim. É a contratada que oferece a cartela de serviço.

O deputado Gabriel Magno apontou aqui que nós não conseguimos entender qual é a hierarquia nessa relação SES e Iges, porque é a SES que contrata o Iges, mas como é que é o Iges que traz essa cartela de serviços?

Outro ponto que eu queria colocar aqui é em relação às contas e ao plano que nunca foi aprovado. É um plano que o Iges apresenta para a secretaria que nunca foi aprovado, assim como as contas do Iges – que, também, desde 2018, nunca foram aprovadas.

Nós recebemos uma denúncia – e hoje foi falado sobre isso inclusive pela própria comissão –, deputado Fábio Félix, de que os pacientes da UPA, que só deveriam ficar internados por 24 horas, são readmitidos a cada noite. Quando vira a noite, eles são readmitidos. Isso aumenta a produtividade das UPAs, que têm batido a meta com essas readmissões. Isso é muito grave! Fora os pacientes que são classificados com pulseiras verdes e azuis, mas não são encaminhados, por exemplo, à sua unidade básica. Não existe, isso é de boca: “Procurem lá para ver se estão atendendo”. E os pacientes ficam ali, e isso conta como atendimento.

Então, precisamos ver se isso está acontecendo e em quais UPAs isso está acontecendo, porque isso é uma produtividade que não é real.

Eu gostaria de deixar bem claro que os trabalhadores das UPAs, do Hospital de Base, do Hospital de Santa Maria não são culpados. Pelo contrário, são trabalhadores; profissionais de saúde; técnicos; enfermeiros; assistentes sociais; são várias categorias que estão trabalhando sobrecarregadas. Eu quero deixar claro que, muitas vezes, essas categorias são penalizadas por essa má gestão e por um plano que parece que não existe em relação à crise sanitária que vivenciamos. São pessoas que estão inclusive trabalhando com pacientes no corredor, como estamos vendo nas UPAs, mas, no dimensionamento da própria contratação da UPA, não era para haver aqueles pacientes ali.

Então, eu não consigo entender como o governo consegue falar que não existe uma crise na saúde do Distrito Federal, quando as pessoas peregrinam pela rede e não conseguem sequer um atendimento ou um diagnóstico para terem uma chance de sobreviverem.

E houve esses 3 casos que, infelizmente, eu posso dizer que são a ponta de um *iceberg*, porque muitas crianças morreram. Nós, que somos profissionais de saúde, sabemos a diferença que faz um diagnóstico tardio e uma peregrinação pela rede; e há muita gente morrendo. Muitas pessoas estão morrendo na porta dos hospitais sem terem sequer a chance de terem os seus diagnósticos.

Nós estamos na luta e, hoje, na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, tiramos alguns encaminhamentos importantes. E, para terminar, um dos encaminhamentos que tiramos foi uma portaria ministerial de 2006...

(Soa a campanha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – ... que fala sobre a auditoria dentro do Sistema Único de Saúde dos estados. Brasília é um dos poucos estados, deputado Max Maciel, que não tem uma

auditoria dentro do serviço de saúde. Isso é uma portaria do ministério, uma recomendação que, desde 2006, é ignorada pelo Governo do Distrito Federal.

Precisamos trazer uma auditoria para dentro do Sistema Único de Saúde, que iria mostrar, como parece, que não há a vontade de se resolver os problemas. E que o problema do Iges só agrava a questão sanitária que nós estamos vivendo com, literalmente, pessoas morrendo e peregrinando pelo Sistema Único de Saúde.

Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente deputado Ricardo Vale. Gostaria de saudar quem está nos acompanhando pelo plenário e pela TV Câmara Distrital.

Presidente, obviamente, nós não vamos cercear o trabalho legislativo de nenhum parlamentar. Mas é importante, diante do que está acontecendo, dizer para a população e para os parlamentares que estão aqui desde o início desta sessão no dia de hoje – deputado Chico Vigilante, deputado Gabriel Magno, deputado Fábio Félix, deputada Dayse Amarilio e deputado Ricardo Vale – que é exatamente o bloco de oposição que se faz presente em uma quinta-feira, hoje, neste plenário, e que vem repetindo algo que durante a semana escalonou com a problemática que não é única de um período, mas é da história da saúde, e que se intensificou neste momento.

Nós acompanhamos com muita atenção a demora e, depois, eu fiquei pensando se deveria ter acontecido ou não essa coletiva de imprensa do Governo do Distrito Federal no dia de hoje. Porque isso aqui, esse monte de folhas, é uma sistematização do resumo das falas que ouvimos na coletiva de hoje. Eu confesso aos senhores que eu fiquei com aquela vergonha alheia. Uma fala que praticamente coloca culpa no usuário do sistema.

O usuário que pegou a ficha, mas não esperou o atendimento. O usuário que rodou várias UPAs, mas não entrou no sistema. O usuário que não esperou a ambulância chegar, que demorou 12 horas. O usuário que tem que fazer a conta rápida: o custo da saúde é de 12 milhões, o pagamento da folha é de 9 bilhões, o caixa não fecha.

Desculpem-nos, a nossa população não está preocupada com essa matemática. A nossa população está preocupada com um cálculo simples. Eu preciso de assistência e acesso à saúde, eu vou até uma UPA. Eu quero uma orientação rápida e sincera. Aquela UPA me atende? Há um profissional dedicado e necessário? Não há, em pleno século XXI, um aplicativo, um painel de informação para que alguém chegue na unidade de saúde ou antes de sair de casa veja em qual unidade há um profissional para atendê-lo, se de fato a fila de espera é de 30, 40 minutos, 1 hora, 2 horas, 10 horas, isso para que a pessoa possa se organizar nessa fila, mas não há isso.

O que foi dito hoje na coletiva da imprensa é quase isso: pegue a sua lancheirinha, o seu kit e aguarde pacientemente na fila até a hora que você der sorte de ser atendido. Desculpem-nos, essa não é a saúde que a população do Distrito Federal quer e almeja.

Eu vi a entrevista, 2 secretarias. Existe a Secretaria do Iges e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, deputado Fábio Félix. A secretária disse: “Eu respondo por isso aqui. Isso aqui já é com o Iges”. Senhoras e senhores, isso é a mesma coisa que acontece na ponta. A população, para quem não sabe, quando dá entrada em uma UPA, faz o atendimento e a UPA demora, ela fala: “Eu vou a um posto de saúde”. Quando ela chega ao posto de saúde, o sistema não conversa. Praticamente ela tem que dar entrada e quase que repetir tudo novamente, porque o sistema do Iges é um e o sistema da SES é outro. Como explicar para a população que perdeu 2, 3 horas realizando uma triagem, um acompanhamento, não conseguiu atendimento, alguém falou: “Olha, existe essa UBS na sua cidade que fecha às 22 horas”. Ela chega lá com um prontuário da UPA, mas

não serve, tem que fazer tudo novamente porque o prontuário não conversa com o outro.

Como o usuário que está precisando ir para o Hospital da Ceilândia e está dentro de uma UPA, com a UTI Vida estacionada... Senhoras e senhores, eu fui à UPA da Ceilândia, havia um paciente que precisava ser encaminhado para o HRC para realizar urgentemente uma limpeza, a deputada Dayse Amarilio vai se lembrar disso. Era uma sexta-feira à noite. Não conseguiram levá-lo, diziam que não havia ambulância, e a ambulância estava estacionada lá, deputado Fábio Félix. Eu cheguei na direção da UPA e falei: "Por que não há ambulância se ela está estacionada aqui?" É porque a UTI Vida só pode prestar serviço de *transfer* entre unidades do Iges. Como o Hospital da Ceilândia não faz parte do Iges, ele tinha que esperar outra ambulância.

Pelo amor de Deus, o que é isso? Como você explica para o conjunto da população que há um contrato que diz: esse contrato é do Iges, esse profissional só faz isso. Esse não é mais um sistema único de saúde? É por isso que não há outra justificativa: o Iges não se sustenta como modelo, ele não pode ser um modelo de gestão da saúde.

O Iges não pode ser quem controla, na ponta, a média e a alta complexidade da saúde. Um dos argumentos que o governo pontuou, deputado Ricardo Vale, é que os profissionais de saúde não querem entrar no sistema. Eu quero saber quem aqui aguenta um plantão no PS de Ceilândia, nas condições de hoje?

Recebemos uma mensagem de uma família, que foi atendida no Hospital do Paranoá, onde a mãe não conseguiu ficar porque faltou agulha! Pelo amor de Deus! A família falou: "Eu vou comprar na farmácia aqui na frente". Não pode. No desespero, gente, o que respondemos para essa família? Uma agulha falta na rede de saúde. Agora, imaginem para um médico que está no plantão! Esse foi um caso.

Qualquer um de nós que estivesse de plantão e recebesse pessoas precisando de tratamento, tendo condições de tratamento, e faltasse insumo, o que faria no dia seguinte? "Eu não quero ir para esse lugar. Para me desgastar fisicamente, mentalmente? Não há dinheiro que pague isso." Não é só sobre dinheiro, é sobre estrutura, é sobre condição, isso não se faz da noite para o dia, se faz com planejamento, com investimento; e, sim, com recurso. Doze milhões não é qualquer coisa na saúde, é pouco.

Há algumas sinalizações: a secretária de Saúde precisa vir a esta casa, mas não às portas fechadas, numa segunda-feira, não; precisa vir aqui publicamente, porque a população também quer ouvir; precisa mostrar os dados, e nós teremos a oportunidade, no nosso papel de legislador, não de achacá-la, mas de confrontar os dados, que a deputada Dayse Amarilio nos trouxe aqui.

A secretária não responde pelo Iges, isso é outra coisa que não entra na minha cabeça. Não é ela que assina o contrato com o Iges? Como é que ela assina o contrato com o Iges, e não tem controle sobre ele? O Iges é que tem o controle de si próprio? E não é auditado, não sabe se há glosa, não cumprem meta, triplicam o número do valor dos recursos!

Além de fazer um requerimento de informação, apresentamos uma nova denúncia que chegou agora na mesa e será lido, deputado Ricardo Vale.

Para concluir, nós queremos a presença do presidente do Iges e da secretária. Há a possibilidade de instalarmos uma CPI para ver de ponta a ponta o que está acontecendo, mas...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – ... já que grande parte do recurso vem do Fundo Constitucional, até que se estabeleça a situação do DF é insustentável.

Uma intervenção, deputada Dayse Amarilio, do Ministério da Saúde sobre a saúde do Distrito Federal! Quem sabe o governo federal também implemente um hospital federal aqui, porque só há o Hospital Universitário, federal não tem!

Já fomos referência, gente. Não adianta dizer para o conjunto da população, neste momento,

que foram pegos de surpresa com a dengue! Vou até citar o deputado Pastor Daniel de Castro. Vou citá-lo, apesar de ele não estar presente, mas ele pode se defender na segunda-feira. Isso não é acusação, não. O deputado Pastor Daniel de Castro, da base, antes de acontecer, veio aqui e trouxe um dado: "Vai haver um surto de dengue muito grande". E a secretária disse que foi pega de surpresa.

Demitiram mais de mil agentes comunitários, deputado Fábio Félix, antes de começar a crise da dengue, que podiam estar mitigando de casa em casa. Quando o deputado Pastor Daniel de Castro fez essa fala, eu vim aqui e disse: "Deputado Pastor Daniel de Castro, há um outro problema que é a sazonalidade na pediatria, a crise respiratória que vai se intensificando nesse período de maio, junho, julho até agosto, que é um período de seca no Distrito Federal!" Agora vai dizer que foi pego de surpresa de novo? É a mesma coisa que dizer que não sabe quando chove no Distrito Federal. Todo mundo sabe quando acontece a seca e quando acontece a chuva.

Então, é um problema complexo, é um problema vasto, mas nós não queremos a culpabilização das pessoas. Não há um plano, dito hoje, de resposta na coletiva de imprensa. O que que eu vou fazer? Não houve um pedido de desculpa aos familiares que perderam seus filhos, solidarizando-se com eles. O governador demorou uma semana para se solidarizar com a família, que possivelmente até votou nele, acreditando que ele iria resolver os problemas da saúde. Negaram dar atenção à população mais empobrecida desta cidade que está na ponta, precisando da saúde.

Encerro, indagando: o que faz uma mãe ficar 12 horas em uma UPA aguardando atendimento? Ela passa por isso porque trabalhou o dia todo, chegou em casa às 6 horas, 7 horas da noite, e não havia mais uma Unidade Básica de Saúde aberta na cidade dela; só havia a UPA e a emergência do hospital, que não é indicada para atender o problema do filho dela. E aí vira uma bola de neve, de nervoso, de estresse; aí atacam os profissionais de saúde, que não têm absolutamente nada...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – a ver com a situação, a não ser pelo fato de estarem inseridos em uma grande problemática: escolher como irá atender.

Esta casa está à disposição para colaborar com a secretaria; está à disposição para juntar esforços ao governo federal. Há que se chamar aqui o Conselho de Medicina, o Sindicato dos Médicos, dos Enfermeiros, dos Técnicos para que eles também digam qual o problema deles na ponta, deputado Fábio Félix. Apesar de sabermos, porque conversamos com os sindicatos nas reuniões, o sindicato precisa vir publicamente dizer: esse é o problema real em relação aos técnicos de enfermagem, aos enfermeiros, aos médicos, aos analistas e aos assistentes.

Que consigamos, enfim, mitigar esse problema e avançar em um processo de acesso à saúde com qualidade de vida, prevenção e não só focado na doença, quando já aconteceu um problema mais grave, que exigirá muito mais recurso.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência a deputada Dayse Amarílio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Assumo a presidência. Parabéns pela fala, deputado Max Maciel. É muito importante estarmos presentes neste momento tão delicado.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, vendo a situação da saúde, fico, de certa forma, satisfeito por a secretária de Saúde e o presidente do Iges virem a esta casa, na segunda-feira, esclarecer para nós parlamentares o que de fato está acontecendo com a saúde pública do Distrito Federal e, concretamente, quais são as propostas que a secretaria e o Iges têm para superarmos essa fase de tanta dor e de tanto sofrimento.

Fica mais claro e evidente, depois dessa entrevista coletiva dada pela secretária, pelo diretor do Iges e pelo secretário Gustavo Rocha, que o problema não é recurso, porque foi dito que, a cada ano, o governo investe mais na saúde do Distrito Federal. Se não me engano, os números giravam em torno de 7,6 bilhões em 2019 e, em 2022, chegou-se a 12,4 bilhões; e houve o aumento do número de leitos de UTI, da pediatria.

Então, os investimentos só crescem, mas o gerenciamento só piora. Não dá para entender. Se os recursos estivessem diminuindo ou se a Secretaria de Saúde ou o Iges estivesse em dificuldade financeira, talvez se justificasse essa má gestão e o mau atendimento que existem hoje. Mas não é o caso. O governo investe; a cada ano que passa, o investimento cresce mais, e a gestão piora.

Portanto, está na cara que esse modelo de gestão da saúde pública do Distrito Federal precisa ser revisto urgentemente. Daí a importância dessa reunião de segunda-feira com a secretária e com o presidente do Iges. Ora, se os recursos aumentam, por que a gestão piora?

Está claro também que é preciso saber o porquê da dificuldade de contratação de médicos, enfermeiros e profissionais para minimizar esse problema que existe na rede. Nós recebemos muitas ligações, e muita gente nos procura reclamando que não consegue uma cirurgia. Há pessoas que estão na fila há 2 anos esperando por uma cirurgia, há pessoas que não conseguem marcar uma consulta, há pessoas que levam 12 horas para serem atendidas em uma UPA. Há algo muito errado nessa gestão.

Eu espero que, a partir da reunião de segunda-feira, a Câmara Legislativa entenda, de fato, o que está ocorrendo e tente ajudar o governo. O nosso papel é, evidentemente, fiscalizar a saúde e o Governo do Distrito Federal, mas nós também queremos acertar e ajudar o povo do Distrito Federal. Nós queremos resolver esse problema da saúde para que ela possa ser prestada da melhor forma possível. É muito sofrimento, é muita dor. Está na hora de uma revisão geral na gestão da saúde pública do Distrito Federal para que a nossa população possa ser melhor atendida. Eu espero que, a partir da reunião de segunda-feira, a secretária e o presidente do Iges realmente tragam para nós o que de fato está planejado e pensado para melhorar a saúde do Distrito Federal.

Era isso, senhora presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, nosso vice-presidente, deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, ouvindo a fala do deputado Ricardo Vale e dos demais parlamentares que estão nesta sessão de quinta-feira, eu estou com a consciência limpa de quem votou contra o Iges-DF em 2019 e a ampliação do Iges-DF para a administração das UPAs no Distrito Federal e de quem lutou ativamente contra a ampliação do Instituto de Gestão Estratégica. Estou também com o senso histórico de resgate do que nós vivemos. Todas as crises do governo foram centradas na saúde, no Iges-DF. Quase uma dezena de presidentes passaram pelo Iges-DF, aquela ferramenta que se sobrepõe à gestão da saúde no Distrito Federal. Isso precisa ser dito várias vezes.

Nós precisaríamos nos debruçar hoje sobre esse tema na Câmara Legislativa para cobrar do Governo do Distrito Federal que ele tome uma medida, que ele apresente uma agenda de contratação emergencial na pediatria para atender as crianças e os adolescentes. Foi dito aqui que a Constituição brasileira, no seu art. 227, fala da prioridade absoluta. Nós não podemos deixar as nossas crianças e os nossos adolescentes desassistidos. Como vossa excelência, deputada Dayse Amarilio, falou, os profissionais se esforçam, mas a UPA está superlotada. Em vez de conseguir atender a população na porta, os médicos e pediatras ficam prescrevendo para os internados da UPA o dia todo e muitas vezes não conseguem atender a população lá na frente, que está esperando 2,

4, 5, 8, 12 horas para conseguir um atendimento. É inaceitável a situação que nós estamos vivendo. Inaceitável.

A questão da saúde é prioritária para cada um de nós. Todo mundo já viveu um problema grave na família, todo mundo já teve uma situação muito tensa e sabemos como aquilo mobiliza a nossa vida, o nosso afeto, como é duro enfrentar um momento de falta de saúde. Então, quando vemos a situação dessas 4 crianças no sistema, vemos a urgência – no nosso papel como parlamentares – de fazer alguma coisa. É preciso que algo seja feito.

O Ministério Público do Distrito Federal abriu um inquérito para investigar a situação, porque a situação agora – e não é apontando o dedo – chegou a um nível tão caótico que é criminosa e precisa de investigação. É criminosa a situação da saúde no DF. Há filas, falta de atendimento da população, falta de cirurgia, falta de UTI, falta de planejamento. Há falta de tudo! É criminosa a situação da saúde e precisamos fazer alguma coisa. Esse é o nosso papel. Nós temos que parar esta casa. Não tem que haver votação de projetos do governo aqui. Nós temos que parar até que o governo venha aqui apresentar um cronograma de medidas emergenciais para resolver o problema da saúde no DF.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado Fábio Félix.

Isso é importante e me preocupa. Realmente, é necessário que tenhamos uma luz no fim do túnel, não somente uma reunião, mas um conjunto de medidas. Isso passa pela questão do déficit de servidores, que têm feito o que podem e o que não podem baseados em TPD. E fazem TPD, muitas vezes, por terem compromisso com o serviço.

Então, precisamos ter ações de investimento e nomeações para que superemos este momento que estamos vivendo. É muito triste falarem que não existe um caos quando pegamos 3 exemplos e só neles já conseguimos identificar a verdadeira peregrinação desses pacientes pela rede.

Passo a presidência para o deputado Ricardo Vale, nosso vice-presidente.

(Assume a Presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Assumo a presidência. Algum deputado deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

Sobre a mesa, expediente que será lido pela senhora secretária.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O expediente lido vai a publicação.

Está encerrado o Pequeno Expediente.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Como não há quórum para deliberar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h15min.)

Observação: Nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

CAC – Comissão de Acompanhamento dos Contratos

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

GDF – Governo do Distrito Federal
HRC – Hospital Regional de Ceilândia
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
PS – Pronto-Socorro
SES-DF – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
TPD – Trabalho em Período Definido
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UTI – Unidade de Terapia Intensiva

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 24/05/2024, às 14:35, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1683081** Código CRC: **D4D1434B**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00021515/2024-09

1683081v1

Ata Circunstanciada da 18ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

<p>2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 18ª (DÉCIMA OITAVA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DE 21 DE MAIO DE 2024.</p>	
INÍCIO ÀS 19H31MIN	TÉRMINO ÀS 19H41MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a sessão extraordinária de 21 de maio de 2024, nos termos do art. 120 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da mesa.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença.

Item nº 1:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.092/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Cria o Programa Morar DF para aquisição de unidade habitacional de interesse social na forma que especifica".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 deputados.

Nos termos do art. 202 da Resolução nº 344/2024, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns! Muito obrigado a todos que aqui estiveram. Esta é uma importante conquista para todos os moradores do Distrito Federal, para as entidades, para o Governo do Distrito Federal, para nós parlamentares e, principalmente, para aqueles que mais precisam dela.

Item nº 2:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.081/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.155, de 10 de junho de 2022, que dispõe sobre o Serviço Público de Loteria do Distrito Federal, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 da Resolução nº 344/2024, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 3:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.088/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União para operação de crédito externa a ser realizada pela Companhia Energética de Brasília S.A. - CEB junto ao New Development Bank - NDB e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 deputados.

Nos termos do art. 202 da Resolução nº 344/2024, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, quero falar sobre 2 assuntos. O primeiro é que aprovamos a nossa questão da licença-luto. Quero agradecer a esta casa e principalmente ao senhor, porque, em um momento bem triste da minha vida, precisei de um atestado médico para que eu pudesse dar apoio para os meus irmãos e a minha mãe. Então, isso foi muito significativo para mim. Vejo que essa é uma forma de dignidade humana, porque estamos aqui como parlamentares, mas somos seres humanos e temos sentimentos. Isso é mais do que justo!

Então, quero parabenizar o deputado Jorge Vianna, que apresentou essa proposição. Quero dizer também que hoje estamos iniciando uma boa caminhada liderada pelo senhor com a finalidade de dar dignidade às pessoas por meio do direito à moradia. Esse cheque, mesmo que ainda seja insignificante, no sentido de serem 15 mil reais para a entrada na compra de um imóvel, significa muito para quem recebe, porque ele favorece a política da dignidade. Muitas pessoas hoje não possuem um CEP e isso traz a elas uma insegurança muito grande no acesso à educação, no acesso à saúde e no acesso ao empréstimo. É uma política que traz dignidade para as pessoas, presidente. Quero dizer que esta casa se uniu, os 24 parlamentares, para que se pudesse dar esse pontapé.

Presidente, fico ainda mais feliz porque o Executivo está aportando dinheiro para esse programa. Nós da Câmara Legislativa também contribuiremos com esse programa. Hoje é um dia para comemarmos o acesso à moradia da população do Distrito Federal. As pessoas vão poder parcelar seus imóveis em condições favoráveis para terem dignidade.

Parabéns a esta casa! Hoje é um dia que marca verdadeiramente a dignidade da população. Vai gerar emprego por meio da construção e, principalmente, vai dar dignidade a milhares de

famílias, presidente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria registrar e lamentar o falecimento do ativista Eliseu Neto. Ele era dirigente do Cidadania e foi um dos mobilizadores para a ação judicial que culminou, em 2019, na criminalização da LGBTfobia no Brasil. Eliseu esteve nesta casa defendendo a comunidade LGBT brasileira, era uma pessoa muito querida por toda a comunidade. Nós soubemos hoje do seu falecimento, e eu queria fazer esse registro de luto. Em nome da nossa comunidade LGBT do Distrito Federal, quero dizer do nosso respeito ao Eliseu Neto, que era dirigente do partido Cidadania e que foi muito importante para a nossa história em defesa dos direitos da população LGBT brasileira.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Nossos sinceros sentimentos. Peço a Deus que conforte os familiares e amigos.

Item nº 4:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.095/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.713, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 deputados.

Nos termos do art. 202 da Resolução nº 344/2024, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a sanção.

Item nº 5:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 36/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Altera a Resolução nº 167, de 2020, que “institui o novo Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”, consolidada pela Resolução nº 218, de 2005, para dispor sobre o afastamento justificado dos deputados distritais em caso de morte do cônjuge, companheiro, pai, mãe, filho ou irmão”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às senhoras deputadas e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

Nos termos do art. 202 da Resolução nº 344/2024, declaro aprovada a redação final.

O projeto vai a promulgação.

Esta presidência comunica, antes de encerrarmos, que, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.360/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Fundiários, sob presidência da deputada Paula Belmonte, a sessão ordinária de quarta-feira, dia 22 de maio de 2024, será transformada em comissão geral para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2024, que "Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, e dá outras providências".

Uma vez mais, agradeço a presença de todos os parlamentares, assessores, assessoras e de todos que estiveram presentes na Câmara Legislativa no dia de hoje.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h41min.)

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Sigla com ocorrência neste evento:

CEP – Código de Endereçamento Postal

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa, em 24/05/2024, às 14:24, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1683073** Código CRC: **8C9AE72F**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00021513/2024-10

1683073v1

Se você envia documentos para publicação no
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

Use o SEI

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

Envie os originais

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

Use os modelos

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

Veja esse resumo

Tahoma 12

4

5

Cuidado com as tabelas

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer
um serviço de qualidade para a população do DF.



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL